

REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO



Augusto Leverger

DOSSIÊ

Augusto Leverger, Barão de Melgaço

140 anos de seu falecimento

NÚMERO - 82 - 2020



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO - 82

DOSSIÊ

AUGUSTO LEVERGER, BARÃO DE MELGAÇO
140 anos de seu falecimento

CUIABÁ
2020



Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IHGMT

Presidente *President*

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Consultivo e Científico

Consult and Cientific Coucil

História *History*

Arno Welling (UFRJ/UNIRIO/UGF)

Giovani José da Silva (UNIFAP)

Leandro Mendes Rocha (UFG)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)

Luiza Rios Ricci Volpato (USP-SP)

Geografia *Geographic*

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)

Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)

José Borzacchiello da Silva (UFC)

Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

Educação *Educacion*

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)

Cristina Teobaldo (UFMT)

Editores *Publischers*

Elizabeth Madureira Siqueira

Eduardo Mahon

Conselho Editorial *Publisher's Council*

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Eduardo Mahon (IHGMT e AML)

João Carlos Vicente Ferreira (IHGMT e AML)

Nileide Souza Dourado (UFMT/IHGMT)

Luiza Rios Ricci Volpato (IHGMT)

Renilson Rosa Ribeiro (UFMT/IHGMT)

Diretoria 2020-2022

Presidente: Neila Maria Souza Barreto

1º Vice-Presidente: Allan Kardec Pinto Acosta Benitez

2ª Vice-Presidente: Anna Maria R. M. da Costa

1º Secretário: Fernando Tadeu de Miranda Borges

2ª Secretária: Zuleika Alves de Arruda

1ª Tesoureira Geral: Isis Catarina Martins Brandão

2º Tesoureiro: Francisco Ildelfonso da Silva Campos

Conselho Fiscal

Suíse Monteiro Leon Bordest

Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa

João Eloy de Souza Neves

Conselho Consultivo

Sônia Regina Romancini

Nilza Queiroz Freire

Felipe Rodolfo de Carvalho

Seções da RIHGMT, 82

AUGUSTO LEVERGER, BARÃO DE MELGAÇO

140 anos de seu falecimento



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO - 82 - 2020

DOSSIÊ

AUGUSTO LEVERGER, BARÃO DE MELGAÇO
140 anos de seu falecimento

CUIABÁ
2020

© Copyright @ 2020 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso/ Instituto
Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 82. Cuiabá, 2020

200 p.: 5,9Mb - PDF.

Annual

Inclui bibliografia, Índice e ilustração

CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT:

Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão:

Conselho Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert | Paruna Editorial

Capa:

Desenho de Leverger por M. Medina (séc. XIX)

IHGMT

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro) - Cuiabá, MT – 78050-500

Contato: acesse o site: [www//ihgmt.com.br](http://ihgmt.com.br)

Índice

ARTIGOS

Augusto Leverger e a defesa de Melgaço..... 13
João Carlos Vicente Ferreira

Leverger por si mesmo 41
Elizabeth Madureira Siqueira

O Barão de Melgaço na toponímia mato-grossense..... 53
Sônia Regina Romancini
Aníbal Alencastro

**A família de Augusto João Manoel Leverger,
o Barão de Melgaço, em Mato Grosso** 69
Neila Maria Souza Barreto

Os herdeiros de Leverger 79
Valmir Batista Corrêa

**Relatório do Almirante Augusto Leverger: o Bretão que
sonhou com uma geopolítica brasileira para a Bacia do Prata ...** 103
Rosana Lia Ravache

COMENTÁRIOS CRÍTICOS DAS OBRAS DE LEVERGER

**Fronteira e comunicação: as preocupações do Barão
de Melgaço em relação a província de Mato Grosso** 145
Luiza Rios Ricci Volpato

**Derrota da navegação interior da Vila de Porto Feliz, na Província de
São Paulo, à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso..** 155
Nileide Souza Dourado
Suíse Monteiro Leon Bordest

**Navegando por Mato Grosso dos séculos XVIII e XIX, na segunda
década do século XXI, com Barão de Melgaço de guia**..... 168
Fernando Tadeu de Miranda Borges

**Informação prestada pelo presidente da Província de Mato
Grosso, Augusto Leverger, ao Ministro da Marinha,
em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval** 179
Francisco Ildefonso da Silva Campos

TEXTO RARO E PRECIOSO

**Augusto Leverger Almirante Barão de Melgaço (1802-1880)
Annu Biographica** 187
Visconde de Taunay

HOMENAGEM PÓSTUMA DO IHGMT

Dorileo: um personagem da cultura cuiabana..... 239
Carlos Gomes de Carvalho

Contents

ARTICLES

- Augusto Leverger and the Defense of Melgaço** 13
João Carlos Vicente Ferreira
- Leverger por si mesmo** 41
Elizabeth Madureira Siqueira
- Toponymy of Barão de Melgaço** 53
Sônia Regina Romancini
Aníbal Alencastro
- Family of Augusto João Manoel Leverger, the Baron of Melgaço, in Mato Grosso**..... 69
Neila Maria Souza Barreto
- The Leverger Heirs** 79
Valmir Batista Corrêa
- LEVERGER: the breton who dreamed of a brazilian geopolitics for the Silver Basin**..... 103
Rosana Lia Ravache

CRITICAL COMMENTS ON LEVERGER WORKS

- Border and communication: the concerns of the Barão de Melgaço in relation to the province of Mato Grosso** 145
Luiza Rios Ricci Volpato
- Defeat of inland navigation from the Village of Porto Feliz, in the province of São Paulo, to the city of Cuiabá, captaincy of the Province of Mato Grosso** 155
Nileide Souza Dourado
Suíse Monteiro Leon Bordest
- Sailing in Mato Grosso from the 18th and 19th centuries, in the second decade of the 21st century, with Barão de Melgaço from guide** 168
Fernando Tadeu de Miranda Borges
- Information provided by the President of the province of Mato Grosso, Augusto Leverger, to the Minister of the Marine, in 1851, about the wooden buildings of shipbuilding** 179
Francisco Ildelfonso da Silva Campos

RARE AND PRECIOUS TEXT

- Augusto Leverger Admiral Baron of Melgaço (1802-1880)**..... 187
Visconde de Taunay

POSTUM HOMAGE OF IHGMT

- Dorileo: A Character from Cuiabana Culture** 239
Carlos Gomes de Carvalho

Editorial

A Revista nº 82 do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso escolheu como *Dossiê Augusto Leverger, Barão de Melgaço - 140 anos de seu falecimento*, por ter sido esta personalidade de extrema relevância para o cenário brasileiro e mato-grossense. De outro, desde 1931, o solar onde o mesmo residiu serve de abrigo para as duas instituições culturais mais antigas de Mato Grosso, o IHGMT e a AML.

Para a presente Revista foram convidados associados e estudiosos de Leverger, os quais contribuíram para fazer fulgurar figura tão eminente. Está a mesma dividida em 4 partes, a saber Artigos, Comentários críticos das obras de Leverger, Texto raro e precioso, finalizando com uma homenagem do IHGMT ao sócio que tanta contribuição ofereceu à Instituição, o Professor Benedito Pedro Dorileo, falecido em dezembro de 2019.

Inaugurando a seção de ARTIGOS, João Carlos Vicente Ferreira contribui com o texto *Augusto Leverger e a Defesa de Melgaço*, no qual analisa um episódio ocorrido durante a Guerra da Tríplice Aliança da Tríplice Aliança contra o Paraguai e que marcou indelevelmente sua preciosa contribuição: a Defesa de Melgaço, ocasião em que o Barão arregimentou e comandou a defesa da Capital, Cuiabá, temendo a chegada dos paraguaios. O monumento, edificado em 1864, às margens do Rio Cuiabá, no atual município de Barão de Melgaço, desde 2011 se encontra restaurado e ampliado graças à ação do IHGMT e aos esforços da Secretaria de Estado de Cultura. A seguir, *Leverger por si mesmo*, de Elizabeth Madureira Siqueira, recupera uma importante prestação de contas feitas por João Manoel Leverger quanto aos bens acumulados, moventes e semoventes, demonstrando, mais uma vez, sua inegável probidade. Sônia Regina Romancini e Aníbal Alencastro pontuaram a *Toponímia do Barão de Melgaço no território mato-grossense*, destacando as principais referências à personalidade no Estado e na Capital, demonstração evidente de sua reconhecida im-

portância histórica, política e cultural para Mato Grosso. Neila Maria Souza Barreto, em *A Família de Augusto João Manoel Leverger, o Barão de Melgaço*, traça um longo percurso desta personalidade, desde o nascimento até a sua morte, finalizando com dados da família, tendo a genealogia como apoio analítico. Na sequência, Valmir Batista Corrêa, sócio correspondente da nossa Instituição, traz a lume *Os Herdeiros de Leverger*, um primoroso estudo historiográfico recuperando a influência exercida pelo homenageado aos estudos históricos e geográficos de Mato Grosso, especialmente a partir da segunda década do século XIX. Encerrando a seção de Artigos, a geógrafa convidada Rosana Lia Ravach apresenta o texto *Leverger: o bretão que sonhou com uma geopolítica brasileira para a Bacia do Prata*, tendo por base os interesses principais de Leverger, a hidrografia e a topografia, ocasião em que, graças às suas pesquisas pelos rios Paraguai, Paraná e São Lourenço e Cuiabá, conseguiu, pela primeira vez, mapear geopoliticamente esse imenso território.

A segunda seção, denominada COMENTÁRIOS CRÍTICOS DAS OBRAS DE LEVERGER, conta com a colaboração de diversos associados efetivos, iniciando com *Fronteira e Comunicação: as preocupações do Barão de Melgaço em relação à Província de Mato Grosso*, de Luiza Rios Ricci Volpato, a qual tomou por base analítica o texto *Apontamentos para o Dicionário Chorographico...* RIHGB, v. 47, 1884, procedendo a uma recuperação histórica das políticas adotadas nas comunicações ao longo do tempo e centrando no minucioso texto escrito por Leverger. Em seguida, a *Derrota da navegação interior da vila de Porto Feliz, na Província de São Paulo, à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso*, reúne o olhar competente da historiadora Nileide Souza Dourado e da geógrafa Suise Monteiro Leon Bordest, as quais esmiuçam o percurso de Augusto Leverger em sua viagem de Porto Feliz (SP) até Cuiabá. Já Fernando Tadeu de Miranda Borges, em *Navegando por Mato Grosso dos séculos XVIII e XIX na segunda metade do século XXI com Barão de*

Melgaço de Guia, privilegiou a obra *Vias de Comunicação de Mato Grosso*, navegando com o homenageado ao longo dos rios Tapajós, Arinos, Juruena, Paranatinga, Paraguai, Sepotuba e Sumidouro, dentre outros. Encerrando esta seção analítica, Francisco Ildefonso da Silva Campos apresenta a *Informação prestada pelo presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Ministro da Marinha, em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval*, tecendo crítica aos ancestrais, que não se preocuparam em preservar os recursos florestais nativos concentrados na região Amazônica de Mato Grosso, num crescendo desenfreado, responsável pelo desequilíbrio natural.

A penúltima seção estampa o raro e precioso documento, *Augusto Leverger Almirante Barão de Melgaço (1802-1880)*, escrito pelo Visconde de Taunay, no qual apresenta uma das mais completas cronologias referentes à vida e atuação de Augusto Manoel Leverger, o Barão de Melgaço.

Como já se tornou habitual nas Revistas do IHGMT, ao falecer um associado é de praxe estampar uma homenagem ao mesmo. Na atual, Carlos Gomes de Carvalho escreveu *Dorileo: um personagem da cultura cuiabana*, em reverência à sua memória.

Aos autores dos artigos que compõem o presente periódico os nossos agradecimentos, esperando que os textos sejam de agrado dos leitores. Boa Leitura.

Conselho Editorial

ARTIGOS

Augusto Leverger e a defesa de Melgaço

Augusto Leverger and the defense of Melgaço

João Carlos Vicente Ferreira¹

RESUMO: Augusto Leverger foi um francês que integrou a Marinha brasileira na primeira e segunda metade do século XIX. Nomeado para se incumbir do Arsenal da Marinha, mudou-se para Mato Grosso, estabelecendo-se, até a sua morte, em Cuiabá. Governou por diversas vezes a Província e se destacou pelas obras que escreveu, os relatórios que produziu, porém, um episódio, ocorrido durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai marcou indelevelmente sua preciosa contribuição: a Defesa de Melgaço, ocasião em que ele arregimentou e comandou a defesa da Capital, Cuiabá, temendo a chegada dos paraguaios. O presente artigo versa sobre este momento, dando a lume detalhes do episódio.

Palavas-chave: Augusto Leverger. Defesa de Melgaço. Cuiabá. Mato Grosso.

ABSTRACT: Augusto Leverger was a Frenchman who joined the Brazilian Navy in the first half of the 19th century. Appointed to take charge of the Navy Arsenal, he moved to Mato Grosso, settling in Cuiabá until his death. He governed the Province several times and stood out for the works he wrote, the reports he produced, but one episode, which occurred during the War of the Triple Alliance against Paraguay, indelibly marked his precious contribution: the Defense of Melgaço, when he regimented and commanded the defense of the Capital, Cuiabá, fearing the arrival of the Paraguayans. This article deals with this moment, giving details of the episode.

Keywords: Augusto Leverger. Defense of Melgaço. Cuiabá. Mato Grosso.

¹ Historiador, produtor cultural e membro do IHGMT e da AML.

Ao assumir voluntariamente o comando de agrupamento de militares patriotas na exordial defesa de Cuiabá, nas colinas de Melgaço, em 20 de janeiro de 1865, Augusto Leverger, que governara Mato Grosso de 1851 a 1857, encarnou o espírito de valentia que sempre vibrou em sua alma e corpo, vindo, muito provavelmente, com a gene dos homens-do-mar nascidos em Saint-Malo, na França. Malonenses que, assim como o bretão Leverger, partiram para explorar continentes em busca de aventuras e terras desconhecidas.

Ao se posicionar fardado, com medalha *benemerentium premium* no peito, ganha em renhidos combates, no ponto mais alto das nem tão altas, assim, Colinas de Melgaço, muito provavelmente, como cabia a alguém de seu porte e tirocínio, o então futuro barão contemplou as corredias águas do rio Cuiabá, ladeadas por densa vegetação e engrossadas pelas tormentosas chuvas de verão e se pôs a engendrar estratégias. Dali, o franco-brasileiro, que pedira reforma na Marinha do Império no posto de Chefe-de-Esquadra, em 1858, para se dedicar mais à sua família e ao trabalho de levantamento e registro de bacias hidrográficas, se imaginou no ponto mais alto das altas muralhas de granito que rodeavam Saint-Malo, na Bretanha francesa, a sua terra natal.

Leverger nasceu 30 de janeiro de 1802 e, em 1º de maio de 1819, deixou sua pátria rumo ao Novo Mundo (TAUNAY, 1932, p. 61). Portanto, viveu até aos dezessete anos de idade nos intramuros de Saint-Malo, a cidade dos corsários franceses, lugar que inspirou muitos escritores e pintores pela beleza de seu litoral e por sua história. Entre navegadores, exploradores e corsários nascidos em Saint-Malo, além de Augusto Leverger, sobressaem-se na história os nomes de René Duguay-Trouin (1673-1736), capitão-geral da costa de Saint-Malo, conhecido por sua coragem, bem como por suas muitas vitórias memoráveis contra os ingleses e holandeses durante as duas últimas guerras de Luís XIV; Robert Surcouf (1673-1736), que se tornou um dos armadores

mais ricos de Saint-Malo, famoso por ter lutado bravamente contra navios mercantes e militares britânicos nos mares da Índia e da Europa; Jacques Cartier (1494-1557), de família de armadores, foi importante escritor, explorador e navegador que descobriu a região de Quebec, em 1535, dando o nome de Canadá; François-René de Chateaubriand (1768-1848), escritor e político, um dos precursores do romantismo francês e um dos grandes nomes da literatura francesa (LEONARDI, 2020, p. 15). Os malonenses viviam e bebiam do que lhes ofereciam as águas do Canal da Mancha, braço de mar que faz parte do Oceano Atlântico e que separa a ilha da Grã-Bretanha do norte da França e une o mar do Norte ao Atlântico (GARCIA, 1997, p. 38).

Quando, ainda jovem, Augusto Leverger conheceu e permeou as muralhas, ladeiras e caminhos de pedra de Saint-Malo a partir de seu pai, Mathurino. Certamente ouviu da boca de marinheiros e taverneiros que a cidade fora palco de grandes histórias marítimas e que assistiu, ao longo dos séculos à passagem de ilustres navegadores e armadores. Poucos não foram, decerto, os ouvíveis de que a “Cidade Corsária” era uma porta pirata ativa e, também, de que esses franceses do Norte se haviam especializado na guerra de corrida contra navios ingleses e holandeses que cruzavam pelo Canal da Mancha. Foi ali, nos intramuros malonenses, que aprendeu a diferenciar um corsário de um pirata, pois o primeiro tinha a Carta do Corso, uma autorização do rei que liberava um capitão de navio e sua tripulação a perseguir e atacar qualquer embarcação que levasse a bandeira de um país inimigo. Com isso, o saque deixava de ser crime, tornando-se legal e tributável. O outro, o pirata, era apenas um aventureiro a pilhar navios mercantes mar afora.

Ao sair do transe que havia se colocado nas colinas de Melgaço, em remoendas lembranças de seu passado malonense, Augusto Leverger sabia exatamente como proceder para impedir a passagem de tropas inimigas rio acima. Os paraguaios não chegariam a Cuiabá cruzando aquelas

águas, disso ele tinha certeza. Verteu seu rosto para trás e viu que olhares de centenas de soldados lhe rogavam por ordens e encaminhamentos. Os vários combates bélicos pelos quais passara ao longo de sua vida em terras sul-americanas, impôs ao bretão Leverger a forma adequada de encará-los, um a um, cada qual na sua forma e tempo pelo que lhes foram apresentados ao longo de seu termo. Anteviu, o contra-almirante, que o entrincheiramento seria a forma adequada para conter, a partir daquela colina, no lugar Melgaço, o ímpeto varonil e patriótico da soldadesca guarani.

Leverger nem se dera conta do quão rápida seria a sua intempestiva viagem de Cuiabá à Melgaço. Recordara-se do vai-e-vem de pessoas em sua chácara, onde se encontrava a recuperar-se de pequenos males que o afligia. Essa gente expressava pavor em seus olhos e tremor em seus corpos e falas ao lhe pedir proteção. Muitos o conheciam e sabiam de sua grande bondade forma de tratar pessoas, de quaisquer escalões que fosse: “Esse dom o possuía, em extremo, o bondoso e chão Leverger. Era o seu melhor tempo, quando longe da família, no meio das indagações hidrográficas, vivia entre os seus guias sertanistas e camaradas, gente honesta e branda que rodeava, solícita, o velho marinheiro e lhe demonstrava ardente admiração” (TAUNAY, 1932, p. 82).

Entre distribuir tarefas e coordenar, a partir de um ponto por ele determinado, a construção de uma trincheira de pedras na colina de Melgaço, Leverger se lembrou da rápida conversa que tivera no dia anterior com o presidente da província de Mato Grosso, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, ao colocar-se à disposição da Pátria e liderar a tropa para defesa da capital. Com a sua inseparável espada das campanhas do Prata ainda embainhada, Leverger ouviu os relatos do presidente sobre o abandono de posto de uma força militar no lugar Melgaço. Tinha sido uma tentativa frustrada do governo provincial de Mato Grosso de defesa da capital. Faltou estratégia e comando nesta ação. A volta intempestiva dos soldados à Cuiabá só veio a causar mais

medo e pânico numa população apavorada e presa no desespero de que nem os próprios militares estavam preparados para sua defesa. Tudo era desordem e confusão, com fugas de famílias inteiras ou aos pedaços para Goiás ou Pará, ou mesmo para onde fosse possível fugir das afiadas adagas cortadoras de pescoços dos paraguaios, pois era isso o que mais se ouvia nos becos e ruas cuiabanas. Sobre a debandada, foram muitos os relatos:

Era o espetáculo medonho, pungente e não raro, cômico. Houve pais que abandonaram as famílias, tomando rumo desconhecido, como que resolvidos a salvarem única e, tão somente, o seu vulto, como se dizia depois"... "Repetiam-se as cenas que se haviam dado no distrito de Miranda, que já deixei anotadas em outro livro e que, passado aquele pânico, provocavam longas e gostosas gargalhadas. Assim, um sujeito, de barba até aos olhos se disfarçaria em mulher, sobre cujos enormes seios de chumaços expandia esplendida barba negra de verdadeiro capuchinho; assim também outro, que fugira com um galo debaixo do braço, sem saber pelo que e, só a noite, verificou ter abafado o galináceo de tanto o apertar ou então um terceiro que viajara em canoa dias inteiros levando à mão, absolutamente inconsciente, um ananás! (TAUNAY, op. cit., p. 95-96).

Leverger achou que o presidente Carvalho estava apático, irresoluto e desanimado com a situação que se apresentava. Foi quando Augusto Leverger se mostrou conhecedor profundo das cercanias e chamou para si a responsabilidade daquela ação bélica. Sabia, também, que não podia fracassar. Se tal fato ocorresse seria a desordem total e o pânico alcançariam os seus mais altos limites entre os cuiabanos. Ao escrever a biografia de Augusto Leverger, o historiador Visconde de Taunay deu sua opinião a respeito do estado de espírito do presidente Albino de Carvalho ante a possibilidade de serem atacados pelos paraguaios: "Aquele presidente, embora correto quanto a atitude pessoal e sem dúvida capaz de cumprir debaixo das ordens de outrem o

seu dever de militar, não estava a altura de tão melindrosa situação, lhe faltavam a iniciativa, o entusiasmo e a espontaneidade indeclináveis para infundir em tão apertada conjuntura” (TAUNAY, op. cit., p. 89).

Na pressa de resolver aquela situação imposta pela premência ditada pela invasão paraguaia em Corumbá, há menos de um mês, então, nem ao menos despedira-se de seus familiares, deixando-os no conforto de seu lar cuiabano. Leverger era assim mesmo, como está no dístico do seu Brasão de Armas: “*Sempre Pronto*”, sentiu que os seus estariam mais protegidos se ele, o destemido malonense, estivesse no ponto mais alto das colinas do lugar Melgaço a defende-los e, por extensão, aos cuiabanos. O então futuro barão perdera seus pais num pequeno lapso de tempo, a mãe Reine Corbes faleceu em França, em 1821, e o pai, Mathurino Miguel, no ano seguinte, na cidade de Buenos Aires. Foram perdas que chorou por toda uma vida e a construção de sua família e vida totalmente cuiabana lhe tirou, inclusive, o desejo de voltar à França, mesmo tendo parentes próximos, com os quais correspondia-se por cartas. Amou como poucos a cidade de Cuiabá.

Os poucos moradores do lugar Melgaço seguiram os corredios passos dos primeiros militares evadidos de seu posto de vigilância e salvaguarda cuiabana, enfiando-se corixos, trilhas e morretes rio acima. Deles não pode se valer o agrupamento de militares que se reunira em torno do intrépido Leverger. A primeira noite no lugar, assim como as que se seguiram foram debaixo de improvisadas taperas cobertas com folhas de palmeiras. Abundava nessa região o babaçu, assim como o acori e a bocaiuva, desta última a polpa pode ser consumida “*in natura*”, sendo possível que grande parte da soldadesca, entre vibrantes falas e ordens do dia, tenham apreciado essa iguaria pantaneira, visto que a sua frutificação ocorreu entre os meses de setembro e fevereiro, variando com as precipitações pluviométricas.

A colina onde foi feita a fortificação entrincheirada à base de pedras superpostas era rodeada de terreno alagadiço,

especialmente no período das cheias, tal qual como ocorria naquele janeiro de 1865. As chuvas eram permanentes, engrossando o caldo do rio e provocando o transbordo às margens. Isso posto, imagina-se a dificuldade pela qual passou toda a tropa para a construção dos pontos de apoio para abrigo dos soldados, quanto para o traslado do madeiramento e folhagem de palmeiras, utilizados para seu feitiço: “Trabalhava-se sem cessar, muitas vezes com água pela cintura, e até pelos peitos. Elevado o destacamento de 300 praças a 1.000, quase todas da Guarda Nacional, cuja conduta foi positivamente admirável, cresceram, com rapidez, as obras, apesar de todos os contratempos, chuvas incessantes, privações de toda a espécie e, em expedição tão às pressas arranjada, tudo sem que ninguém se queixasse sequer e ainda menos desse motivo ao menor castigo ou simples reparo” (TAUNAY, op. cit., p. 99). Tinha a tropa toda confiança inabalável em seu comandante, visto que sabiam de seu comprometimento com aquele propósito, ademais, era um vencedor e homem de sorte na vida, portanto, o tinham como um talismã naqueles difíceis dias no lugar Melgaço.

O temor inicial e a sensação de serem surpreendidos de uma hora para outra por tropas inimigas era algo real. Incomum seria o contrário.

As ordens iniciais do contra-almirante Leverger foram seguidas à risca e em poucas semanas estavam levantadas as paliçadas de abrigo da guarnição e levantada, em pedras justapostas, a trincheira destinada a ser referência histórica. Com o passar dos dias, a confiança do comandante era a mesma dos comandados. Da capital vinham os víveres necessários à boa manutenção da soldadesca, à esta altura com a autoestima já elevada. À frente de todo esse propósito estava Leverger, o escudo protetor cuiabano. Com as idas e vindas entre Cuiabá e Melgaço, de praças destinados ao fornecimento de alimentos à tropa, a cidade era informada sobre o que ocorria naquela colina. Afinal de contas, viriam ou não, os paraguaios? Essa era a pergunta

que brotava em todos os lares e ruas cuiabanas. O fato é que passou janeiro, fevereiro e chegou o mês de março. Com ele cessaram as chuvas e o rio Cuiabá diminuiu seu fluxo d'água, dificultando o ir e vir de embarcações de grande calado. Foi um alento.

Nos dias que antecederam a volta à Cuiabá da maioria da tropa, com Leverger à sua frente, não tinha como não analisar o fato de que o bretão cuiabanizado, apelido atribuído pelo historiador Virgílio Corrêa Filho ao barão de Melgaço, não ter sido apanhado por tropas paraguaias no primeiro momento da invasão ao solo mato-grossense. Escapara Augusto Leverger do gravíssimo perigo de ir desde logo figurar em Assunção, entre os fáceis troféus e de pronto alcançados pelas armas paraguaias na sua desleal incursão pelo território brasileiro adentro: “Reservava-o a Providencia para prestar a Mato Grosso serviços da última relevância, servindo-lhe de braço forte; e broquel ante o qual estacou essa formidável invasão, do que o iminente marinheiro ia sendo uma das primeiras vítimas” (TAUNAY, op. cit., p. 93-94). Digo isso pelo que ocorreu com o coronel Frederico Carneiro de Campos, que havia sido indicado presidente da província de Mato Grosso, cargo que não ocupou por ter sido preso na Fortaleza de Humaitá, onde acabou sendo morto. O fato é que Leverger se encontrava no distrito de Miranda, para onde tinha em outubro de 1864, em explorações científicas a pedido do governo de D. Pedro II. As chuvas torrenciais salvaram-lhe a pele, fazendo-o se desencontrar da morte. Sobre esse tema, assim se pronunciou Augusto Leverger: “Parti de Cuyabá em abril de 1864 e não contava voltar antes do fim do ano; mas a estação de chuvas entrou mais cedo e tornou-se mais rigorosa do que costumava ser. Vi-me, pois, forçado a interromper os meus trabalhos de exploração corográfica nos últimos dias de outubro e foi a minha salvação, porquanto, achando-me tão chegado à fronteira, teria, sem dúvida alguma, sido uma das primeiras vítimas da invasão paraguaia” (TAUNAY, op. cit., p. 88). Naquele ano de 1864 o começo da estação das águas na

porção sul do antigo Mato Grosso foi atípico, um despropósito de chuvas acompanhadas de raios, trovões e fortes ventos, completamente diferente de períodos anteriores, pelos temporais apresentados. Esse fato lhe inviabilizou a permanência em Miranda, tanto é que em dezembro estava de regresso à Cuiabá.

No período em que estive em Miranda em proveitosas pesquisas e levantamentos da Corografia mato-grossense, andaram por terras que se avizinharam às permeadas por Leverger, grupos de paraguaios disfarçados de mascates, de compradores de terras e de gado. Isso tudo ocorria sem que o governo imperial tivesse obtido informação concreta destes fatos, que não muito tempo depois geraria horrendas hostilidades. Visconde de Taunay, no livro *Estrangeiros Ilustres*, no trecho das lições e investigações de Augusto Leverger, não acreditava em pré-conhecimento pelo governo imperial das incertas paraguaias em solo brasileiro, no período que antecedeu o começo da contenda entre nossos países: “seria possível, que o governo houvesse deixado correr tamanho risco, exatamente ao homem de maior prestígio e renome, em todo o Mato Grosso, vulto muito conhecido e respeitado no próprio Paraguay? Simplesmente inacreditável, absurdo!” (TAUNAY, op. cit., p. 89). O autor discorre sobre as dificuldades pelas quais passaram importantes famílias que moravam naquela região fronteiriça. Algumas delas foram encarceradas e tiveram bens saqueados. Dentre alguns casos relatados, cito o da família do alemão Barbosa Brunswick, que, após sofrer com saques, “e outras violências”, por tropas de militares paraguaios, ficaram à mercê de uma turba de índios Kadiwéu (Mbayá-Guaikurú), que os dizimaram, possivelmente para agradar os “espanhóis”. Estes índios não consentiam invasores em seus territórios e, naquela época, matavam tanto brasileiro, dos quais, em alguns momentos, diziam-se aliados, e, também paraguaios. O certo mesmo é que tanto portugueses ou espanhóis, como os denominavam os Kadiwéus, temiam esse povo que chegou a tomar e destruir uma fortificação na linha do rio Apa

(TAUNAY, 1932, p. 89). Essa imensa área fronteiriça entre Brasil e Paraguai, naqueles tempos de guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, era território de divisas contestadas por ambas as nações. Em 1853, D. Senhorinha Lopes, esposa do herói de guerra, Guia Lopes, foi aprisionada e levada para as bandas de Concepción, em lugar chamado Villa Horcheta, sendo acusada de desenvolver a pecuária em território tido como contestado. A Sra. Lopes foi libertada e, menos de 10 anos depois, eis que ocorre com ela o mesmo fato. Em 1865, Senhorinha Lopes foi encarcerada juntamente com expressivo número de pessoas que trabalhava na fazenda do Jardim, pouco distante do rio Miranda, onde andava Augusto Leverger a fazer sondagens e registros da Corografia e da História de Mato Grosso.

Tais movimentações belicosas por parte dos paraguaios tinham como propósito de mapear a região de território brasileiro a ser invadida. Não tinham, os brasileiros, ideia disso. Nem queriam, os paraguaios, que isso viesse a ocorrer ou que desconfiassem, daí se disfarçarem de mascates e compradores de gado. Perguntavam, indagavam e anotavam tudo. Eram espiões do governo paraguaio, deixando o terreno fértil para usurpação e apoderamento do território brasileiro. Muitas foram as investidas paraguaias nesse sentido, num momento em que os brasileiros estavam desarmados, literalmente, de espírito e equipamentos de segurança pessoal. A movimentação de fazendeiros e peões na fronteira era normal, apesar de escassa, por conta de ser parcamente habitada. Nesse sentido, existe registro em área de légua e meia da divisa do Apa, sobre um parente do sertanista José Francisco Lopes, que atuara com Leverger: “caminhou para o Sul, e foi com mulher e filhos, estabelecer-se junto ao morro do Retiro...não levou consigo senão mansos bois de carro e pacíficos instrumentos de lavoura e indústria pastoril” (TAUNAY, op. cit., p. 90).

A cada dia que passava aumentada a incidência de tropeiros e mascates, dos quais alguns não passavam despercebidos por conta de “*certo apuro no trajar*”. Os

mascates vendiam joias e badulaques e, ao mesmo tempo, se esmeravam em formas de indagações sobre a vida e atividades dos locais. Caso instigante foi relatado por João Faustino do Prado, descendente do afamado bandeirante paulista João Leme do Prado, sobre esses meses que antecederam à invasão paraguaia em solo mato-grossense: “[...] nos primeiros dias de outubro de 1864, chegara à sua fazenda do Morro do Azeite, a poucas léguas da vila de Miranda e à margem direita daquele rio, um homem que se dizia espanhol, mas morador antigo do Paraguai” (TAUNAY, 1932, p. 91). Esse homem era conhecido por D. Manoel Perez, tendo impressionado João Faustino por sua amabilidade, franqueza, cordialidade e alegria. Homem insinuante e muito bem-apegoado, falava com eloquência e tinha boa memória, pois não anotava absolutamente nada das extensas conversas havidas com Faustino. Era de se imaginar que algo de errado estava por haver, visto que o espanhol “visitara o distrito todo, oferecendo à venda cavalos e bestas, que, aliás, não trazia. Queria, afirmava, arranjar clientela para a colocação de excelentes animais comprados em Entre Rios e Corrientes, declarava-se muito satisfeito com as encomendas já escritas em seu caderno” (TAUNAY, op. cit., p. 91). Depois de gozar da hospitalidade do brasileiro por alguns dias, o espanhol decidiu viajar, iria dar prosseguimento à sua viagem de negócios com bois e muares. Para selar aquilo que nos pareceu ser o de uma grande amizade havida entre as partes, o fazendeiro João Faustino lhe ofereceu lauto jantar, acompanhado de uma bebida chamada, na época, “*laranjinha*”. Certamente era um coquetel de frutas e aguardente, ou algo parecido. Depois de uma laranjinha e outra, o espanhol ficou mais a vontade, resolveu se abrir com o brasileiro e disse que não era espanhol coisa nenhuma, era mesmo paraguaio. Nisso, João Faustino, com a pulga atrás da orelha, lhe questionou o que deveras fazia por aquelas bandas: “Ah! Viajo por necessidade de saúde e para conhecer o seu Brasil, de que muito nos ocupamos lá no Paraguai” (TAUNAY, 1932, p.

91/92), disse D. Manoel Perez. Já bem à vontade, e sentindo-se seguro do que podia ou não dizer àquele homem de quem gostara e lhe aprazia a companhia, dispôs-se a falar de política. Puxou para a questão da diplomacia entre os dois países sul-americanos, o Brasil e o Paraguai: “Olhe, meu amigo, o Imperador Pedro II deveria entender-se com El Supremo. Juntos daríamos muita pancada nos pícaros argentinos e selvagens orientais. Tomaríamos, nós Corrientes e Entre Rio e “uestes” a Banda Oriental, tudo isto em poucos meses. É o que se deveria fazer” (TAUNAY, op. cit., p. 92). Certamente João Faustino passou a imaginar as mais aludidas situações com a fala de, agora paraguaio, D. Perez, ficando mais aturdido quando ouviu, depois de um lapso de tempo silencioso em que se ouviam apenas o coaxar de sapos e rasgos de urutaus em agonia, uma pergunta tipo olho-no-olho: “Por que é que o amigo não se muda daqui? É sempre mau, para quem tem pai tão idoso, mulher e muita família estar perto de fronteira”. De pronto e sem pestanejar Faustino retrucou “Estranho o que o senhor me diz; nem posso imaginar o que me virá nesta minha situação (fazenda) tão retirada no fundo destas solidões” (TAUNAY, 1932, pg. 92). Ambos eram pessoas experimentadas na vida, haviam passado, cada um em seu quadrado e objetivos, por experiências que os levaram a analisar melhor a situação vivida ali naquele final de jantar, com laranjinha a abrir o apetite e a boca do paraguaio. Compreendeu D. Perez que poderia ter falado mais do que devia e recolheu-se, em silêncio, ao seu quarto de dormir. Havia tido entre os dois uma boa sintonia espiritual, no entanto, com propósitos e ambições distintas. Por isso antes de tomar assento na sela de um cavalo que o levaria até a embarcação com destino à vila de Miranda, Dom Perez tentou, mais uma vez, só que desta feita de forma bem mais direta, reiterar a recomendação feita em forma de sobremesa no jantar da noite anterior: “D. Faustino, por que é que *usted* não sai daqui quanto antes? O brasileiro questionou a afirmativa do paraguaio que continuou “Eu lá sei... não vê nuvens escuras do lado

do Sul? A República fará como o rio de que tem o nome; inundará centenas e centenas de léguas ao sair de seu leito. Vejo, porém, que *usted* não tem medo de nada”. Ao citar a palavra República, o paraguaio se referia ao seu país, que saíra do jugo colonial espanhol, em 14 de maio de 1811, tornando-se uma espécie de República. Certamente, esse D. Perez era um militar preparado para fazer o que fez, no entanto, simpatizara com o fazendeiro Faustino e quis poupá-lo. Porém, o espírito patriótico falava alto no coração do brasileiro, que ainda ouviu do paraguaio no momento em que este se preparava para subir à embarcação, de que o Brasil não se encontrava naquele momento preparado para um evento bélico e que naquela extensa região só haviam “*cabides de armas*”, nada mais. Essa afirmativa foi ratificada pelo coronel Resquin, um dos mais importantes militares a compor o exército paraguaio naquele período. Para arrematar, certamente com um pé na terra e o outro no barco disse: “Gostei tanto, D. Faustino desta sua bela e boa terra que breve aqui voltarei, trazendo amigos e companheiros. De forma veemente, mas com a argúcia da gente interiorana, Faustino colocou a casa, a fazenda e todos os seus haveres à completa disposição de D. Perez, dizendo que essa anunciada segunda visita seria aguardada de forma impaciente e, também, ansiosa ” (TAUNAY, op. cit., p. 93).

Não era outra coisa toda aquela movimentação guarani, senão os últimos preparativos para a invasão paraguaia. Ou seja, essa ação bélica foi um processo estudado, planejado com o tempo que os paraguaios julgaram ser o melhor.

A volta à Cuiabá, a Nobiliarquia

Depois de algum tempo, com segurança e experiência em batalhas e peleias ao longo de sua vida, em fins de março Leverger deixou o lugar Melgaço e voltou triunfante à sua querida Cuiabá. Esperava-o a glória. Naquele momento, era ele uma espécie de Salvador da Pátria, aclamado ufanisticamente pelo povo cuiabano. Agradeceu, de pronto, e voltou ao seu lar. Estava passado de febre e foi se curar em casa.

Pesava-lhe a idade e os meses que passara sob intensos temporais e lamacentos pisoteios no chão de Melgaço. Poucos meses se passaram do grande feito de Augusto Leverger nas colinas do lugar Melgaço e eis que lhe vem, do Governo Central, uma notícia de grata surpresa. Por conta de seu desprendimento e patriotismo que honraram todo o Brasil, fora agraciado, no dia 7 de julho de 1865, com o título de Barão com grandeza – Barão de Melgaço – honraria concedida pelo Imperador Pedro II, pelos mérito em seus feitos no lugar Melgaço.

Incomodava ao velho marinheiro que do alto das muralhas de Saint-Malo, em sua adolescência, se encantara com o ir e vir das fragatas corsárias, o fato de ter sido elevado a tão alto grau de nobreza na sociedade cuiabana e imperial brasileira. Era ele um homem de ação nas colinas de Melgaço, apenas um bom modelo de comportamento a ser seguido pelos cuiabanos apavorados com a possibilidade de uma invasão inimiga. Leverger não pensava como eles e, por ser profundo conhecedor de navegação fluvial do *interland* mato-grossense, achava pouco provável a vinda de navios da flotilha paraguaia, de bom calado, chegarem à capital, “nada mais fiz, portanto, do que dar bom exemplo, esforçando-me por incutir nos outros a minha convicção e segurança” (TAUNAY, op. cit., p. 102), disse o barão em lembrança desse episódio. Certo tempo depois, em carta enviada à sua irmã, que morava em França, reforçou o seu modo de pensar sobre o recebimento da honraria: “Lisonjeou-me a distinção que recebi e ainda hoje por ela sinto gratidão; mas longe estava de deseja-la, porquanto um título nobiliárquico um tanto elevado é ônus não pouco incômodo para quem dispõe de meios menos que medíocres, o que tive por vezes ocasião de verificar por modo até penoso, quase vexatório”.

A sociedade cuiabana venerava Augusto Leverger. Tinha-o como um talismã, pois nas horas mais difíceis lá estava o bretão a lhes estender a mão. Foi assim em várias ocasiões, como presidente da Província, nas Colinas de Melgaço, na epidemia da varíola e em inúmeras outras vezes das quais,

algumas jamais saberemos, visto ser ele um homem que não se dava ao desfrute da autopromoção. Por conta desse sentimento cuiabano em relação a Leverger, o seu título de Barão foi com eles dividido. Eles também se sentiram agraciados pelo mérito recebido pelo malonense. Entende-se isso a partir das palavras do senador por Mato Grosso, Silva Paranhos, um dos mais importantes homens do Brasil Império, depois visconde do Rio Branco, quando em sessão do Senado, de 5 de junho de 1865, disse o seguinte:

Eu quisera Snr. Presidente, neste momento, não desviar os meus olhos do quadro que tão vivamente a eles se apresenta das cenas de dor e consternação de que é teatro a infeliz província de Mato Grosso. Eu quisera mostrar ao Senado o doloroso espetáculo que apresenta aquela população em desespero, julgando-se abandonada pelo governo, apelando para o céu e agrupando-se em torno do velho e bravo chefe de esquadra Leverger, adorado como um ídolo, como enviado de Deus para salva-los das garras de ferozes inimigos” (TAUNAY, op. cit., p. 101).

Augusto Leverger foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com entrada em 19 de outubro de 1848. Por honra e mérito também fora agraciado com outros títulos nobiliárquicos, sendo sido Oficial da Ordem da Rosa, Cavaleiro do Cruzeiro e Comendador da Ordem de São Bento de Avis.

O Barão gostava de ser referenciado como hidrógrafo, tema pelo qual dedicou grande parte de sua vida, legando à posteridade plantas, diários e roteiros de navegação que serviram de base ao levantamento de mapas hidrográficos. Porém, foram as trincheiras do lugar Melgaço o ponto que lhe fez alçar os píncaros da glória, ainda em vida, coisa para poucos. Podemos afirmar que Leverger era avesso a homenagens, galanteios e laurel. Ao ser transformado em Barão, um título de nobreza ambicionado pela maioria absoluta das tradicionais famílias de Cuiabá e Mato Grosso do Brasil imperial, veio à tona o peso da denominação. Não seria

mais chamado pelos seus amigos de capitão, almirante, presidente ou, simplesmente de Augusto. Agora era o Barão de Melgaço. Esse desconforto ele deixou bem claro em uma carta escrita à irmã que morava em França: “Lisonjeou-me a distinção que recebi e ainda hoje por ela sinto gratidão; mas longe estava de desejar-la, porquanto, um título nobiliárquico, um tanto elevado, é ônus não pouco incômodo para quem dispõe de meios menos que mediocres, o que tive por vezes ocasião de verificar por modo até penoso, quase vexatório”. Foram pesadas as queixas à irmã francesa. Leverger era um homem dedicado aos trabalhos dos quais se propunha a desempenhar, quer seja na pesquisa, na escrita, em trabalho de campo, comandando tropas ou capitaneando um navio. Na política, também tinha talento, tanto é que até os dias de hoje a pessoa que mais esteve no cargo de governante de Mato Grosso em quatro períodos. Porém, não usou de seu cargo para atrair benefícios financeiros para si, daí não ser um homem rico. Por isso não era um frequentador das altas rodas da sociedade, formada por empresários bem-sucedidos, por herdeiros de fortunas fabulosas, por políticos inescrupulosos e corruptos ou, em última instância, por aqueles que gostam de ambientes festivos e cheios de futilidades. Claro que ele se sentiu feliz com o título, assim como toda a sua família, no entanto, ele sempre preferiu a lida com o leme, o desembainhar de sua espada e com o bordejo em matas e rios, preferencialmente inexplorados. Para mim, assim era Leverger.

Após o passamento de Augusto Leverger, sua memória não seguiu os preceitos de Estevão de Mendonça, que virou dito popular cuiabano: “*Quem morre em Cuiabá morre duas vezes. Morre de morte morrida e morte pelo esquecimento*”. Sempre lembrado pelo zelo e dedicação às causas de Mato Grosso, teve aumentado o seu reconhecimento pela sociedade mato-grossense. Deu nome a duas cidades, *Santo Antônio de Leverger*, antes Santo Antônio do Rio Abaixo, e, também, a *Barão de Melgaço*, lugar onde fez construir a trincheira de pedras superpostas e que lhe proporcionou a

nobiliarquia. Também é nome de ruas, praças e bibliotecas em vários pontos de Mato Grosso. A casa onde morou por décadas, na rua que leva o seu nome, também o homenageia: Casa Barão de Melgaço, sede das instituições culturais mais antigas do estado, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Academia Mato-Grossense de Letras, e que estão em atividade desde 1919 e 1921, respectivamente. Augusto Leverger já recebeu, ao longo dos mais dois séculos de seu nascimento muitas homenagens. Trata-se de uma das personalidades mais estudadas e pesquisadas em Mato Grosso, quer seja por estudantes, professores, historiadores e pesquisadores.

O malonense Leverger não chegou a guerrear do alto de sua trincheira em Melgaço, como já o sabemos, uma vez que o inimigo não subiu o rio. Ao se posicionar nas imediações da empedernida barricada de pedras anteviu batalhas com guerra de posição, essa provável situação levou à história o epíteto Trincheiras de Melgaço.

O Memorial da Guerra do Paraguai

Descida para o local da Defesa de Melgaço



Fonte: acervo fotográfico do IHGMT

A ação militar de Leverger na colina de Melgaço instigou a criação de um ambiente de salvaguarda da memória mato-grossense sobre o que foi a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em território do município de Barão de Melgaço. A famosa trincheira construída de pedras superpostas, em forma côncava, a partir da coleta de rochas areníticas, de pedra canga, pedra cristal e seixos nos mais variados formatos, muitos dos quais ainda se encontram esparramadas, não tão distantes assim do ponto original do propósito bélico, que abrigou dois pequenos canhões, além de do vai-e-vem da soldadesca cuiabana sob ordens de Leverger (SANTOS, p. 134).

Pesquisadores e historiadores registraram em livro a ação melgaciana de Augusto Leverger, no entanto, com o passar dos tempos e o desfazer natural da superposição das pedras em forma de murada, passou esse tema a ser de interesse e observação apenas dos moradores locais da vila de Melgaço, mais tarde, município. Com o crescimento da localidade a partir da década de 1980, ocorreram mudanças estruturais na cidade e novos bairros foram criados, dentre eles o de Chacororé, na crista da colina que viu abrigar, nos primeiros meses de 1865, um marco da história do Brasil.

O meu primeiro contato com o espaço físico que abrigou a trincheira se deu em 1991, o local era uma mata fechada, com poucas construções, aqui e acolá. Contemporaneamente, o bairro é repleto de construções de casas de moradia e de alguns comércios. O que atrai as pessoas a residir neste local é a altitude em relação à posição geográfica da sede municipal, quase toda instada à boa altura do nível do rio Cuiabá, sempre sujeito a transbordo por conta de cheias periódicas. Muitos locais fogem de enchentes periódicas e de suas causas, uma vez que elas sempre ocorrem e, muitas delas, com de péssimas recordações aos moradores do lugar.

Em 1993, a prefeitura do município se dispôs a promover parceria com a Fundação Júlio Campos para a produção de um vídeo-documentário e uma revista impressa, cujo tema

era a história local. Essa instituição, a FJC, com sede em Várzea Grande, obra do espírito altruísta do empresário e político Júlio José de Campos, foi criada com o intuito de oferecer apoio às áreas da cultura, educação, turismo e ação social. O prefeito Ciro Gonçalves era um dos mais entusiasmados com o projeto de registro da memória histórica local e não mediu esforços para sua realização.

Dentre as muitas histórias pantaneiras e de personalidades que se destacaram na construção da cidade, pelo menos duas delas chamavam mais atenção.

Pedras da Defesa de Melgaço



Fonte: Acervo fotográfico do IHGMT

A primeira área do terreno onde a sede urbana de Barão de Melgaço está assentada era de propriedade do coronel Totó Paes de Barros, famoso industrial e político mato-grossense. As toscas construções e poucas casas comerciais que salpicavam nas colinas de Melgaço tiveram lento progresso no entremeio do final do século XIX e começo do XX. Porém, uma ação desenvolvida pelo casal Totó Paes e sua esposa Dona Úrsula marcou e mudou definitivamente a história do então distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo. O casal doou uma área de terras à santa padroeira do povoado, Nossa Senhora das Dores. Essa doação foi assegurada por escritura pública e tinha a intenção de agregar os habitan-

tes de Melgaço em torno do lugar e da santa de devoção local. A área era de duas léguas de frente para o rio e duas léguas de fundo. Por muitos anos, ninguém pode vender sua propriedade por não possuir escritura e nenhum documento de compra ou mesmo de doação. Com o tempo, por cobrança da própria comunidade, as autoridades constituídas se dispuseram a resolver a questão com uma carta de aforamento. Dessa forma, os documentos definitivos de posse passaram a ser emitidos. Essa atitude de Totó Paes e D. Úrsula é interpretada até os dias de hoje como forma de carinho profundo às pessoas e ao lugar Melgaço. Totó Paes era da estirpe dos primeiros bandeirantes que pisaram o solo de Mato Grosso e fundaram cidades território afora. Era de espírito empreendedor e fundou a Usina do Itaicy, sendo considerado o Pai da Indústria de Mato Grosso.

Maria Rita Delgado



Fonte: acervo fotográfico do Autor

O outro caso que chamou a atenção foi o da trincheira mandada ser feita pelo contra-almirante Augusto Leverger. Poucos sabiam do lugar exato onde teria sido erguida a murada. Os que sabiam apenas apontavam com o dedo o lugar que deveria ser, mas não se dispunham a indicar o ponto certo. Tendo como guia um funcionário da prefeitura municipal, de nome Brás, morador da localidade de Capoeirinha, me predispus a explorar o local indicado por pessoas moradoras no entorno do bairro Chacororé. Andamos por

trilhas salpicadas de pedras de todos os tipos e tamanhos. O ponto que imaginávamos ser o da feitura da trincheira estava ocupado por terrenos cercados, alguns já com casas construídas, inclusive. Mas, para todo o canto que se vai tem pedra, como disse, das grandes e pequenas. Olhamos um para o outro e, na dúvida, resolvemos voltar e buscar alternativas confiáveis. Para redimir qualquer tipo de dúvida surgiu a figura de dona Maria Rita Delgado, uma mulher de 103 anos de idade, de baixa estatura e pouco arqueada, por conta de sua avançada idade, era filha de escravos, nascida exatamente no ano em que foi assinada a Lei Áurea, pela Princesa Isabel, em tempos de Segundo Império. Mesmo centenária, ela possuía vigor físico e memória invejáveis. A ela fui apresentado como um pesquisador que queria saber onde era o ponto exato da construção da trincheira. Ela me fitou de cima para baixo e disse: “mas para que o senhor quer saber disso, quer ir lá? Ninguém vai lá porque é pedraria grande, difícil de andar”. Eu lhe expliquei que aquilo tinha uma importância histórica para Mato Grosso, enfim, contei sobre Leverger e seu feito na época da Guerra do Paraguai, o envolvimento do governo, das pessoas, do lugar. Ela me observava e, por fim, balançou a cabeça positivamente dizendo que já tinha ouvido essa mesma história, só que não se lembrava exatamente da boca de quem. Depois, me confessou que foram mais de duas pessoas que resenharam tais fatos. Depois dessa conversa me senti confortável em convidá-la para irmos ao bairro Chacororé e reconhecer oficialmente o ponto da instalação da trincheira. Essa nossa conversa ocorreu na parte baixa da cidade. Para quem não conhece Barão de Melgaço, a sede municipal tem o centro da urbe entre dois morros. Da parte central da cidade, que é a parte baixa, até o bairro Chacororé há que se percorrer um trajeto de aproximadamente 1,5 km, sendo a primeira parte uma subida íngreme, até se ganhar o topo da colina, onde lá, quase no seu final, encontraríamos o nosso objetivo. Com o aceite de dona Maria Rita em nos indicar o ponto correto da famosa trincheira, a convidamos, abrindo a porta dianteira

do meu carro, para que adentrasse ao veículo para irmos ao nosso destino. Qual não foi o meu susto com a resoluta resposta daquela simpática mulher: *“Cô quem que o senhor está pensando que está lidando? Quem o senhor pensa que é? Que eu sou assim, de ir entrando no primeiro carro que me abre a porta? Não senhor, pode ir cô seu carro. Vô de pé, e não vai atrás de mim, me acorando não, me espere lá em cima, bem lá lonjão, sô dgente de família”*. Nisso, o Brás, funcionário da prefeitura, me fez um sinal com a cabeça. Entendi que o melhor era sair dali e fazer o que dona Maria Rita ordenara. Ela era uma mulher espetacular, subiu a rampa do bairro Chacororé apenas com a ajuda de uma improvisada bengala e chegou ao destino por ela proposto. Não demorou e ela apontou o lugar. Essa passagem ficou para sempre em minha lembrança, por isso considero Barão de Melgaço um lugar especial, com pessoas especiais e histórias ainda a serem desvendadas e contadas.

O Museu do Memorial da Guerra do Paraguai e Placa



Fonte: Acervo fotográfico do IHGMT

A primeira tentativa de fazermos algo que registrasse a grandeza histórica do lugar começou com o prefeito municipal Ciro Gonçalves, filho da terra e que via na exploração do turismo regional uma saída para a combalida economia melgacense. Apesar de algumas tratativas não foi possível evoluir o propósito de se desenvolver projetos voltados à preservação da memória local. No entanto, a ideia de que tudo deveria ser a partir das Trincheiras de Melgaço, estava plantada.

No começo da década de 1990 eu conheci e desenvolvi uma das amizades mais aprazíveis que tive na minha vida de mato-grossense, com o historiador Paulo Pitaluga Costa e Silva. Por longo tempo nossas conversas giraram em torno de história, memória, Instituto Histórico e Geográfico (IHGMT) e coisas do gênero. Escrevemos juntos um livro e dividimos projetos culturais dos mais variados. Na linha de entendimentos de o que fazermos na e pela cultura e memória de Mato Grosso entrou em pauta a trincheira feita a partir de pedras superpostas na colina do lugar Melgaço.

Em 2008, o historiador Pitaluga foi conduzido ao cargo de Secretário de Estado de Cultura de Mato Grosso. Nesse tempo eu era presidente do IHGMT, e passamos a desenvolver um projeto de salvaguarda da trincheira. Nesse momento entra em cena a pesquisadora e historiadora, Doutora Elizabeth Madureira Siqueira, que já havia sido presidente do IHGMT. Então entrou em ebulição esse propósito que teve um nome: Memorial da Guerra do Paraguai. Por que isso, e não, simplesmente algo relacionado à trincheira? Explico: O historiador Pitaluga dispõe de extensa bibliografia e é um estudioso da Guerra da Tríplice Aliança, e ele sempre foi a favor de que o estado de Mato Grosso devesse ter um local de salvaguarda da memória de tão bravos heróis que tivemos dessa fatídica guerra. Com a divisão do Estado na década de 1970, a maior parte do teatro de guerra e suas operações ficaram para Mato Grosso do Sul: Corumbá, Ladário, Forte Coimbra, Apa, Miranda, Dourados e outros pontos históricos. O que nos restou de memória desse

período tão importante para a história de Mato Grosso? Pouca coisa, podemos citar o Combate do Alegre, batalha naval ocorrida em 11 de julho de 1867, nas proximidades dos rios Alegre e São Lourenço; também a saída de tropas do porto de Cuiabá para a Retomada de Corumbá, em 13 de julho de 1867; ou, então, o feito heroico de Leverger e seus comandados nas colinas do lugar Melgaço. Optamos pela trincheira. Foi, então, iniciada a feitura de um projeto que previa a instalação de um Museu na cidade de Barão de Melgaço, em lugar mais próximo possível das trincheiras, em espaço que abarcaria toda sorte de equipamentos, peças e lembranças da Guerra do Paraguai. De quebra, a pessoa que fosse visitar o museu iria conhecer, através de uma trilha, o ponto onde o almirante Augusto Leverger e sua tropa estiveram por meses à espera de tropas inimigas. A ideia era ótima. O projeto foi elaborado e recursos foram liberados para a construção do Memorial. Foi adquirido o terreno e erguido um prédio de aproximadamente 100 m², com espaço suficiente para abrigar o acervo a ser adquirido para compor o museu. Caberia à prefeitura municipal de Barão de Melgaço a salvaguarda e manutenção do lugar. A proposta era entregar de “porteira fechada” para a administração municipal da época. Durante a construção dessa obra ocorreu eleição no IHGMT. Eu deixei a presidência e assumiu a professora Elizabeth Madureira Siqueira, eficaz escritora, historiadora e gestora mato-grossense. Ela continuou a obra, entregando-a, dentro das normas legais, à prefeitura do município de Barão de Melgaço. Todos de acordo procederam-se à inauguração do prédio e sua disponibilidade à sociedade mato-grossense.

Em 7 de maio de 2011, em ato que fazia parte da programação do aniversário de Mato Grosso, que é comemorado no dia 9 de maio, ocorreu inauguração solene do Memorial da Guerra do Paraguai. Era um sábado e o governador Silval Barbosa procedeu à inauguração do espaço cultural. Nessa época o Secretário de Estado de Cultura era João Malheiros que, enquanto deputado estadual, criou uma lei de obriga-

toriedade de comemoração do Dia de Mato Grosso, em todo 9 de maio. No discurso do governador via-se claramente o desejo de que a sociedade local tinha que valorizar aquele ponto histórico e saber o que aconteceu naquele lugar. Ao cumprimentar a Sra. Ângela Maria Fernandez, consulesa do Paraguai, presente na solenidade, o governador propôs para aquele propósito uma integração maior entre as nações: “É essa a relação que nós queremos, para estreitar os laços”...“-Contem com nosso apoio, com a nossa parceria, como no dia de hoje, trazendo benefícios como este que engrandecem a vida de uma cidade. Um povo sem memória é um povo sem história” (OLHARDIRETO, 2010). Na esteira dos discursos sobre a importância da inauguração daquele prédio para a historiografia mato-grossense, a presidente do IHGMT, Elizabeth Madureira Siqueira, disse o seguinte: “Nesse memorial, além da valorização cultural, será preconizado trabalhos sociais de capacitação para a população para que essa edificação seja de uso comum” (OLHARDIRETO, 2010). Nesta mesma ocasião, a presidente lançou a ideia à administração municipal de se construir um Instituto Histórico e Geográfico em Barão de Melgaço para o fomento à cultura, numa cidade que tem tanta bagagem histórica e cultural. Após a fala da representante do IHGMT, falou o Secretário de Estado de Cultura, João Malheiros: “Esse memorial é um instrumento para conhecermos o nosso passado, um resgate como se faz jus e fundamental para entender a riqueza do povo mato-grossense” (OLHARDIRETO, 2010). Foi bastante efusivo o discurso do então prefeito municipal Marcelo Ribeiro, de tradicional família melgacense e filho de João Batista Rodrigues Alves, que também foi prefeito do lugar em duas ocasiões. Depois de enaltecer o papel do governo estadual e dizer que recursos são revertidos em desenvolvimento e esperança para o povo de Melgaço, o prefeito Marcelo citou a Copa do Mundo 2014, na época, uma esperança de divisas para os municípios com potencial turístico: “Será um passo importante, alavancando a cultura e o turismo da nossa região. Somos um povo humilde, mas um povo

hospitaleiro. Graças à parceria com o Governo do Estado estamos no caminho do desenvolvimento” (OLHARDIRETO, 2010). Nesse dia festivo, com direito à declamação de poema pelo trovador João Batista, o museu estava abarrotado de objetos históricos, quadros, espadas, espingardas, bandeiras e roupas de época. Foi um sucesso. Especialmente com o comprometimento do poder público municipal de que aquele lugar seria um ponto de visitação de turismo histórico. O IHGMT e o governo do Estado haviam cumprido a sua parte. Entregaram a obra, prestaram contas. Tudo certo. Infelizmente, com o tempo o museu deixou de existir e passou a ser depósito de objetos da prefeitura ou de utilidade diversa. Passaram-se administrações e ninguém retornou ao objetivo inicial da proposta, que era de manter um museu pedagógico e atuante para registro e resgate da memória da Guerra da Tríplice Aliança.

Referências

- ALBISSETI, César. *Enciclopédia Bororo. Missão Salesiana MT*. Campo Grande, 1962.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Cuiabá-MT: Funda o Júlio Campos, 2014.
- Garcia**, Hélio Carlos. *Geografia dos Continentes*. São Paulo/SP: Scipione,, 1997.
- LEONARDI, Ana Carolina. *Atlas etimológico – a origem dos nomes dos países*. *Revista Superinteressante*, São Paulo/SP: Abril,, 2020.
- SANTOS, Mário Vital dos. *RELATÓRIO TÉCNICO CONSOLIDADO DA GEOLOGIA DO ESTADO DE MATO GROSSO*. Cuiabá-MT, 2000.
- COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá. 1993.
- TAUNAY, Visconde de. *Estrangeiros Illustres e Prestimosos no Brasil (1800-1892) e outros Escriptos*. São PauloSP: Melhoramentos de São Paulo, 1932.

Outras Referências

FUNDAÇÃO JÚLIO CAMPOS. *Projeto Memória Viva – História oral*. Várzea Grande-MT, 1993.

Site Olhar Direto. <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=175877¬icia=governador-inaugura-memorial-da-guerra-do-paraguai>. 2010.

Leverger por si mesmo

Leverger por si mesmo



Elizabeth Madureira Siqueira¹

RESUMO: Este artigo objetivou dar a lume um texto pouco conhecido e integrante do acervo do próprio Barão, herdado por sua neta, Maria Augusta Corrêa de Arruda e Sá, a quem era dirigido. A mesma doou-o à direção de *O Arquivo*, periódico que considerou relevante publica-lo em um de seus números de 1905. A grande preocupação de Augusto Leverger foi a de dar satisfação pública de sua situação financeira, demonstrando que o que havia acumulado durante sua vida fora resultado de proventos pelos cargos ocupados, adicionados aos bens de raiz, aos semoventes e móveis e o montante relativo ao valor de seus escravos. Além disso, fez questão de relacionar as despesas com a casa, as festas, esmolas, benfeitorias de suas propriedades e montepio. **Palavras-chave:** Augusto Leverger. Barão de Melgaço. Atividades financeiras. Casa Barão de Melgaço.

¹ Doutora em Educação, Mestre em História, Curadora da Casa Barão de Melgaço, membro do IHGMT e da AML

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo revelar un texto poco conocido que forma parte de la colección del propio Barón, heredado por su nieta, Maria Augusta Corrêa de Arruda e Sá, a quien estaba dirigido. Lo donó a la dirección de *O Archivo*, periódico que consideró relevante publicarlo en uno de sus números de 1905. La gran preocupación de Augusto Leverger fue dar satisfacción pública a su situación económica, demostrando que lo que había acumulado durante su vida había sido el resultado de las ganancias por los cargos que ocupaba, sumados a los bienes raíces, los móviles y muebles y la cantidad relacionada con el valor de sus esclavos. Además, se preocupó de relacionar los gastos de la casa, fiestas, limosnas, mejoras a sus propiedades y Montepio.

Palabras clave: Augusto Leverger. Barão de Melgaço. Actividades financieras. Casa Barão de Melgaço.

Muito se escreveu sobre a trajetória de Augusto João Manoel Leverger, o Barão de Melgaço, porém nenhum escrito foi capaz de projetar sua caminhada financeira como a traçada por ele próprio.

Nascido em San Malô, Bretanha, aos 30 de janeiro de 1802, desde sua saída da França em 1819, aos 17 anos, Leverger dedicou a maior parte de sua vida a Mato Grosso, tendo ocupado por diversas vezes a presidência da província, fixando-se em Cuiabá por cerca de trinta anos.

Este texto, escrito por ele próprio, foi obtido graças à doação da neta, a qual ofereceu o precioso e até então inusitado documento à Revista *O Archivo*, tendo sido publicado no volume IV, em 1905. A peça mais parece uma satisfação pública de sua vida e o que conseguiu amealhar durante essa trajetória. Detalhes de sua carreira, postos militares que ocupou e as funções que exerceu, constam do breve resumo. No século XIX era comum aos jovens enviar dinheiro para suas famílias residentes no exterior, o que ele o fez logo no primeiro provento que recebeu. Infelizmente, conta ele, sua mãe faleceu antes que o dinheiro chegasse, mas seus irmãos puderam usufruir, e o continuaram por longos anos.

Também era característica dos oitocentos a contração de dívida, por si ou de outrem, sem que fosse assinado qualquer documento público, mas apenas testemunho escrito e pactuado entre os contratantes.

Por isso, por ocasião do falecimento do pai Marthurin Miguel Leverger, em dezembro de 1822, em Buenos Aires, ele para lá foi buscando cobrar dos devedores, sem sucesso. Então, investiu na sua carreira, tendo ocupado elevados postos, a exemplo da nomeação, em 1841, para Consul Geral do Brasil no Paraguai, o que lhe possibilitou, no ano seguinte, acumular o suficiente para se casar e certamente adquirir uma residência condigna, um imóvel de esquina, na antiga Rua Grande, atual Barão de Melgaço em Cuiabá, com muitas janelas e portas frontais. Nos, a propriedade incluía, à época, quintal grande com casa de empregados, pomar e até estrebaria, se estendendo, da Rua Grande (atual Barão de Melgaço), até a antiga Rua da Fé (atual Comandante Costa).

Casa Barão de Melgaço, 1940



Foto: Afrânio Corrêa, Fotografia Avulsa, n. 15

Essa propriedade, em 1931, foi vendida pela neta, Catharina Leverger Corrêa, ao governo do estado de Mato Grosso, por motivo de desapropriação do imóvel pelo governo estadual, o qual achou por bem cedê-la como abrigo às duas mais antigas instituições culturais, o então Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-Grossense de Letras, atuais Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Academia Mato-Grossense de Letras. Semelhante doação foi feita pelo então interventor Antonino Mena Gonçalves, certamente por influência do então Secretário Geral do Estado, Virgílio Alves Corrêa Filho, fundador das duas citadas instituições. Em discurso proferido no momento da doação, assim Corrêa Filho justificou:

Senhores:

A memória da humanidade, volúvel e loureira, contingência acaso da sua própria natureza feminina, ostenta por vezes continuidades de veneração que desperta nos mais descrentes a confiança no julgamento da posteridade.

Certo, nenhum de nós presenciou o fato que teria alvoroçado Cuiabá, de uma centúria atrás, nesta mesma data, que hoje nos trás aqui reunidos, governo e povo, para rememorar o primeiro contato de Augusto Leverger com a capital mato-grossense.

E poucos dos presentes trataram de perto com o marinheiro bretão, que, na velhice, ainda conserva o desempenho do moço que, aureolado de façanhas navais, em plena exuberância dos seus 28 anos, aqui aportou a 23 de novembro de 1830.

Entretanto, os feitos que praticou durante meio século de fecunda atividade consagrada a Mato Grosso; os ensinamentos que espalhou, mais pelo exemplo de uma consciência temperada ao calor de desvelada existência materna, do que pela falazes pregações desacompanhadas de atos; a serena coragem dos fortes, que não detona em explosões despropositadas, mas aflora, se necessária, como ocorreu na sinistra noite de agonia, de 19 de janeiro de 1865, quando Cuiabá,

em pânico esmorecia, derreada de um pavor, sem saber como pudesse resistir à ameaça dos invasores do Sul, a notícia de cuja aproximação em debandada os primeiros defensores de Melgaço; o apego às paragens cuiabanas, onde viveu a melhor fase da sua vida, as monografias em que vasou parte do seu saber especializado, tudo contribuiu para sagra-lo a maior individualidade mato-grossense no século passado.

Quem lhe proclama a benemerência não é a voz isolada de um admirador, por ventura suspeito pela sua condição de remoto descendente do bravo almirante, mas a unanimidade dos contemporâneos, que o glorificam como o salvador de Cuiabá, e o juízo imparcial dos pósteros, que lhe abriram as portas do Panteão.

Acorde com o sentir do povo mato-grossense, e com os conceitos dos historiadores, o governo atual do Estado, que sabe presar as glórias nacionais, por ter a sua frente um douto paladino de brasilidade, o Cel. Antonino Mena Gonçalves, em cujo coração de ouro Mato Grosso encontrou generoso e quente abrigo, declara a sua intenção de destinar ao culto levergeriano, pela maneira mais eficiente, a casa onde residiu o glorioso defensor de Cuiabá, cuja divisa heráldica lhe sintetiza as tendências pessoais. (CORRÊA FILHO, V. In: *Revista do IHGMT*, 2017, p. 14-15).



Fonte: Arquivo do IHGB. <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/vcfilhos.html>

A presença de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, na história de Mato Grosso e do segundo Império brasileiro garantiu-lhe não só o título mobiliárquico, mas, sobretudo tornou-o imortal no coração dos mato-grossenses e dos habitantes da terra que escolheu para viver, Cuiabá.

Vejamos como Augusto Leverger resumiu os momentos que ele considerou mais relevantes em sua trajetória financeira:

Breve resumo da vida do Barão de Melgaço quanto à parte econômica, escrito por elle próprio²

Trinta annos de existência em Cuyabá e informações havidas fazem bastantemente conhecido o meu procedimento publico e particular. O que sou nas relações intimas de família, sabem-no minhas filhas. Quero que ellas saibão também que não têm de corar do pouco ou muito que lhes deixar de herança. E, por isso, começando a 1º de Janeiro deste anno de 1862, a escripturação do Livro dos meus negócios, que provavelmente há de ser o ultimo, resolvi fazer o seguinte breve resumo da minha vida quanto à parte econômica, O que ulteriormente succeder constará do mesmo Livro.

Em Maio de 1819, sahi de França, embarcado na Escuna mercante *Victoire*, da qual meu pai era capitão e sobre-carga. Em Agosto naufragamos na entrada do Rio da Prata. Em Outubro chegamos a Montevidéo. Pouco depois partiu meu pai para Buenos-Aires para tratar dos seus negócios. Com quanto providenciasse para a minha descende subsistencia, durante a sua auzencia, entendendo eu que na idade de desoito annos, que estava a completar, podia e devia tratar de viver sem ser pesado a ninguem embarquei, em Janeiro de 1820, como piloto da escuna *Angelica*, com o vencimento de 25 pesos mensaes. Em agosto do mesmo anno passei como piloto, para a Galera *General Lecor*. Meo vencimento foi successivamente elevado a 40 a 50 pesos. Desde então

2 O original deste precioso documento nos foi gentilmente offerecido pela Exma, Snra. D. Maria Augusta Corrêa de Arruda e Sá, digna neta daquele saudoso cientista, residente nesta cidade. Revista *O Archivo*, Ano I, v. III, maio de 1905, p. 128. A ortografia original foi mantida.

pude fazer algumas economias e mandar pequenos valores de mimo à minha mãe, que infelizmente falleceu antes de recebê-los, e posteriormente a meu irmão e minha irmã. Em huma viagem que fiz de Montevidéo para o Rio de Janeiro e Lisboa, empreendi hum pequeno negocio a instancias e com o auxílio de hum amigo meu (Carlos Gourhier). Não tive nem dei prejuízo, antes algum lucro, porém convenci-me de que eu não tinha geito para a vida mercantil.

De volta de Lisboa a Montevidéo, em Dezembro de 1822, soube do falecimento do meu pai em Buenos Ayres, parti para aquella cidade com o intento de, no interesse dos credores de meu pai, effectuar a cobrança de quaesquer haveres que tivesse deixado; mas não pude conseguir hum ceutil, principalmente por causa da má fé das pessoas com quem meu pai entretivera relações de negocio. Nisto perdi quase hum ano do meu tempo. No começo de 1824 tornei a embarcar como piloto da *General Lecor*, que, em Setembro seguinte, foi incorporado à Marinha Brasileira. Em Novembro do mesmo anno, entrei na Armada Imperial do Brasil, como 2º Tenente de comissão, e desde então estive constantemente embarcado a bordo de diversos navios de guerra, já como official, já como comandante, até meiado de Agosto de 1829, em que desarmou a corveta *General Dorrego*, que eu comandava. Tinha um peculio de 2 a 3 contos de reis.

Em Dezembro do mesmo anno de 1829, parti para Cuyabá, para onde me mandara o Governo, como comandante das barcas canhoiras da Província de Matto-Grosso. Para esta viagem tive que fazer despesas relativamente avultadas em trastes, instrumentos, livros, etc. Cheguei a Cuyabá em Novembro de 1830, tendo em dinheiro perto de 1:200\$000 rs além do saldo, maiorias e vantagens vendi-as durante a viagem. O misero estado dos cofres da Thesouraria mal permitia que recebesse o indispensavel para as minhas despesas, aliás muito modicas (não excediam a 800\$000 por anno). Assim foram se accumulando vencimentos atrasados, de sorte que em 1832 tomei a pagamento huma letra da Thesouraria sobre o Thesouro, no valor de 2:000\$000 rs, inclusive o premio de 35%. Foi este propriamente o começo

do meu capital. Remetti a letra aos Snrs. Riedy, Lori et Le Lériey, do Rio de Janeiro, os quais empregarão o seu producto em compra de apólices da dívida publica, que então valião pouco mais ou menos de 50% do seu valor nominal. O mesmo destino tiveram o producto do juros e outras remessas que fiz à mesma casa. Voltei de Cuyaba ao Rio em 1834. O meu Procurador o Sr. Joaquim Alves Ferreira cobrou o que me se ficou devendo na Thesouraria e o pôz a prêmio, até fazer-me remessa de tudo. Assim com os ditos juros e premios e principalmente pelo preço a que forão subindo as apolices, achava-me em 1837 possuidor de mais de 7 contos de reis. Fui nesse anno nomeado de novo para o comando que exercera na P. de Matto-Grosso. Deixei no Rio em mão do Sr. Benjamin Dapples cinco contos e tantos mil reis para serem conscientemente empregados. Com a minha promoção a Capitão Tenente crescerão os meus vencimentos, e mais ainda quando em 1841, fui nomeado Consul Geral do Brasil no Paraguay, Com esses argumentos, juros e prêmios de 6 annos, possuía em 1842 cousa de 16:000\$000 reis.

Em Outubro de 1842, casei-me com D. Ignez de Almeida Leite. Feita a liquidação da herança do seo finado marido, veio a tocar-lhe em valores reaes 29:000\$000, ficando a seo cargo o pagamento das dívidas e legados na importancia de 11 contos, restando por tanto líquidos 18 contos.

Os bens do nosso casal subião pois a 34:000\$000 rs mais ou menos, a que se deve acrescentar 5:300\$000, importância dos meios dotes de minhas enteadas Da. Ignez e D. Marianna, que devem ser contemplados por ocasião do meo falecimento ou do de minha mulher. Erão pois, em número redondo, os nossos haveres 40 contos.

Em 1844 segui para o Rio de Janeiro; tive algum lucro em huma porção de ouro em pó que havia comprado quando fora nomeado Consul para o Paraguay. Fui novamente despachado para a P. de Matto Grosso pela última vez a Cuyabá, em Abril de 1845. Tendo, desde então escripturado com mais ou menos regularidade os meos negócios, posso apresentar os seguintes inventários:

Bens de raiz	7:880\$000	16:000\$000
Bens semoventes e moveis	4:600\$000	4:500\$000
Escravos	6:500\$000	12:000\$000
“	6:800\$000	9:079\$090
“	“	2:400\$000
“	“	6:000\$000
Caixa e carteira	18:335\$814	45:824\$757
	44:115\$814	45:824\$757

Aumento em 17 anos 51: 588\$033

Demonstração do aumento:

Vencimento como official da Marinha em comissão de 1845 a 1851		15:036\$000
Vencimento como Presidente de 1851-58 e Comandante das Armas de 1852-1856		66:804\$000
Vencimento como Official reformado até 1861		7:376\$000
Melhoramento dos Bens de Raiz e aumento do seu valor		8:120\$000
Aumento do valor dos escravos, descontos feitos		45:500\$000
Premios (calculados a posteriori), descontando as dívidas perdidas		30:292\$033
		133:128\$033
Despesas de casa, festas, esmolas	61:638\$000	
.....	515\$000	
.....	7:667\$000	
.....	4:900\$000	
Benfeitorias em casa	3:600\$000	
Montepio	3:120\$000	81:440\$000
Confêre		51:688\$000

O produto do sítio não vai contemplado, porque tendo se gasto todo para despezas geraes, tanto deverão figurar na receita como na despeza.

Leverger³

Pelo visto, a probidade do Barão de Melgaço pode ser constatada na sua lisura estampada na prestação de contas, assim como sua benevolência e senso de justiça no agraciamento futuro de suas herdeiras, Ignez e Marianna, alertando que isso deveria ser garantido seja por ocasião de seu falecimento ou o da sua esposa Ignez de Almeida Leite.

Leverger chegou a Cuiabá em 1830 e logo se deparou com uma rejeição dos nativos em relação aos estrangeiros, culminada com o evento da Rusga, onde se constatou uma animosidade em relação não só aos portugueses, mas também aos estrangeiros de maneira geral, bem identificado por Virgílio Alves Corrêa Filho (1979, p. 18).

Nesse ambiente irritante, não foi difícil aos demagogos, infensos aos portugueses, que predominavam no comércio, promover o surto de xenofobia, que transmudou a pacatez habitual da cidade remota em agitado cenário de contínuas escaramuças que iriam deflagrar na tragédia sanguinolenta de 30 de maio.

O bretão cuibanizado, na expressão de Corrêa Filho, soube, com habilidade política, desvencilhar-se das agressões que certamente sofrera naquele período conturbado.

Em momentos posteriores, desavenças ocorreram por conta do comando da força civil e militar, como em 1865, período governamental do Barão de Aguapey, que favorecia descaradamente apenas seus correligionários quando no comando da Guarda Nacional. Usando de muita habilidade política, Leverger venceu a contenda solicitando ao Imperador, através de Nabuco de Araújo, o afastamento daquele

³ Texto de autoria de Augusto Leverger, Barão de Melgaço, estampado na Revista *O Archivo*, v. 1, p. 128-130, 1905. Transcrito respeitando a ortografia original.

presidente da província, o que ocorreu em seguida. Mesmo neste episódio, os resquícios da aversão aos estrangeiros ainda se mantinha.

À época, Leverger assim justificou:

Cumpre-me dizer a V. Ex. que os principais motivos de dissidência entre as vistas do ex-Presidente e as minhas diziam respeito à organização e disposição da força militar, dando eu muito pouca importância a outras quaisquer considerações. Como particular, nunca tomei parte ativa nas chamadas lutas políticas, concordando nisto a minha índole e o dever que me ditavam as circunstâncias de ser militar e de não ter nascido no Brasil. (LEVERGER In: CORRÊA FILHO, Virgílio Alves. Op. cit, p. 72).

Quando se afastava temporariamente da vida Pública, seu refúgio era uma chácara à beira do rio Cuiabá, sítio que ele menciona não arrolar nos bens acumulados, local onde colocava as ideias em ordem, projetava futuras ações e recebia, em aconselhamento, diversas personalidades de Cuiabá.

Considerando o inconstante panorama político durante o Império, quando liberais e conservadores se revezavam nos Gabinetes objetivando conciliar os diversos interesses políticos, Leverger angariou muitos desafetos, porém nunca deixou de ser considerado distintamente pelo Imperador. Isso justifica a minuciosa “prestação” de contas de sua trajetória financeira, documento pouco conhecido e que tomamos por objeto deste artigo.

Referências

CORRÊA FILHO, Virgílio Alves. *Leverger: o bretão cuiabano*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979.
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO. *Revista do IHGMT: edição comemorativa do bicentenário de nascimento de Augusto João Manoel Leverger, Barão de Melgaço (1802-2002)*. Cuiabá, n. 60, 2002.

LEVERGER, AUGUSTO. *Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001. (Publicações Avulsas, n. 19).

REVISTA *O ARQUIVO*. Cuiabá: Estabelecimento “Avelino de Siqueira”, 1905.

TAUNAY, Visconde de. *Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil (1800-1892)*. São Paulo: Melhoramentos, 1932.

O Barão de Melgaço na toponímia mato-grossense

Barão de Melgaço in the toponymy of Mato Grosso

Sônia Regina Romancini¹

Aníbal Alencastro²

RESUMO: Este artigo destaca a presença do Barão de Melgaço na toponímia em Mato Grosso e, de forma particular, em Cuiabá. A partir do conceito de antropotopônimo, ou seja, os nomes de lugares constituídos a partir dos designativos pessoais, enfocaram-se as diferentes homenagens prestadas ao Barão de Melgaço, com a atribuição de seu nome aos diferentes locais, como, por exemplo, o Município de Barão de Melgaço, o Município de Santo Antônio de Leverger, e também a Rua Barão de Melgaço, a Casa Barão de Melgaço, a Brigada Barão de Melgaço e a Escola Estadual Barão de Melgaço. A toponímia que se refere ao Barão de Melgaço revela a sua importância nos processos históricos, políticos e culturais de Mato Grosso.

Palavras-chave: Toponímia. Mato Grosso. Barão de Melgaço.

ABSTRACT: This article highlights the presence of Barão de Melgaço in Mato Grosso toponymy and, particularly, in Cuiabá. From the concept of anthropotoponym, that is, names of places derived from personal designations, it focuses on the various tributes paid to Barão de Melgaço. Different places have been named after him, for example, Municipality of Barão de Melgaço, Municipality of Santo Antônio de Leverger, as well as Barão de Melgaço street, Casa Barão

1 Doutora em Geografia pela FCT/UNESP. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Integrante do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA) e do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

2 Geógrafo e escritor. Possui especialização em Aerofotogrametria pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialização em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Membro benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

de Melgaço, Barão de Melgaço Brigade and Barão de Melgaço State School. The toponymy which refers to Barão de Melgaço reveals his importance in the historical, political, and cultural processes of Mato Grosso.

Keywords: Toponymy. Mato Grosso. Barão de Melgaço.

Introdução

Este artigo apresenta uma abordagem sobre a toponímia, no estado de Mato Grosso, que tem por inspiração o Barão de Melgaço³. Segundo Dick (1990), a toponímia é disciplina antiga, cuja significação começou a se delinear a partir do momento em que os núcleos humanos se distribuíram distintamente, em porções territoriais delimitadas, impondo-se a identificação das regiões que se iam ocupando. Assim, esta disciplina se interessa pela análise e compreensão dos elementos que influenciam a conduta humana na nomeação dos lugares.

De acordo com Silva (2019), a toponímia, parte da onomástica (ciência dos nomes), está contida na lexicografia (estuda as palavras da língua), é uma das ciências do léxico dentro da linguística, analisando tanto as denominações provindas de nomes de pessoas (antropônimo) como os do próprio lugar (topônimo), havendo maior ênfase no termo toponímia.

Dick (1990) aponta as diversas taxionomias toponímicas, destacando as de natureza física como, por exemplo, os geomorfotopônimos, litotopônimos, hidrotopônimos, zootopônimos; as de origem religiosa, os hierotopônimos; e as de natureza antropocultural.

Nesta última categoria destacam-se os antropotopônimos, ou nomes de lugares constituídos a partir dos designativos pessoais, seja em prenomes ou em apelidos de famílias. O que caracteriza, portanto, esta categoria é o emprego do nome individual como técnica de nomeação de acidentes geográficos (DICK, 1990).

3 Artigo publicado com o título Homenagens ao Barão de Melgaço, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, n. 61, p. 51-62, 2003.

Assim, ao se relacionar a toponímia com as homenagens ao Barão de Melgaço, é nesta categoria que nos pautamos. Verifica-se que a toponímia mato-grossense é rica em variações, remetendo ao cotidiano vivido, conforme análise realizada por Dick (1990, p. 19), “a história dos nomes dos lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes”.

Portanto, a toponímia reflete de perto a vivência do homem enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe. Segundo a autora, “nos mais diversos setores do conhecimento, as épocas distintas evidenciam, em qualquer porção do espaço, a presença atuante do homem, elaborando, participando, sentindo, expressando, comunicando [...] O resultado dessas compartimentações está sedimentado em fatos que organizam e corporificam a produção cultural de um povo [...]” (DICK, 1990, p. 30).

De acordo com Silva (2019, p. 22), a toponímia, além de estudar o significado dos nomes, auxilia também na compreensão da relação do homem com o meio, uma vez que “Esta ciência nos auxilia a entender como o homem se relaciona com o espaço em que está localizado, habitado ou apenas de passagem”. O autor aponta que a toponímia é essencial para a compreensão da origem dos nomes dos lugares, uma vez que ela estuda os fatores internos e externos aos ambientes que resultam na formação dos nomes e que podem expressar o significado do lugar.

Ao analisar os nomes das ruas de Cuiabá, Rubens de Mendonça (2012, p. 23) ressalta que “foram surgindo os logradouros cuiabanos recebendo denominações ao sabor de circunstâncias várias, de ocorrências pitorescas, de acontecimentos de vulto, ou como homenagens a datas históricas ou a homens públicos de destaque”.

Augusto Leverger, o Barão de Melgaço

Nascido em Saint-Malô, na Bretanha, a 30 de janeiro de 1802, vindo para a América do Sul em companhia do seu progenitor Mathurim Leverger, em 1819, o qual seguiu caminho para a Argentina enquanto o seu filho preferiu o Brasil, ingressando na Marinha Brasileira.

Chegou a Cuiabá em 1837, entre seus relevantes serviços, efetivou o projeto de construção do Arsenal da Marinha, além de outros importantes projetos cartográficos e de engenharia naval. Desenvolveu também, importante missão diplomática com o Paraguai em períodos de conflitos.

Naturalizou-se cidadão brasileiro em 1848. Augusto Leverger governou a Província de Mato Grosso por quatro vezes. Em 1843, casou-se em Cuiabá com Dona Inês de Almeida Leite e desta união resultou numerosa prole, que se desdobrou em vários ramos: Alves Corrêa, Corrêa Sá, Corrêa Cardoso, Prado, dentre outros.

O Almirante Augusto João Manoel Leverger recebeu o título de Barão de Melgaço por ter se notabilizado como Presidente da Província de Mato Grosso, quando, durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, defendeu bravamente o território mato-grossense.

Ao explicitarem a origem dos nomes dos municípios dedicados ao Barão de Melgaço, Ferreira e Silva (1998) afirmam que a palavra *Barão* tem sua origem do francês *baron*, que indica título de nobreza, nobiliárquico. O termo *Melgaço* vem do português *melga*, que significa águas lodosas e estagnadas, terreno pantanoso.

Uma das primeiras homenagens toponímicas ao Barão de Melgaço aconteceu na localidade onde o então Almirante Augusto Leverger mandou erigir uma trincheira fortificada nas colinas de Melgaço, para deter as tropas paraguaias que pretendiam invadir a capital mato-grossense.

Ferreira e Silva (1998) informam que em 1897 foi criada a Paróquia de Melgaço, no ano de 1902 foi criado o Município de Barão de Melgaço, que foi suprimido algum tempo depois,

sendo restaurado em 1938. Em dezembro de 1943, a Vila de Melgaço passou a denominar-se Chacororé, por causa da lagoa de mesmo nome. Em 30 de setembro de 1948, a Lei nº 319 alterou novamente a denominação para Barão de Melgaço, cujo município foi criado em 12 de dezembro de 1943, pela Lei nº 690.

Sobre a localidade de Melgaço, foi o próprio Barão que assim escreveu nos *Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Província de Mato-grosso*: “Melgaço – Pequenas colônias que bordão a margem esquerda do Cuiabá, pelo paralelo 16°10’. D’ali para baixo são completamente alagadiços as margens daquele rio” (MELGAÇO, s.d, p. 423).

Outra importante homenagem toponímica ao Barão de Melgaço é o Município de Santo Antônio de Leverger. Inicialmente, este município foi dedicado ao orago da devoção popular, tendo sido criado em 4 de julho de 1890, com a denominação de Santo Antônio do Rio Abaixo. Através da Lei nº 208, de 26 de outubro de 1938, teve sua denominação alterada para Santo Antônio e, em 31 de dezembro de 1943, recebeu o nome de Leverger, conciliando as homenagens tanto ao orago quanto ao Barão de Melgaço (FERREIRA; SILVA, 1998).

As homenagens ao Barão de Melgaço em Cuiabá

Conforme verificado, o Barão de Melgaço escolheu a cidade de Cuiabá para viver, onde constituiu família e estabeleceu laços de identidade com o lugar, além de ter administrado a província de Mato Grosso. Assim, a cidade que o acolheu, presta diferentes homenagens em sua toponímia, lembrando às gerações presentes o grande vulto histórico que foi o Barão de Melgaço.

Uma rua chamada Barão de Melgaço

Segundo Estevão de Mendonça (2012), em 3 de junho de 1871, a Câmara Municipal de Cuiabá decidiu alterar a denominação de diversas ruas da capital Cuiabá. A res-

peito de tais mudanças ou alterações de denominações de origem histórica ou tradicional, já consagrada pelo uso, o primeiro Congresso Brasileiro de Geografia manifestou a sua reprovação. O autor faz críticas a essas mudanças dos nomes dos logradouros e apresenta o edital, datado em 5 de junho de 1871:

O tenente Joaquim Alves Ferreira Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal desta cidade [...]

Faz público aos habitantes desta cidade, que a Câmara Municipal, para comemorar fatos heroicos desta Província, durante a guerra contra o governo do Paraguai, resolveu em sessão de três do corrente, mudar as denominações das ruas abaixo mencionadas, a saber: Rua da Mandioca, se denominará – Rua Dois de Dezembro; Rua Bela do Juiz, Rua Treze de Junho; Rua Direita, Rua Primeiro de Março; Rua Augusta, Rua Onze de Julho; Rua do Comércio, Rua 27 de Dezembro; Rua da Esperança, Rua de Antônio João; Rua do Campo, Rua Barão de Melgaço

Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, aos 5 de junho de 1871. Eu, José Maria Curvo, secretário que o escrevi. – O presidente Joaquim Alves Ferreira Sobrinho. (MENDONÇA, E. 2012, p. 289).

Considerada uma das artérias mais importantes de Cuiabá, não somente pelo seu valor histórico, mas pela função de logradouro público muito solicitado, ainda que, por incrível que pareça, esta simpática rua nunca teve função comercial. Nela se sobressaía a função residencial, sendo que, a partir da década de 1970, foi tomada pelo setor financeiro, constituindo nos dias atuais uma rua de especialidade neste setor.

Historicamente, sua origem procede no antigo “Quintal Grande”, antiga denominação do local onde hoje se encontra a Avenida Mato Grosso, cruzando entre outras as avenidas Getúlio Vargas, Isác Póvoas, Dom Bosco, Senador Metelo, ganhando o bairro do Porto até encontrar a Avenida Miguel Sutil, nas proximidades da Ponte Nova (limite com Várzea Grande).

Numa pesquisa elaborada pelo arquiteto Moacyr Freitas, registra-se como sua primeira denominação, no século XVIII, o nome de Rua Nova, talvez pelo seu recente aparecimento após a tríade Rua de Cima, Rua do Meio e Rua de Baixo, respectivamente as atuais Rua Pedro Celestino, Rua Ricardo Franco e Rua Galdino Pimentel.

Segundo um recenseamento realizado em 1825, o logradouro aparecia como Rua Linda do Campo, pelo qual deduzimos que esta outra denominação surgira em consequência da sua ligação com o antigo Campo d’Ourique (hoje Praça Pascoal Moreira Cabral, tomada pela construção da Assembleia Legislativa, onde atualmente funciona a Câmara Municipal de Cuiabá).

O Campo d’Ourique é uma denominação portuguesa de um largo onde outrora aconteciam as populares touradas cuiabanas, tão bem descritas por João Moreira de Barros no *“Cuiabá e seu passado”*.

Na mesma praça, em 1834, concentraram-se os revoltosos nativistas, que protestavam contra o poderio dos portugueses na província, seria reflexo dos ideais republicanos. Este cruel episódio fora chamado de “Rusga”, considerada uma das maiores chacinas ocorridas nestas paragens.

Conforme verificado, no ano de 1871, após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a Câmara Municipal de Cuiabá, no intuito de formalizar as denominações dos nomes das ruas da cidade, até então referenciadas de maneira informal, tendo como base as tradições da localidade, passaram a ser regulamentadas por atos oficiais. E por força de um Edital, a simpática Rua Linda do Campo, passou a chamar-se Barão de Melgaço (RODRIGUES, 1969; MENDONÇA, E., 2012).

Consideramos uma justa homenagem, pois além de o Barão de Melgaço ter residido naquela rua, foi uma personalidade relevante na história naval brasileira e particularmente na história mato-grossense. Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, recebeu este título, outorgado

por Dom Pedro II, em reconhecimento aos serviços prestados à Nação.

Segundo Estevão de Mendonça (2012, p. 51), após o casamento do Barão com Dona Inês, no ano de 1842, a quem dedicava afeto profundo, ficou o ilustre marinheiro definitivamente preso à cidade de Cuiabá, onde, dizia que “lançou âncoras para sempre”, passando a viver na Rua do Campo, atual Rua Barão de Melgaço: “A partir dessa época não mais pensou em arredar-se da modesta vivenda que adquirira na Rua do Campo, a mesma onde veio a falecer”.

A vida cotidiana do Barão de Melgaço é retratada pelo mesmo autor nas seguintes palavras:

Ali, ao lado dos livros prediletos, dos numerosos manuscritos, cercado pelo carinho da família, fez ele o centro da sua poderosa atividade cerebral, estudando os nossos complicados assuntos de limites, coordenando notas e observações astronômicas, traçando os detalhes da carta geográfica da província e escrevendo a maior parte dos interessantes e valiosos trabalhos que deixou sobre Mato Grosso. (MENDONÇA, E., 2012, p. 51).

Reconhecido como um dos homens mais cultos do século XIX, Augusto Leverger deixou inúmeras obras científicas voltadas para o estudo fluvial, especialmente dos rios de Mato Grosso, elaborando com isso a primeira carta hidrográfica do estado de Mato Grosso.

O velho casarão do Barão de Melgaço, construído entre 1775 a 1777, serviu de escritório onde foram traçados planos estratégicos para a defesa da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, até o acontecimento da gloriosa vitória, em 13 de junho de 1867.

Através do tempo, a histórica Rua Barão de Melgaço serviu de endereço a importantes instituições e residências, entre as quais se destacam:

Casa de Bem-Bem
Residência dos Governadores
Garagem do Estado (embrião da CER)
Clube Feminino (atual Casa da Cultura)
Residência de Licínio Veneza
Agência da Cemat (atual Shopping Cuiabá)
Residência do historiador Rubens de Mendonça
Cine Tropical (atual Bradesco)
Casa Barão de Melgaço

A Casa Barão de Melgaço

Ao analisar os aspectos arquitetônicos da Casa Barão de Melgaço, edificada possivelmente entre os anos 1775 e 1777, Freitas (2001, p. 217) realiza a seguinte análise:

[...] a “CASA BARÃO DE MELGAÇO” foi tratada com maior requinte que o tempo já oferecia. Sua cobertura não mais de gramíneas ou folhas de coqueiro e suas paredes já recebem alisamento de revestimentos de cal e areia. As repetidas caiações que tivera ofereceram a ela a limpeza que a tradição portuguesa recomendava. Os pisos receberam os elementos cerâmicos, ainda sobre o barro socado, e a cobertura de telha proporcionara a desejada ventilação. As paredes grossas e resistentes foram feitas somente de barro, socado a pilão, ou com os pés, entre formas de madeira, misturado com esterco de curral, fibras ou cascalho miúdo, a taipa de pilão, que tivera grande aceitação entre os paulistas [...] Também do barro moldaram os adobes que construíam as paredes mais finas.

No final do século XIX, a vinda dos construtores europeus pela navegação fluvial trouxe inovações que modificaram as antigas fachadas das casas coloniais. Neste período, a Casa Barão de Melgaço passou por algumas mudanças, como a retirada dos beirais, trocados pela platibanda. Várias pilastras com caneluras foram distribuídas nas fachadas, destacando as portas e janelas por molduras, frisos e outros desenhos geométricos. Suas janelas ganharam a veneziana

e, no seu interior, foram mantidas as grossas paredes dos tempos coloniais (FREITAS, 2001).

De acordo com Estevão de Mendonça (1973), no dia 23 de novembro de 1930, a Casa Barão de Melgaço foi solenemente entregue ao Instituto Histórico e ao Centro Mato-Grossense de Letras, com uma romaria ao túmulo de Leverger.

O autor relata a solenidade de colocação da placa comemorativa na “Casa Barão de Melgaço”, cerimônia alusiva ao centenário da chegada a Cuiabá do Barão de Melgaço (MENDONÇA, 1973, p. 272-3):

DECRETO:

Nº 1 – O Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, considerando que a data de hoje assinala o centenário da chegada a Cuiabá do grande Augusto Leverger, Barão de Melgaço, cujos serviços a Mato Grosso na paz e na guerra, o sagraram vulto de inconfundível destaque na História política, administrativa e intelectual do Estado;

Considerando que é mister manifeste o Governo, como legítimo refletor do pensar e sentir do povo, a sua adesão e solidariedade às comemorações providas pelo transcurso dessa memorável efeméride;

Considerando que, por Decreto nº 718 de 14 de janeiro de 1926, resolvera o Governo do Estado desapropriar a casa em que residiu e veio a falecer o egrégio bretão cuiabanizado;

Considerando que fora a aquisição feita em atenção a um grande movimento popular, visando fazer perdurar na referida casa o mesmo ambiente de intelectualidade que ali existira em vida do bravo almirante e maior conhecedor das cousas mato-grossenses no seu tempo;

Considerando que tal finalidade não foi ainda alcançada, e o aproveitamento do prédio para uma repartição estadual contrariou o objetivo dos promotores da idéia, a que o Governo emprestara o seu apoio, de ali instalar, enquanto não for fundado o respectivo Museu Histórico, o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-grossense de Letras, sodalícios que

mantêm o culto cívico como parte essencial do seu programa, tendo o Barão de Melgaço como um dos seus patronos,

RESOLVE:

Art. 1º - A “Casa Barão de Melgaço”, sita à rua do mesmo nome e de propriedade do Estado, fica destinada, a partir desta data, a ser a sede efetiva do “Instituto Histórico de Mato Grosso” e do “Centro Mato-grossense de Letras”.

Art. 2º - O Governo, oportunamente, fará a cessão, em devida forma, àquelas sociedades, do mesmo edifício, que, em caso de extinção das referidas associações, reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado, em Cuiabá, 23 de novembro de 1930, 42º da República e 100º da chegada de Leverger.

Antonino Menna Gonçalves – Virgílio Corrêa Filho.

Escola Estadual Barão de Melgaço

A Escola Modelo Barão de Melgaço foi efetivada pelo decreto de criação n.º 258 de 20 de agosto de 1910. Passou a ter a denominação de Escola Estadual de 1º Grau Barão de Melgaço, através do decreto n.º 669, de 5 de junho de 1924.

A Escola Barão de Melgaço ocupou diferentes edifícios no decorrer da história. Na década de 1940 funcionou como anexo à Escola Normal Pedro Celestino, destinada à formação de professores. Assim, os alunos da Escola Normal realizavam a prática de ensino na Escola Modelo Barão de Melgaço, que naquele período funcionava no prédio atualmente conhecido como da Imprensa Oficial de Estado de Mato Grosso, ao lado da Praça Ipiranga.

A partir do mês de março de 1983, passou a ocupar um novo prédio, de acordo com a arquitetura contemporânea das escolas estaduais, localizada na Avenida Dom Bosco, no bairro Dom Aquino. É considerada uma escola de porte

médio, contando com nove salas de aula, uma quadra de esportes, uma biblioteca e um auditório, além das dependências da parte administrativa. Atende a estudantes do ensino fundamental, distribuídos em dois períodos.

O busto do Barão de Melgaço na Praça Luís de Albuquerque

A paisagem de Cuiabá e do seu bairro do Porto mudaram muito nas últimas décadas, entre essas mudanças se destacam as referentes à navegação fluvial que, segundo o poeta Cavalcanti Proença (1958, p. 34), nesta paisagem se sobressaía o cais de pedra-canga edificado por Leverger:

Bonito o dia da chegada em Cuiabá! Duas horas antes, já se avista a cidade, manchas avermelhadas de telhados, traços claros de paredes caídas, entre o verde escuro das mangueiras e o verde mais claro das outras árvores. Lá está a igreja de S. Gonçalo, com o santo [Cristo Redentor] em cima da torre, sobre um globo dourado; o cais de pedra-canga feito por Leverger [...]

Entre as permanências na paisagem, que reverenciam o Barão de Melgaço, há um busto em bronze, na Praça Luís de Albuquerque, no citado bairro do Porto. Trata-se de uma homenagem do Governo de Mato Grosso e da Marinha brasileira no centenário de seu falecimento, em 14 de janeiro de 1980.

Sobre o busto do Barão de Melgaço, Luis-Philippe P. Leite, ao realizar um estudo sobre os monumentos de Mato Grosso, dá as seguintes informações:

Na manhã de 18 de setembro de 1980, o Almirante Maximiniano Eduardo da Silva Fonseca, então Ministro da Marinha, procedeu à inauguração do bronze do Almirante Augusto Leverger, Barão de Melgaço, no Jardim Luís de Albuquerque, à beira do rio Cuiabá, perante altas autoridades, inclusive do Almirante Aymara Xavier de Souza, Comandante do Distrito Naval de Brasília que, no Comando do 6º Distrito Naval de

Ladário, encaminhou ao titular da pasta a proposta a ele feita no bi-centenário de Cáceres, no sentido de a Marinha oferecer a Cuiabá e a Diamantino os bronzes do grande marinheiro francês Leverger e do diamantinense Batista das Neves tragicamente tombado no cumprimento do dever, na Bahia de Guanabara. (LEITE, 1994, p. 292)

Brigada Barão de Melgaço

A 13^a Brigada de Infantaria Motorizada, situada à Avenida Historiador Rubens de Mendonça, foi criada pelo Decreto n.º 82.045 de 27 de julho de 1978. Através da Portaria Ministerial n.º 229 de 17 de maio de 1994, o Ministério do Exército concedeu à 13.^a Brigada de Infantaria Motorizada a Denominação Histórica “Brigada Barão de Melgaço”:

O Ministro de Estado do Exército, no uso da competência que lhe confere o art. 28 do Decreto n.º 93.188, de 29 de agosto de 1986, tendo em vista o que prescreve o art. 11 das IG 11- 01, aprovadas pela Portaria Ministerial n.º 409, de 29 de abril de 1987, e de acordo com o que propõe a Secretaria-Geral do Exército, ouvido o Centro de Documentação do Exército, resolve:

Art. 1.º Conceder à 13.^a Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Cuiabá-MT, a denominação histórica “BRIGADA BARÃO DE MELGAÇO”.

Art. 2.º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Esta honrosa homenagem do Ministério do Exército ao Barão de Melgaço se manifesta no profundo respeito que, hoje, inspira, desde os jovens aos comandantes agraciados com as mais altas patentes, a defenderem a nossa Pátria. Ao lado da Bandeira Brasileira encontra-se o Estandarte Histórico do Barão de Melgaço, com o brasão onde foi esculpida a divisa – *sempre pronto* – que expressa seus ideais de trabalho e dedicação ao Brasil.

Considerações finais

Nossa abordagem revela que a brilhante trajetória realizada pelo Barão de Melgaço o faz um homem reconhecido nacionalmente. Como não poderia deixar de ser, o estado de Mato Grosso, que ele adotou como sua terra, lhe dedica diversos topônimos, que nos remetem à lembrança do bravo Augusto Leverger.

Entretanto, este pequeno estudo enfoca uma pequena parcela das homenagens dedicadas ao Barão de Melgaço, que certamente são em número bem maior do que o aqui apresentado. Assim, constatamos a necessidade de um estudo mais aprofundado para se conhecer que outras localidades também rendem suas homenagens à personalidade.

Registramos também a honra que representa ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, por meio do trabalho cívico de seus membros, manter viva a memória do Barão de Melgaço e zelar pelo espaço que lhe serviu de moradia, onde ele traçou grandes planos que o tornaram ilustre e imortal entre os mato-grossenses.

Referências

- DICK, Maria Vicentina P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- FERREIRA, João C. V.; SILVA, Pe. José M. *Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes*. Cuiabá: J. C. V. Ferreira, 1998.
- FREITAS, Moacyr. A arquitetura da Casa Barão de Melgaço. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Vol. 59. Cuiabá: IHGMT, entrelinhas, 2001. p. 215-221.
- LEITE, Luis-Philippe P. *Monumentos de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Júlio Campos, 1994.
- MELGAÇO, Barão de. *Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Província de Mato-grosso pelo Barão de Melgaço*. s.l., s.d.
- MENDONÇA, Estevão. *Datas mato-grossenses*. II volume. Cuiabá, Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973.

MENDONÇA, Estevão. *Datas matogrossenses*. I volume. Cuiabá: SEC – MT; Integrar; Defanti, 2012.

MENDONÇA, Rubens de. *Ruas de Cuiabá*. Cuiabá: SEC – MT; Integrar; Defanti, 2012.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Portaria Ministerial n.º 229*, de 17 de maio de 1994.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *No têrmo de Cuiabá*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

RODRIGUES, Dunga. *Reminiscências de Cuiabá*. Goiânia: Editora Cinco de Março, 1969.

SILVA, Gleilson Angelo da. *Vou à rua: estudos sobre os logradouros do centro de Fortaleza através da Geografia e da toponímia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019.

A família de Augusto João Manoel Leverger, o Barão de Melgaço, em Mato Grosso

The family of Augusto João Manoel Leverger, the Barão De Melgaço, in Mato Grosso

Neila Maria Souza Barreto¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo relatar a trajetória de Augusto João Manoel Leverger, o Barão de Melgaço, desde seu nascimento até a sua morte, conhecendo sua família tendo por base o apoio da genealogia. Buscamos também evidenciar sua movimentação no cenário político-administrativo e os bens que acumulou ao longo de sua vida.

Palavras-chave: Augusto Leverger. Barão de Melgaço. Genealogia. Política. Mato Grosso

ABSTRACT: The present article is intended to describe the life path of Augusto João Manoel Leverger, the Baron of Melgaço, since the day he was born until his death, to know his family based on genealogy and also seeking for pointing his movimentation in the political and administrative scenario and the material goods he collected during his life.

Keywords: Augusto Leverger. Baron of Melgaço. Genealogy. Politics. Mato Grosso.

¹ Graduada em Jornalismo pelo Instituto Várzea-grandense de Educação e em Letras (UFMT), Mestre em História (UFMT), membro do IHGMT e da AML.

Nascido em Saint-Malô, capital do departamento de Ille e Vilaine, região da Bretanha (França), em 30 de janeiro de 1802, recebeu na pia batismal os prenomes de Augusto João Manoel. Marinheiro. Tenente da Marinha, filho de Mathurin Leverger, falecido em 1822, em Buenos Aires, notícia esta que Augusto Leverger só tomou conhecimento em 8 de dezembro do mesmo ano e, de Regina (Reine) Combes, bretã, falecida em 30 de abril de 1821, na França.

Tinha dois irmãos, sendo um menino, nascido em 1810 e, uma menina, nascida em 25 de novembro de 1811, chamada Regina Leverger, o mesmo nome da mãe. Ambos ficaram órfãos, sendo o menino com 12 anos e a menina com 11 anos.

Aos 17 anos, Augusto Leverger acompanhou o pai para uma viagem à América do Sul, em 1º de maio de 1819, onde abraçou a carreira marítima, ano este, também, da morte da sua mãe. Passou pelo Rio de Janeiro e Santa Catarina, no Brasil, e depois para Buenos Aires, mas, a 27 de agosto do mesmo ano naufragou perto do cabo Santa Martha, na embocadura do Rio da Prata. Salvos da fúria das ondas, foram para Maldonado e chegaram a Montevideú no dia 15 de outubro, onde se separou do seu pai que foi para Buenos Aires, para atender negócios particulares (ARRUDA, A. Vultos Eminentes, 1999. p. 42) .

Em 1º de janeiro de 1820, aos 18 anos, Augusto Leverger ofereceu seus serviços a bordo da escuna francesa Angélica, de bandeira portuguesa, navegação de cabotagem da Prata, tendo sido aceito após sumário exame e ingressou como segundo comandante, podendo estudar cuidadosamente este recurso hídrico.

Estava aí iniciada sua carreira no mar. Deu informações ao pai que, a princípio, se mostrou descontente, em função da sua experiência no mar que, em carta posterior apoiou a decisão do filho de seguir a mesma carreira do pai.

Após uma viagem ao Uruguai e de volta a Montevideú, soube que o progenitor, após residir na rua Riqueza, seguiu viagem para o Rio de Janeiro. Deixou a Angélica em 1820 e

embarcou, como segundo comandante, na galera General Lecór, comprada depois pelo governo de Montevidéu, que a destinou ao serviço de paquete.

Em 1821, continuou a navegar nos rios Paraná, Uruguai e Estuário do Prata. Na volta de uma delas, nesse mesmo ano, recebeu a notícia do falecimento do seu pai, em 5 de outubro de 1821.

Regina Leverger, sua irmã, se preparou para a vida claustral, com o nome de soror Maria Philomena em Saint-Malô. Professou no dia 13 de maio de 1845 no convento das Agostinhas, religiosas hospitaleiras da Misericórdia de Jesus, em Lannion (Côtes du Nord). Dotada de grande senso e brilhante instrução, ocupou por diversas vezes o cargo de Superiora do importante mosteiro de Sant'Anna. Em 1880, Augusto Leverger ainda mantinha correspondência com a sua irmã na França.

Após, em 1822, retornou ele a Montevidéu e reembarcou no General Lecór, indo até Lisboa. Retornou a Buenos para recolher haveres para os irmãozinhos órfãos, da França, recebendo a triste notícia de que, do velho Leverger não havia nada aos pequenos. A respeito dos irmãos órfãos, João Augusto Leverger, vigiou-os constantemente, com delicada e solícita afeição de irmão mais velho, cuidou da sua subsistência e educação. Augusto Leverger pretendia trazer o irmão para perto de si. No entanto, em 1831, recebeu a triste notícia do seu falecimento, com pouco mais de 20 anos, em um desastre marítimo, quando, também, se destinava à carreira, no mar.

Dando continuidade às suas viagens, Augusto Leverger chegou ao Brasil em 1822. Em 1823 foi até Buenos Aires tentando liquidar os haveres do pai, mas não conseguiu. Em 1824, deixou o General Lecór e embarcou na fragata Nitheroy, como segundo tenente da armada brasileira.

Em 1825, a 26 de abril, Augusto Leverger partiu para o Prata, onde, em 1828, desde 8 de setembro era comandante da corveta General Dorrego, fazendo parte da divisão que

ficou nas águas do Prata até a completa evacuação do novo Estado pelas tropas já brasileiras. Naturalizou-se brasileiro em 1824.

Em 1829, voltou ao Rio de Janeiro. Foi nomeado, a 15 de outubro, comandante das canhoneiras empregadas no rio Paraguai e ao serviço da província de Mato Grosso. Chegou a Cuiabá em 23 de novembro de 1830 como comandante das canhoneiras empregadas no rio Paraguai, retirando-se em março de 1834, em plena efervescência das manifestações nativistas que ocorriam em várias partes da província, alugando a sua primeira casa na Rua do Campo, hoje Rua Barão de Melgaço, que, depois da sua morte, a Câmara Municipal cunhou com o nome de Casa Barão de Melgaço, e que hoje abriga a Academia Mato-Grossense de Letras – AML e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT.

Retornando a Cuiabá em 1837, Leverger exerceu atividades militares e diplomáticas, realizando inclusive o primeiro reconhecimento geográfico do rio Paraguai. Iniciava-se, assim, a produção de inúmeros trabalhos de levantamentos, “diários”, “roteiros de navegação” e descrição de “vias de navegação”. Sua humildade intelectual foi atestada por Virgílio Corrêa Filho referindo-se aos seus trabalhos, ao afirmar que Leverger “não cogitava em vê-los impressos, embora estivesse atento sempre a satisfazer ao primeiro que lhes pedisse”. Independentemente de sua posição, seus estudos começaram a ser divulgados para além da província de Mato Grosso através da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual se tornou membro em 1848. Foram publicados os escritos “*Carta e Roteiro da navegação do rio Cuiabá desde o Salto até o Rio São Lourenço e deste último até sua confluência com o Paraguai*”, “*Diário do Reconhecimento do Rio Paraguai desde Assunção até o Rio Paraná*”, “*Observações sobre a Carta Geográfica da Província de Mato Grosso*”, “*Roteiro da Navegação do rio Paraguai, desde a foz do Sepotuba até o rio São Lourenço*” e “*Roteiro da Navegação do Rio Paraguai desde a foz do São Lourenço*”

até o Paraná” (v. 25, 1862), “*Breve Memória à Coreografia da Província de Mato-Grosso*” (v. 28, 1865) e “*Apontamentos para o Diccionario Chorographico da Província de Mato-Grosso*” (T. 47, 1883).

Naturalizado brasileiro e na patente de Capitão de Mar e Guerra, em outubro de 1850, Leverger acabou nomeado Presidente da Província, exercendo por 4 vezes o cargo em um período de mais de 7 anos. Foi cinco vezes a autoridade máxima de Mato Grosso, sendo três vezes como presidente efetivo e duas como substituto.

Leverger possuía espírito livre e aventureiro das gaivotas a que os rochedos natais não conseguiram prender nem satisfazer a ânsia do voo para longes agras.

Recebeu o título, por honras, de Barão, por força do Decreto de 10 de novembro de 1865. Faleceu em Cuiabá, em 14 de janeiro de 1880, aos 78 anos de idade.

Casamento

Em 25 de outubro de 1843 casou-se, em Cuiabá, com Ignez de Almeida Leite, viúva de José da Costa Leite de Almeida, falecido em 25 de outubro de 1842. Era ela filha do capitão Bento de Toledo Pizza, da família Toledo Pizza, natural de Porto Feliz, e de Dona Maria de Assumpção, sangue Bororo e irmã de Maria da Conceição Toledo, esposa de Antônio Corrêa da Costa (o 1º), da conhecida estirpe dos Leites de Almeida.

Conforme a historiadora Maria Adenir Peraro, Ignez era “uma senhora de grande prestígio, casada com um próspero comerciante de Cuiabá. Ele, viúvo e com vários filhos, ela jovem de 16 anos.” Desta União, de 1816, nasceram mais filhos. Senhora de muito prestígio, Ignês de Almeida Leite foi eleita Irmã de Mesa da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, nos anos de 1825, 1841 e 1863, e em 1840 ocupou o cargo de Provedora da Irmandade. O tenente José da Costa Leite, por sua vez, ocupou o cargo de escrivão da mesma Irmandade nos anos de 1822, 1828, 1836, e em 1839 era

um dos Irmãos de Mesa. Ignêz manteve seu casamento até 1842, quando se enviuvou:

(...) contudo, a jovem senhora, em torno dos seus 30 anos, conheceu João Manuel Augusto Leverger. (...). Dessa relação adúltera nasceu uma criança, exposta na casa dos padrinhos, adotada em 1833 pelo pai, que passou a desempenhar a função de adido militar no Paraguai. O casamento de Ignêz foi mantido até 1842, quando ficou viúva. No ano seguinte, contraiu núpcias com João Manuel Augusto Leverger”. Nasceram do casal Emília Augusta e Augusta Malvina. João Manuel contracena, de maneira particular, nesse episódio que marcou a história da elite cuiabana.

Peraro informa que, “a 7 de agosto de 1833, quando compareceu em cartório para adoção da filha, João Manuel Augusto Leverger declarou não ter pais vivos, nem descendentes, e que o objetivo da adoção era o reconhecimento de uma filha, tida com Ignêz de Almeida Leite, casada. Leverger declarou ainda, querer a filha em sua companhia, bem como, que a criança tornasse herdeira de suas fazendas. Ato contínuo, tornou-se militar no Paraguai”. Na certidão de batismo, de 1832, constaram como padrinhos Dr. Antônio José de Abreu e Teodora Antônia de Freitas.

João Manoel Augusto Leverger contracena, de maneira particular, neste episódio que marcou a história da elite cuiabana.²

D. Ignêz de Almeida Leite, a baronesa de Melgaço, ao falecer, em 30 de maio de 1866, deixou duas filhas: Emília Augusta Leverger e Augusta Malvina Leverger.

2 PERARO, Maria Adenir. Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.

A Descendência de Augusto Leverger em Mato Grosso

A primeira filha, Emília Augusta Leverger Corrêa, se casou com Cesário Corrêa da Costa, seu primo de segundo grau, abastado fazendeiro do Rio Cuiabá Abaixo, filho de Antônio Corrêa da Costa. Do enlace nasceram 4 filhos:

1.- Maria Augusta Corrêa de Arruda, que se casou com João Baptista de Arruda e Sá, com quem teve sete filhos: 1.1.-Manoel Corrêa de Arruda; 1.2.-Cesarino Corrêa de Arruda; 1.3.-Zulmira Corrêa Cardozo; 1.4.-Joaquim Corrêa de Arruda; 1.5.-João Batista de Arruda; 1.6.-Emilio Corrêa de Arruda; 1.7.-Eudoro Corrêa de Arruda e Sá. 1.1- Manoel Corrêa de Arruda, major do exército, casou-se com Maria Iracema de Mello e Arruda, de quem teve um filho 1.1.1.- João, falecido em tenra idade. Manoel, em segundas núpcias casou-se com Ida Pereira Madeira, falecida em 1918, deixando 4 filhos 1.1.2.- Cecília; 1.1.3.-Innocencia; 1.1.4.-Emmanuel, falecido; 1.1.5.-João Baptista. Depois, consorciou-se com Sara de Arruda, com quem teve três filhos: 1.1.6-Emmanuel; 1.1.7-Maria Ida; 1.1.8-Miriam; 1.2.- Cesarino/Cesário Corrêa de Arruda, major do exército, casou-se com Eglantine de Mello e Arruda de quem teve 3 filhos: 1.2.1-Paulo; 1.2.2-Martha; 1.2.3.-Adaucto. Enviuvando-se, contraiu novas núpcias com Francisca de Arruda, de quem teve 3 filhos, até em 1992. Os nomes não localizados. 1.3.-Zulmira Corrêa Cardozo, casada com Augusto Corrêa Cardozo, agricultor, residente em Aquidauana -MS, com 9 filhos: 1.3.1-Ermilinda, casada com Fenelon Costa Junior; 1.3.2- Haydeé, casada com Octavio da Silva Pereira, com 2 filhos: 3.2.1 -Jorge Octaviano e 1.3.2.2 - Mauricio Octaviano. 1.3.3 - Celestino Corrêa Cardozo; 1.3.4- Augusto Corrêa Cardozo; 1.3.5- Leverger Corrêa Cardozo; 1.3.6- Carlos Corrêa Cardozo; 1.3.7- Carolina Corrêa Cardozo; 1.3.8- Maria Emília Corrêa Cardozo; 1.3.9- Arlette Corrêa Cardozo. 1.4.- Joaquim Corrêa de Arruda, casado com Maria Josepha de Arruda, de descen-

dência do ramo dos Pereira Leite. 1.5.- João Baptista de Arruda, falecido solteiro aos 23 anos. 1.6.-Emílio morto com 1 ano. 1.7.- Eudoro Corrêa de Arruda e Sá, 1º Tenente do Exército, solteiro. 2.- Ignez Alves Corrêa, a segunda filha de Emília Augusta e Cesarino Corrêa da Costa, casou-se com o Cel. Virgílio Alves Corrêa e teve 12 filhos: 2.1.-Emilia Alves Corrêa, (+) em criança. 2.2.- Senhorinha Alves Corrêa, (+) em tenra idade. 2.3.- Emília Alves Corrêa, (+) em pequena. 2.4.- Dr. Estevão Alves Corrêa, médico, casado com Elvira Metello Alves Corrêa, 10 filhos: 2.4.1 - Estela (+); 2.4.2 – Virgílio; 2.4.3 – Eulália; 2.4.4- José Manoel; 2.4.5 - Ignez Augusta; 2.4.6 – Estevam; 2.4.7 - Cesário (+); 2.4.8 – Maria; 2.4.9 – Luiz; 2.4.10 – Elvira. 2.5.- Maria Alves de Campos, casada com Antônio Leite de Campos, 7 filhos: 2.5.1 - José (+); 2.5.2 - Antonieta (+); 2.5.3 – Virgílio; 2.5.4 – Antônio; 2.5.5 - Leverger (+); 2.5.6 – Mary; 2.5.7 - Elvira Maria Inês. 2.6.- Dr. Cesário Alves Corrêa, médico, casado em primeiras núpcias com Maria Leopoldina da Silva Fontes Filha (+) e, em segundas, com Lavínia da Costa Ribeiro, sem prole. 2.7.- Dr. Virgílio Alves Corrêa Filho, engenheiro civil, casado com Edith Alves Corrêa, com 7 filhos: 2.7.1 - Elza Maria; 2.7.2 - Ignez Constança. 2.7.3 - Rubens (+); 2.7.4 - Samuel Augusto; 2.7.5 - Maria da Conceição; 2.7.6 - Mauricio Rubens; 2.7.7 – Aline. 2.8.- Augusto Alves Corrêa, (+) em criança. 2.9. - Luiza; Luiza Alves Amarante, casada com José de Neto Amarante Junior, com 1 filha: 2.9.1.- Daluza. 2.10.- Francisco Alves Corrêa, (+) em pequeno. 2.11.- Alme-rinda Corrêa de Almeida, casada com João Botucudo de Almeida, com 7 filhos: 2.11.1.- Vera; 2.11.2.- Olga; 2.11.3. - Antonietta (+); 2.11.4. – Hebe; 2.11.5. - João (+); 2.11.6 – José; 2.11.7. - João Baptista. 2.12.-José Mamede Alves Corrêa, (+) em pequeno. 3.- Augusto Augusto Leverger Corrêa da Costa, o terceiro filho de Emília Augusta e Cesário Corrêa da Costa, casado com Miquelina Corrêa da Costa, 9 filhos: 3.1. – Diniz Corrêa da Costa; 3. 2.- Rita Corrêa da Costa; 3.3.- Djalma Corrêa da Costa; 3.4.- Vinício Corrêa da Costa; 3.5.- Ruth Corrêa da Costa; 3.6.- Domicilla Corrêa da

Costa (+); 3.7.- Noêmia Corrêa da Costa; 3.8.- Dario Corrêa da Costa; 3.9.- Valentim Corrêa da Costa e, a quarta filha de Emília Augusta e Cesário Corrêa da Costa, é Regina Leverger Corrêa Prado, casada com Egydio da Silva Prado, com 13 filhos: 4.1.-Eugenia da Silva Prado, (+) em criança. 4.2.-Antonia da Silva Prado, Irmã da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora. 4.3.- Dr. Antônio Galdino da Silva Prado, médico, morto, solteiro, aos 27 anos. 4.4.- Senhorinha Prado de Azambuja, casada com Theopilo Augusto de Azambuja, pais de 8 filhos: 4.4.1.- Alvacoeli; 4.4.2.- Tarcizio; 4.4.3.- Maria da Graça; 4.4.4.- Augusta; 4.4.5.- Regina (+); 4.4.6.- Haroldo; 4.4.7.- Regina; 4.4.8.- Mariza. 4.5.- Luiz Galdino da Silva Prado, (+) foi casado com Bertholina Ribas, pais de ((+), 4 filhas: 4.5.1.- Maria d'Apparecida; 4.5.2.- Heloisa; 4.5.3.-Regina; 4.5.4.- Lucia. 4.6.-Emilia Augusta da Silva Prado, falecida, solteira, aos 19 anos. 4.7.- Cesário Corrêa da Silva Prado, casado com Nahyda Neves Prado, pais de 3 filhos: 4.7.1.- Edmundo (+); 4.7.2.- Edgard; 4.7.1.- Paulo Maria. 4.-8.- Regina da Silva Prado. 4.9.- Maria Luiza da Silva Prado. 4.10.- Anna Luiza Prado Bastos, casada com Clodomiro de Oliveira Bastos. 4.11.- Lucina Prado, (+) com 2 anos. 4.12.-Tarcizio, (+) com 2 meses. 4.13.-Lucina Prado de Albuquerque, que desposou Caetano Albernaz de Albuquerque, uma filha: 4.13.1. - Edna Maria.

A segunda filha, Augusta Malvina Leverger, após o casamento com João José do Couto, em 10 de janeiro de 1865, passou a se chamar Augusta Malvina do Couto. Tiveram as filhas Augusta Leverger, Catarina Augusta Leverger, a qual se casou com Antenor Augusto Corrêa, filho de José Estevão Corrêa e Rosa da Glória Paes Corrêa (família Paes de Barros) – sem prole, e Inês Leverger nascida em 18 de janeiro de 1868, em cujo parto a mãe faleceu. Viúvo, João José do Couto conviveu com Francelina Felismina do Couto, filha natural do seu tio capitão João José do Couto e Ana Luiza dos Guimarães.

A Ramificação de Augusto João Manoel Leverger, o Barão de Melgaço, encontra-se nas seguintes famílias em Mato Grosso, no Rio de Janeiro: Leverger Corrêa; Corrêa de Arruda; Arruda; Corrêa Cardoso; Costa; Silva Pereira; Octaviano; Corrêa Arruda; Baptista de Arruda; Corrêa de Arruda e Sá; Alves Corrêa; Alves Campos; Alves Corrêa Filho; Alves Amarante; Corrêa de Almeida; Leverger Corrêa da Costa; Corrêa da Costa; Leverger Corrêa Prado; Silva Prado; Prado de Azambuja; Oliveira Bastos; Corrêa Silva Prado; Prado Bastos; Prado; Prado de Albuquerque; Couto; Leverger Corrêa; Leverger, Couto.

Referências

- ARRUDA, A. *Vultos Eminentes*. Cuiabá: Ed. o Autor, 1999.
- BARRETO, Neila Maria Souza. *Gente que fez, gente que faz Cuiabá: inventário de famílias pioneiras cuiabanas (primeira versão)*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2019.
- CORRÊA DA COSTA, Antônio. *Família Corrêa da Costa – Sua História e sua gente*. Gráfica Genus. Cuiabá-MT. 1998, p. 1-22
- MESQUITA, José de. *Genealogia Matogrossense*. Edição comemorativa do centenário de nascimento do autor pela AML e pelo IHGMT. Editora Resenha Tributária – São Paulo. Mato Grosso. 1992.
- PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.
- TAUNAY, Visconde de. Augusto Leverger. *Almirante Barão de Melgaço*. Antemural do Brasil em Matto Grosso. Com um complemento da lavra de Virgílio Corrêa Filho. Editora Companhia Melhoramentos de S. Paulo. S. Paulo. Cayeiras – Rio – S.P. 12/12/1931.1931.

Os herdeiros de Leverger¹

The Leverger heirs

Valmir Batista Corrêa²

RESUMO: Este estudo trata da historiografia mato-grossense e diz respeito à influência exercida por Augusto Leverger nos estudos históricos e geográficos sobre Mato Grosso, a partir da segunda metade do século XIX. Da geração de historiadores que fundaram o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 1919, influenciados diretamente pelo trabalho de Leverger, destacaram-se Virgílio Corrêa Filho, Antonio Fernandes de Souza e Estevão de Mendonça. **Palavras-chave:** Historiografia; História regional, Mato Grosso.

ABSTRACT: This is a mato-grossense historiography study focusing on the influence of Augusto Leveger at the Mato Grosso historical and geographic studies from the Late XIX century. From the historian generation that founded the Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso at 1919, Virgílio Corrêa Filho, Antonio Fernandes de Souza, and Estevão de Mendonça were directly influenced by Leveger's work. **Keywords:** Historiography; Local history, Mato Grosso.

A geração de historiadores nascida nas últimas décadas do século XIX, marcadamente em Cuiabá, e que participou ativamente da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso em 1919, não pode ser compreendida e estudada desvinculada da presença e da atuação intelectual de Augusto Leverger. Dentre os historiadores que buscaram valorizar e resgatar documentalmente a história de Mato Grosso, sem dúvida, os que mais receberam influências das pesquisas

1 Versão revisada do artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Edição comemorativa aos 75 anos de fundação do IHGMT, 1919 – 1994. Ano LXVI, tomos CXLI – CXLII. Cuiabá: IHGMT, 1994, p. 271-287.

2 Professor doutor em História, titular aposentado da UFMS. valmir.correa@uol.com.br. Membro associado e atual Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e Secretário Geral da Academia Sul-Mato-grossense de Letras.

históricas e geográficas de Leverger (por isso mesmo, seus biógrafos) foram Estevão de Mendonça, seu maior discípulo, Virgílio Corrêa Filho e Antônio Fernandes de Souza.

Marinheiro francês, engajado na Armada Imperial Brasileira em 1824 com 22 anos, Augusto Leverger, o “bretão cuiabanizado” no dizer de Virgílio Corrêa Filho³, chegou pela primeira vez em Cuiabá em 1830 como comandante das canhoneiras empregadas no rio Paraguai, retirando-se em março de 1834 em plena efervescência das manifestações nativistas que ocorriam em várias partes da província. Retornando a Cuiabá em 1837, Leverger exerceu atividades militares e diplomáticas, realizando inclusive o primeiro reconhecimento geográfico do rio Paraguai. Iniciava-se assim a produção de inúmeros trabalhos de levantamentos, “diários”, “roteiros de navegação” e descrição de “vias de navegação”. Delineava-se ao mesmo tempo um traço marcante de sua personalidade de raramente escrever de forma espontânea, mas sempre “instigado por algum motivo especial”⁴ ou por determinação de autoridades provinciais. Sua humildade intelectual foi atestada por Virgílio Corrêa Filho referindo-se aos seus trabalhos, afirmando que Leverger “não cogitava em vê-los impressos, embora estivesse atento sempre a satisfazer ao primeiro que lhes pedisse”⁵. Independente de sua posição, seus estudos começaram a ser divulgados além da Província de Mato Grosso através da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual se tornou membro em 1848. Foram publicados os escritos “Carta e Roteiro da navegação do rio Cuiabá desde o Salto até o Rio São Lourenço e deste último até sua confluência com o Paraguai”, “Diário do Reconhecimento do Rio Paraguai desde Assunção até o Rio Paraná”, “Observações sobre a Carta Geografica da Provincia de Mato Grosso”, “Roteiro da

3 CORRÊA F, Virgílio. A. Leverger (o bretão cuiabanizado). Terceiro Congresso de História Nacional, 2. *Anais...* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1941. p. 389-493.

4 *Idem, ibidem*, p. 476.

5 *Idem, ibidem*, p. 476.

Navegação do rio Paraguai, desde a foz do Sepotuba até o rio São Lourenço” e “Roteiro da Navegação do Rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná” (v. 25, 1862), “Breve Memória à Chorographia da Provincia de Mato-Grosso” (v. 28, 1865) e “Apontamentos para o Diccionario Chorographico da Provincia de Mato-grosso” (t. 47, 1883).

Naturalizado brasileiro e na patente de Capitão de Mar e Guerra, em outubro de 1850 Leverger acabou nomeado presidente da província, exercendo por 4 vezes este cargo em um período de mais de 7 anos. Esta presença constante de Leverger na administração de Mato Grosso demonstrou também a consolidação de seu prestígio local, angariado através de suas atividades administrativas e dos trabalhos escritos sobre a história e à geografia da região. Foi filiado ao Partido Conservador, mas segundo Estevão de Mendonça, “filiado em termos, porque não cessava de explicar: *ou a política não me serve, ou não sirvo eu para a política*”⁶. Na verdade, gostava de afirmar que não participava de política por ser militar e *estrangeiro*.

Desse modo, tornou-se comum encontrar nos trabalhos que se referem a Leverger o realce do seu espírito tolerante e avesso à política. Virgílio Corrêa Filho, por exemplo, ressaltou que “abstraindo-se da política partidária, para melhor administrar, Leverger diligenciou suprir pelo trabalho e dedicação a escassez de meios que lhe amortecia as iniciativas”⁷. Mesmo assim conseguiu Leverger estabelecer normas pedagógicas para a instrução pública na província e voltou a sua atenção para as vias de comunicação. Ressalta ainda Virgílio Corrêa Filho que Leverger “trouxe a paz aos espíritos”⁸, sendo inclusive “por todos aplaudido e festejado como hábil administrador”⁹.

6 MENDONÇA, Estevão. *E foi naquela noite de Natal*. Cuiabá, 1970. p.72.

7 CORRÊA F, Virgílio. *Op. cit.*, p. 429.

8 *Idem, ibidem*, p. 431.

9 *Idem, ibidem*, p. 431.

Foi, no entanto, com a invasão paraguaia no sul da província e a possível penetração dos invasores em Cuiabá através do rio Paraguai, que a participação de Leverger selou de forma definitiva a sua identificação com Mato Grosso. Seu prestígio e carisma conseguiram conter o pânico que se estabeleceu na capital, não somente entre a população civil como também junto aos militares ali estabelecidos. Sua atuação decisiva levou o Visconde de Taunay a defini-lo como o “antemural do Brasil em Matto Grosso”. Em discurso na câmara dos deputados, em 16 de abril de 1877, assim se expressou Taunay:

A população tomada de pavor, sem chefe, allucinada, tratava de abandonar em massa os seus lares, deixando ao azar da sorte suas casas, commodos, e haveres, quando a 20 de janeiro de 1865, o Sr. Leverger, ainda que alquebrado pelos annos e molestias, se apresentou resolutu e unico para iniciar e dirigir a resistencia. Deu-se então repentina e completa inversão no espirito publico; todos cobraram coragem, se reanimaram, correram ás armas, e o velho guerreiro, no meio de patrioticas ovações e de immenso enthusiasmo partiu, sem se despedir da sua familia, a occupar o ponto do Melgaço e fazer frente ao invasor¹⁰.

Por tal gesto, Leverger recebeu em novembro deste mesmo ano o título de Barão de Melgaço. No calor da hora, Leverger registrou os eventos iniciais da guerra em Mato Grosso numa “*Synopsis da Historia da Invasão Paraguaya na mesma Província*”¹¹.

No final de sua vida e longe das atividades públicas, Leverger dedicou-se integralmente aos seus escritos e es-

10 TAUNAY, Visconde. *Augusto Leverger*. Almirante Barão de Melgaço. Antemural do Brasil em Matto Gross. Com um complemento da lavra de Virgílio Corrêa Filho. São Paulo: Melhoramentos, s/d. p. 13.

11 *Relatorio apresentado ao Illm. e Exm/ Chefe de Esquadra Augusto Leverger Vice-Presidente da Provincia de Matto Grosso pelo Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho ao entregar a administração da mesma Província em agosto de 1865. Contendo a Synopsis da Historia da Invasão Paraguaya na mesma Província*. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, 1866.

tudos. Segundo Pimenta Bueno, “o venerando sr. Barão de Melgaço possuía um precioso arquivo de cópias interessantes, de documentos gráficos, com os quais organizou a carta de província, em 1868: entre esses documentos tinha muitos seus, relativos à história e geografia da província e do reconhecimento dos rios Cuiabá, Paraguai, do distrito de Miranda e outras localidades”¹². Em 14 de janeiro de 1880, em Cuiabá, faleceu Augusto Leverger, deixando uma marca profunda na história de Mato Grosso e nos jovens intelectuais mato-grossenses. Ainda sobre Augusto Leverger afirmou o Visconde de Taunay de maneira emocionada e ufanista que

[...] ao inclyto Augusto Leverger, barão de Melgaço, cabe perfeitamente o alentado apelido de Ricardo Franco do Brasil-Imperio, do mesmo modo que áquelle eminente militar é applicavel o de Augusto Leverger dos tempos Coloniaes. Ambos se valem pelo conjunto de qualidades scientificas, civicas e guerreiras, honestidade, habitos de trabalho, superioridade de vistas, desinteresse, modestia, pundonor e profundeza de conhecimentos technicos¹³.

Além dos trabalhos de Leverger, inúmeros estudos e relatos sobre Mato Grosso foram divulgados até o final do século XIX. A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, por exemplo, em vários momentos abrigou em suas páginas trabalhos referentes à região, como de Ricardo

12 Citado in: CORRÊA F, Virgílio. *Op. cit.*, p.478.

13 TAUNAY, Visconde. Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço (1802-1880). In: *Estrangeiros illustres e prestimosos no Brasil (1800 - 1892) e outros escriptos*. São Paulo: Melhoramentos, 1932, p. 68. O seu arquivo particular, de acordo com o testamenteiro Cesario Corrêa da Costa, teve o seguinte destino: “Os livros aproveitaveis foram doados à Biblioteca da Instrução Pública de Mato Grosso (...). Os “Apontamentos para o dicionário corográfico da Província de Mato Grosso”, e “Cronológicos”, endereçados a Beaurepaire Rohan, chegaram, a 7 de Dezembro de 1882, ao Instituto Histórico Brasileiro, em cuja revista só os primeiros vieram a lume, bem como os roteiros e diários de navegação. As notas avulsas foram ter às mãos de Estevão de Mendonça, que, dedicado ao culto levergeriano, em parte as fez publicar no Arquivo de Cuiabá e *Revista de Mato Grosso*. In: CORRÊA F, Virgílio. *Op. cit.* Nota 13, p. 479.

Franco de Almeida Serra, Luis d'Alincourt, João Antonio Cabral Camello, Marcelino Rodrigues Camponês, Joaquim da Costa Siqueira. Outras revistas também chegaram a publicar trabalhos sobre a região, como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, *A Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* e os *Anais da Biblioteca Nacional*¹⁴. Havia, portanto, um crescente interesse em *conhecer e divulgar* Mato Grosso acentuado pelo trauma provocado com a guerra da Tríplice Aliança.

Com a proclamação da República, acabando com a costumeira *gangorra da política imperial* caracterizada pela alternância no poder dos partidos da monarquia Liberal e Conservador, logo de início ocorreu em Mato Grosso uma acirrada disputa pelo controle da máquina administrativa estadual. A polarização da política mato-grossense deu-se em torno de agremiações partidárias lideradas por *coronéis oligarcas*, trazendo ao seio da sociedade local o germe do divisionismo muitas vezes estigmatizado em polos irreconciliáveis. Iniciou-se com a república um período conturbado da política mato-grossense com manifestações revolucionárias em várias partes do estado. Muitas dessas lutas coronelistas, pelas dimensões alcançadas, conseguiram convulsionar praticamente todo o Mato Grosso, provocando derrubadas (substituições) de governos estabelecidos. Ao entrar no século XX, a radicalização política em Cuiabá com reflexos em todos os municípios mato-grossenses marcou não somente as atividades político-partidárias como também as manifestações socioculturais regionais.

De fato, a forte presença do estado oligárquico numa sociedade onde a base do poder estava na posse da terra, como era o caso de Mato Grosso, provocava uma inter-relação de dependência entre diversos setores da sociedade. Nessas relações de dependência, as atividades intelectuais e

14 Paralelamente às publicações em revistas oficiais, inúmeras publicações avulsas também foram editadas sobre Mato Grosso nesse período. Ver: SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá: CCS, 1992.

literárias não poderiam escapar dos tentáculos do controle estatal. Em primeiro lugar, era comum encontrar entre os intelectuais cuiabanos, por exemplo, funcionários públicos e professores exercendo cargos de confiança junto ao governo estadual. Eram atividades que garantiam a disposição de tempo para a realização de pesquisas e elaboração de trabalhos históricos e literários. Essa situação era, em contrapartida, eventualmente afetada por qualquer instabilidade política. Em segundo lugar, as relações de dependência com o poder estadual apareciam com clareza por ocasião da publicação e divulgação de suas obras literárias ou históricas. Enfim, todas as publicações mato-grossenses dependiam de financiamento público. Assim, a chamada *publicação oficial* contava, em última instância, com a boa vontade dos governantes. Os intelectuais cuiabanos ficavam dessa forma à mercê das crises políticas, podendo cair ou não em desgraça perante os novos governantes. Com justa razão, a impressão de um livro em Cuiabá, para José de Mesquita, era “uma das formas modernas de heroísmo”¹⁵.

A descrição que Estevão de Mendonça traça sobre a passagem do século em Cuiabá, sob a influência levergeriana de equidistância política, mostrou de maneira clara e singela que mesmo em festas populares a cizânia política entre situação e oposição persistia na sociedade cuiabana.

O então presidente do Estado, coronel Antonio Pedro Alves de Barros, após sumptuoso baile, dado em sua residência particular, ao signal das 12 horas, fez interromper da dança, que ia animada, e tomando de uma taça de champagne saudou os seus amigos ali reunidos, pela entrada do século XX. Uma banda militar executou o himno nacional, sendo queimada uma girandola de foguetes. Conduzidos pela esposa do presidente, diversas senhoras e cavalheiros dirigiram-se para o interior da residência, sendo-lhes ali servido opiparo banquete. Além das autoridades locais, outras

15 MENDONÇA, Rubens de. *História da Literatura Mato-Grossense*. Cuiabá: Ed. do Autor, 1970. p. 37.

pessoas de destaque encontravam-se presentes e entre estas os generaes Arthur Oscar e Alfredo Piragibe, coronel Antônio Paes de Barros, commandante Francisco M. Wanderley e dr. João de Moraes e outros. Ao mesmo tempo que assim se commemorava o findar do século XIX, também na residência do coronel Generoso Ponce, chefe politico da opposição, organizavam-se jogos de prendas, concerto, danças e jantares. A sociedade ali reunida não era menos selecta. Á meia noite diversas senhoritas, acompanhadas por uma orchestra dirigida pelo capitão Abílio Noronha, cantaram um mavioso himno, ao qual seguiram-se variadas contradanças. Pelas ruas da cidade turmas de rapazes recitavam cançonetas, e o mimoso jardim Alencastro regorgitava de passeiantes¹⁶.

Era a aparente calma antecedendo a violência política que iria ensanguentar a história mato-grossense nas primeiras duas décadas do século XX.

No entanto, dois momentos nessa época foram altamente favoráveis aos intelectuais cuiabanos pelo apoio ostensivo que receberam do estado na divulgação e na publicação de seus escritos. O primeiro momento ocorreu no governo do coronel Antonio Paes de Barros - Totó Paes (1903-1906), encerrado por crise política e revolucionária, e no segundo, como resultado de outra crise no governo de D. Francisco de Aquino Corrêa (1918-1922). Fora desses dois períodos de grande gravidade política, foram raros os momentos em que trabalhos historiográficos obtiveram divulgação e publicação com o aval do governo estadual. Nesses momentos, nos jornais cuiabanos os escritores procuravam refúgio no campo da literatura e da história.

Contraopondo com o rastro de violência em que foi envolvido de forma direta ou indireta, o coronel Totó Paes tomando posse do governo mato-grossense procurou cercar-se de intelectuais e literatos para administrar o estado. Segundo

16 MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-Grossenses*. Nichteroy: Esc. Typ. Salesiana, 1919. 2 v., p. 376.

Antonio Fernandes de Souza, seu chefe de gabinete, “todos esses homens de reconhecido valor intelectual e impoluta reputação moral e cívica, prestaram valiosa colaboração à política, à administração e à cultura do Estado”.¹⁷ No entanto, os fatos demonstraram que tal participação não impediu a radicalização política e a explosão de violência que envolveu Mato Grosso.

Em janeiro de 1904, iniciou-se em Cuiabá a edição da “*Revista Matto-Grosso*”, uma “Publicação Mensal de Ciências, Letras, Artes e Variedades”, por iniciativa de padres salesianos. Além da divulgação da doutrina religiosa, a revista contava com colaboradores como Antonio Fernandes de Souza, Firmo Rodrigues e Estevão de Mendonça que deu início a publicação de suas “datas mato-grossenses”. Foram transcritos nesta revista textos de Jose Augusto Caldas, de Augusto Leverger com uma sequência de seus “Apontamentos Chronologicos da Provincia de Matto-Grosso” e de Ricardo Franco de Almeida Serra. Nos textos de Leverger e de Serra apareceram sempre a observação “Publicação feita sob a direcção de Estevão de Mendonça”.

Curiosamente, na edição de agosto de 1907, provavelmente como reflexo dos fatos políticos e fugindo de suas características, a “*Revista Matto-Grosso*” estampou a foto do presidente empossado, coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce ressaltando em seu editorial que:

17 SOUZA, Antônio Fernandes de. *Antônio Paes de Barros (T'ótó Paes) e a Política de Mato-Grosso*. Cuiabá: Ed. do Autor, 1958. p. 55. Entre os membros do governo, Souza cita João Francisco de Novais Paes Barreto, “de reconhecida ilustração”; Antonio Vieira de Almeida, “jornalista, contista e emérito orador”; José de Freitas Cabral, “jornalista”; Januário da Silva Rondon, “consagrado latinista”; Pedro Trouy, “jornalista e poeta”; Carlos Leopoldo Jorge Salaberry, “advogado e jornalista”; Francisco Mariani Wanderley, “apreciado escritor”; Vital Batista de Araújo, “primeiro diretor do órgão oficial do estado, intitulado *A Gazeta*”; Francisco Agostinho Ribeiro, “jornalista e advogado”; e Estevão de Mendonça, “escritor e notável historiador”, p. 54. Generoso Ponce F por sua vez, e obviamente, colocou uma visão radicalmente oposta à posição de Antonio Fernandes de Souza com relação ao presidente Totó Paes e seu governo. In: PONCE F, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952. p. 381.

[...] esta publicação mensal não tem absolutamente feição política, como bem se pôde deprender do seu programma e dos fins que determinaram a sua fundação; pelo que este seu procedimento para com o proeminente vulto politico, que se destaca não só neste Estado como em todo o Brasil, nada mais significa do que uma respeitosa homenagem prestada á primeira auctoridade constituida do Estado, da qual é depositario um matto-grossense veneravel, illustre por todos os titulos e credor da benemerencia publica pela correcção dos seus actos sempre vasados nos moldes da mais sã justiça, do mais ponderado criterio e do mais acrysolado patriotismo¹⁸.

A publicação da “*Revista Matto-Grosso*” durou até por volta de 1914.

No ano de 1904 teve início a publicação de “*O Archivo*” (1904-1906), afirmando ser uma “revista destinada á vulgarização de documentos geographicos e históricos do Estado de Matto-Grosso” e realçando que era uma “publicação feita sob os auspícios do Exmo. Senr. Coronel Antonio Paes de Barros”. Sob a direção de Estevão de Mendonça e de Antonio Fernandes de Souza, seus idealizadores, a revista “*O Archivo*” construiu a memória histórica de Mato Grosso com a publicação de documentos manuscritos e de trabalhos elaborados por historiadores locais. Assim,

[...] sempre buscando um espaço para a publicação de seus artigos, bem como para a divulgação da produção de outros raros e dedicados intelectuais que nessa época despontavam, face às eternas dificuldades sempre encontradas, surgiu a idéia de uma revista. Uma publicação séria que enfeixasse não só artigos acerca da história regional, mas também que ensejasse a divulgação de documentos importantes e interessantes para a preservação da memória social de Cuiabá e de Mato Grosso¹⁹.

18 *Revista Matto-Grosso*. Revista Mensal de Ciencias, Lettras, Artes e Variedades. Cuyabá, ano IV, ago. 1907. n. 8. p. 199.

19 SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Apresentação. In: *Revista O Archivo*. Coleção Fac-similar completa 1904-1906. Varzea Grande: Fundação Julio Campos, 1993.

Na apresentação da revista, Antonio Fernandes Souza já pregava a necessidade da fundação de um Instituto Histórico e Geográfico em Cuiabá, editando uma revista que publicasse “documentos relativos á geographia e história do nosso Estado”. Pela revista “*O Arquivo*” passaram textos de Augusto Le-verger, João Baptista Prudencio, Francisco de Paula Castro, Epifanio Candido de Souza Pitanga; transcrição de Cartas Régias e documentos relativos à guerra com o Paraguai e à Rússia²⁰. Também apareceram textos de Estevão de Mendonça, mais uma vez com as suas “datas mato-grossenses” e de Antônio Fernandes de Souza. Na edição comemorativa de um ano de existência, esses dois últimos autores afirmaram que:

[...] foi um anno de lucta incessante em pról da propaga-da das tradições historicas de Matto-Grosso e das suas condições geographicas: e o pouco que já fizemos neste sentido, patentêa a grande necessidade, que ha, de se desenvolver amplamente uma publicação desse genero. (...) Em nossa primeira pagina estampamos o retrato do Coronel Antonio Paes de Barros, como penhor de nossa gratidão pelo muito que tem feito em favor da nossa terra natal, dispensando a sua valiosa protecção a *O Archivo*, -- receptaculo dos acontecimentos que agitaram a alma matto-grossense desde os seus primeiros passos no convivio das sociedades cultas²¹.

Ainda sobre a revista “*O Archivo*”, chama a atenção a grande influência levergeriana em seus editores, que chegaram a editar em 1905 uma edição especial “comemorativa do 25 anniversario do passamento do inolvidavel Barão de Melgaço”. Ainda no ano de 1904, o governo do estado participou com produtos regionais da exposição de St. Louis (EUA), chegando a imprimir um catálogo²² contendo uma

20 Sobre este movimento nativista ver CORRÊA, Valmir Batista. *História e violência em Mato Grosso: 1817 – 1840*. Campo Grande: EdUFMS, 2000.

21 *O Archivo*. Revista destinada á vulgarisação de documentos geographicos e historicos do Estado de Matto-Grosso. Cuyabá, ano II, v. 1, dez. 1905.

22 *Catalogo dos Artigos enviados pelo Estado de Matto-Grosso para a Exposição de S. Luiz (E. U. da America do Norte)*. Cuyaba: Off. Pina F, 1904. 84 p. Também apareceu nesse ano um curioso material de divulgação sobre as potencialidades do Estado: BRAZIL. *Brief Notice on the State Of Matto-Grosso (Official Publication)*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1904. 40 p.

“breve noticia sobre o Estado de Matto-Grosso” e informações detalhadas e preciosas da produção regional.

Em 1905, recuperando uma antiga resolução da Assembleia Legislativa de 1880 que autorizava o governo a publicar os trabalhos do Barão de Leverger, o presidente Totó Paes, numa clara influência de Estevão de Mendonça e de Antonio Fernandes de Souza, nomeou-os para selecionar e publicar os trabalhos levegerianos. Como resultado, saiu publicado através da Casa Avelino de Siqueira o livro “*Vias de Comunicação*”. Com isto, Leverger atendia a uma solicitação do presidente da província Herculano Pena que por sua vez atendia ao desejo do Ministro de Agricultura do Império de fornecer “informações pormenorizada a respeito da serventia de sua opulenta rede hydrographica”²³. No entanto, o projetado segundo volume, “*Apontamentos Chronologicos de Mato-Grosso*”, com a destituição e morte de Totó Paes, não chegou a ser publicado. “Os acontecimentos políticos de 1906, porém, determinaram por parte do novo governo outra corrente de idéas, e nada mais se fez até hoje nesse sentido”, afirmou Estevão de Mendonça em 1919²⁴.

No ano de 1905, Estevão de Mendonça, como professor do Liceu Cuiabano, apresentou um trabalho de cunho didático intitulado “*Quadro Chorographico de Matto-Grosso*” para apreciação do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado. Legalmente, apenas mediante a apreciação deste Conselho é que a obra poderia ser utilizada no próprio Liceu Cuiabano. O parecer aprovado pelo Conselho, no entanto, foi mais além do pretendido pelo autor, sugerindo a sua utilização nas escolas públicas do Estado. Segundo o parecer,

[...] além do merito que revela pela correcção e elegancia de sua forma, vem preencher uma das mais palpitantes necessidades do ensino público primario, fornecendo á mocidade os conhecimentos necessarios da Historia e Geographia do Estado, disciplinas estas

23 TAUNAY, Visconde. Augusto... *Op. cit.* p. 107.

24 MENDONÇA, Estevão. Datas... *Op. cit.* 1º v. p. 254.

que fazem parte das que constituem o programma de estudos tanto nas escolas elementares como nas complementares; é de parecer que a mesma obra seja não só considerada de reconhecida utilidade, na forma do art. 184 do vigente regulamento do Lyceu Cuyabano, como adoptada nas escolas publicas do Estado, tão logo seja impressa e exposta á venda²⁵.

O compêndio dividia-se em duas partes, sendo a primeira “*Descrição physica de Matto-Grosso*”, e a segunda, “*Descrição politica de Matto-Grosso*”; “*Cidades e villas do Estado*”. Nota-se neste trabalho de Estevão de Mendonça a clara influência levergeriana, a começar pelo próprio título. A “*Revista Matto-Grosso*” assim registrou o lançamento do livro afirmando que “esta utilissima publicação, mormente para os nossos collegios e onde quer que se cultive o estudo physico e politico d’este esperançoso Estado, foi oficialmente adoptado nos Lycêos Salesiano “S. Gonçalo” e Cuyabano, ambos equiparados ao Gymnasio Nacional”²⁶.

Mais tarde, e ainda traumatizado com os sangrentos acontecimentos de 1906²⁷, Estevão de Mendonça participou de uma curiosa polêmica estimulada pelo jornal “O Pharol” sobre a grafia de Cuiabá, com “i” ou “y”. Nesta polêmica, posteriormente editada em um pequeno folheto, Estevão de Mendonça defendeu o termo Cuiabá apoiando-se em vários autores, inclusive Augusto Leverger. Por sua vez, Alipio Guarim defendeu posição contrária afirmando de maneira provocativa que o “facto de Leverger escrevel-a com *i* não prevalece, visto não ter sido elle litterato, nem philologo,

25 MENDONÇA, Estevão de. *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*. Cuiabá: Esc. Prof. Salesianas, 1906. p. VII.

26 *Revista Matto-Grosso*. Cuyabá, anno III, n. 2, fev. 1906. p. 44.

27 “Os acontecimentos politicos que se desdobraram nesta capital em meiado de 1906 ainda estão vivos á minha memoria. Decorridos dous annos, sinto perfeitamente o esfuziar dos tiroteios fraticidas, o trôar dos canhões e a gritaria atordoante dos grupos que se debatiam por entre o casario da cidade transformado em trincheira”. In: MENDONÇA, Estevão de. *Uma caturrice*. Cuiabá: Esc. Prof. Salesianas, 1908. p. V.

e sim marinheiro intelligentissimo e astrônomo»²⁸. A resposta veio em forma de “Carta Aberta”, na qual Estevão de Mendonça procurou com novos argumentos defender o uso do termo Cuiabá, ressaltando que “quanto á citação do nome de Leverger, fil-o para estar em bôa companhia; se é verdade, com v. affirma, que elle não era litterato, nem philologo, é certo que a sua pujante cultura o induzia necessariamente a conhecer se Cuiabá devia-se escrever com *i* ou com *y*, e uma vez que divergio da graphia usada no seu tempo, é por que a considerava errada”²⁹. Em “Resposta á Carta Aberta”, Alipio Guarim usou novos argumentos para defender o termo Cuyaba, encerrando-a mais uma vez com uma provocação referente à Augusto Leverger:

É fácil explicar o motivo porque o amigo declara em *alto e bom som* que “a unica fonte segura em cousas que se prendam á historia do Estado, continua a ser o vasto trabalho deixado pelo Barão de Melgaço”, e também que “o sr. Ramiz Galvão é o *maior* conhecedor no Brazil da lingua Portugueza. Pondo de parte sua modestia e desculpando-me da franqueza, direi que o amigo está fanatisado pelos Srs. Barão de Melgaço e Ramiz Galvão, e sendo assim, estou certo, será baldado qualquer contestação, porque ninguem o poderá convencer do contrario. É uma mania como outra qualquer”³⁰.

Parece que a polêmica continuou no jornal, apesar de não ter sido incluída no folheto. Bem mais tarde, o encerramento da questão veio através de uma nova “Carta Aberta” onde Estevão de Mendonça afirmava a utilização do termo Cuiabá em correspondência oficial, nas leis provinciais e na correspondência particular onde “os exemplos são infinitos: citarei em dez minutos cem casos pelo menos, começando por apontar o nome daquelle inolvidavel servidor da minha

28 *Idem, ibidem*, p. XII (transcrito de “O Pharol”, de 8.12.1906).

29 *Idem, ibidem*, p. XIX/XX (transcrito de “O Pharol”, de 15.12.1906).

30 *Idem, Ibidem*, p. XXXVIII (transcrito de “O Pharol”, de 9.02.1907).

terra que se chamou Augusto Leverger – Barão de Melgaço – *por quem estou fanatisado*³¹.

Ainda sob o fervor dos acontecimentos políticos, em comemoração à chegada em Cuiabá do novo presidente do estado, coronel Generoso Ponce, seus correligionários publicaram uma *“Polyanthéa”*. Entre os colaboradores estavam alguns que participaram posteriormente da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, como os desembargadores Joaquim Pereira Mendes, Antônio Fernandes Trigo de Loureiro e Firmo Rodrigues³². No ano seguinte, em comemoração do centenário da Abertura dos Portos, o governo federal promoveu uma grande Exposição Nacional expondo em pavilhões produtos oriundos dos seus diversos estados. Mato Grosso, além de participar com uma delegação³³ da qual fazia parte o jovem Virgílio Corrêa Filho, também publicou um *“Catálogo”*³⁴ dos seus produtos expostos. A exemplo do Catálogo de 1904, este também continha uma *“Breve noticia sobre o Estado de Matto-Grosso”* e informações sobre os produtos e a economia da região.

No entanto, até esse momento e mesmo com toda essa efervescência cultural, Cuiabá não contava com uma biblioteca pública. Esta instituição cultural foi criada somente em 1912, no governo de Joaquim Augusto da Costa Marques, contrariando uma prática usual com a nomeação para seu organizador de Estevão de Mendonça que não era um de seus correligionários políticos. “Fruto de azedume partidário, no caso operou-se uma inversão das normas

31 *Idem, ibidem*, p. LVII (24.11.1907).

32 *Polyanthéa ao excellentissimo coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce, digno presidente eleito do Estado no dia de sua chegada á esta capital*. Homenagem do corpo de redação d'A Colligação. Cuyabá, 23 de julho de 1907. In: PONCE F, Generoso. *Op. cit.*, p.475-480.

33 Sobre a participação de Mato Grosso na Exposição Nacional de 1908, ver PONCE F, Generoso. *Op. cit.*, p. 504/5 e CORRÊA F, Virgílio et alii. *Recordações inéditas de Virgílio Correa Filho em seu centenário*. Rio de Janeiro, 1987. p. 47/8.

34 EXPOSIÇÃO NACIONAL 1908. *Catalogo dos Productos enviados pelo Estado de Matto-Grosso*. Na administração do Exmo. Sr. Cel. Generoso P. L. de Souza Ponce. Cuyabá: Avelino de Siqueira, 1908. 144 p.

conhecidas; enquanto o jornal da oposição se manifestava com simpatia sobre o evento, uma ala de correligionários do governo francamente hostilizava a solução daquele problema educacional de vulto”, afirmou Estevão de Mendonça³⁵, que se exonerou do cargo após a inauguração da biblioteca.

Outro acontecimento relevante ocorrido no governo Costa Marques foi a edição do “*Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*”. Fruto de um empreendimento comercial com ostensivo apoio do governo estadual, o “*Album Graphico*”, que demandou dois anos de trabalho e pesquisa, foi editado em Hamburgo em 1914 e contou com a colaboração entre outras pessoas, do próprio presidente Costa Marques, de Estevão de Mendonça e de Carl Lindman. Foi sem dúvida a mais fantástica aventura editorial ocorrida no estado pelas informações contidas e pela esmerada produção gráfica. Segundo seus editores, no prefácio, “com este livro presumimos apresentar o Matto-Grosso moderno aos que, dentro e fora do Brasil, não o conhecem e desejam conhecê-lo. Fizemos por tanto, este “album” com a intenção e com o desejo de que elle contribuirá para a evolução da vida econômica do Estado, servindo de guia segura de informações geraes para todos quanto tenham por Matto-Grosso algum interesse”³⁶.

Aconteceu, porém, que o resultado final do “*Album Graphico*” criou, pelo seu tamanho e peso, sérias dificuldades à sua distribuição. O presidente do estado, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque em mensagem à Assembleia Legislativa em 1916, assim relatava o problema:

Está no vosso conhecimento que o governo do Estado adquiriu, por oitenta contos de réis, dous mil exemplares desta publicação, que não é portátil, nem de fácil manuseio, como sóe acontecer com as

35 MENDONÇA, Estevão. E foi..., *op. cit.*, p. 153.

36 AYALA, S. Cardoso, SIMON, Feliciano. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso* (EEUU do Brazil). Corumba/Hamburgo, jan. 1914. 433 p. Anuncios LXIX p.

verdadeiras obras de divulgação e propaganda, taes como se escrevem, fundamentalmente inspiradas na preocupação da lei edonistica do util, isto é, de se obter o maximo proveito com o minimo dispendio, ollimando fazer conhecidas do mundo capitalista, dos chamados *investors*, as possibilidades economicas que possam attrahir capitaes e braços para as terras que se quer fazer conhecidas, como se pratica em S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Estado do Rio./ São verdadeiros *guias*, succintos e breves, que se lêem mesmo em viagem./O *album* de que se trata é de difficil e dispendiosa remessa, pelo seu peso, que é de 3.500 grammas, o qual eleva a sua franquia postal a sete mil réis, não acceitando-o o correio pelas suas dimensões, que excedem às regulamentares./Desses dois mil exemplares sobram ainda na Capital Federal creca (sic) de mil, cuja armazenagem o Estado está pagando à casa Sampaio Avelino & Comp. Desta arte, a sua distribuição *gratuita* vae-se tornando sobremodo onerosa. Custando ao Estado quarenta mil réis cada volume, a sua remessa o encarece da franquia postal, de que se não sabe quem responde pela sua conveniente: bem pôde haver quem o procure para logo o vender por infimo preço./Encorporado ao patrimonio do Estado, não me animei a autorizar a sua venda, que aliás se me afigura acertada, para que o salvemos das traças; para vêr se, de um tão grande e crescente dispendio, ainda se pôde restituir ao Thesouro uma pequena parcela que seja³⁷.

O governo Caetano Albuquerque envolveu-se em grave crise política chegando a confrontar-se com a Assembleia Legislativa, o que provocou no estado uma dualidade político-administrativa. Esta crise com repercussões nacionais levou o presidente da república Wenceslau Braz a decretar em 1917 uma intervenção federal em Mato Grosso. A conciliação ocorreu através de um acordo entre os líderes

37 *Mensagem dirigida pelo Exmo. Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléa Legislativa ao installar-se a 2a. sessão ordinaria da 10a. legislatura, em 15 de maio de 1916.* Cuyabá: Typ. Official, 1916. p.12/3.

do Partido Conservador e do Partido Republicano Mato-grossense, assinado no Rio de Janeiro, e apoiando uma chapa única ao governo do estado tendo como presidente D. Francisco de Aquino Corrêa. Governando acima das paixões partidárias, dono de uma sólida formação cultural, D. Aquino caracterizou o seu governo como um período de ressurgimento das manifestações intelectuais, no dizer de Estevão de Mendonça, coincidindo com as comemorações do bicentenário do povoamento de Mato Grosso (ou da fundação de Cuiabá), da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso (01 de janeiro de 1919) e da fundação do Centro Mato-Grossense de Letras (07 de setembro de 1921), depois Academia Mato-Grossense de Letras.

Segundo Eurico de Góes, delegado geral da Comissão Organizadora do Dicionário Histórico, Geográfico, Etnográfico e Biográfico Brasileiro e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que presidiu a sessão de fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, “ao chegar a Cuiabá, encontrou a idéia da formação de um Instituto Histórico Matto-Grossense, idéia que havia já sido motivo de reuniões diversas de muitos membros da comissão do bi-centenario, os quaes chegaram mesmo a eleger uma directoria provisoria do Instituto em embryão assim como uma comissão incumbida da elaboração dos seus estatutos”³⁸. Meses depois, em 8 de abril, com o início das festividades comemorativas do Bicentenário da Colonização de Mato Grosso ocorreu a instalação solene do Instituto Histórico de Mato Grosso e a distribuição do primeiro número de sua revista (ainda no ano de 1919, foi editado o seu segundo número).

O lançamento da *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso* no ato de sua instalação representou de início a própria consolidação da instituição, um novo espaço para

38 Ata da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso. In: CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Estado ao installar-se a 2a. sessão ordinaria da 11a. legislatura em 7 de setembro de 1919*. Cuiabá: Typ. Official, 1919. p. 55/6.

a reprodução de documentos históricos e para os trabalhos dos historiadores mato-grossenses. Neste primeiro número, que continha a ata de fundação e os estatutos da nova instituição, o presidente do estado, D. Aquino, assinava a apresentação da revista salientando a necessidade de um órgão que divulgasse a geografia, a história, a etnografia e a arqueologia da região como uma forma de preservação da memória mato-grossense. Ainda do mesmo autor, foi publicado um artigo sobre a colonização de Mato Grosso com o título “*Bicentenário de Cuiabá*” e poemas sob o título “*Terra Natal*”³⁹. Continha ainda a transcrições dos trabalhos “*Cronicas do Cuiabá*” de Joaquim da Costa Siqueira e “*Roteiro de Navegação do Rio Paraguai, desde a foz do Rio Sepotuba até a do São Lourenço*” de Augusto Leverger. Constavam ainda neste número as primeiras “*Notas á Margem*”, de Virgílio Corrêa Filho⁴⁰ e “*Limites de Matto-Grosso com Goyaz*”, de Philogonio de Paula Corrêa⁴¹.

Nota-se que além dos inúmeros trabalhos publicados em 1919 a propósito do bicentenário, a questão de limites também provocou uma conflitante situação nos interesses de Mato Grosso, motivando alguns trabalhos sobre o assunto. Este polêmico assunto foi despertado pelo Sexto Congresso Brasileiro de Geografia que tratava

[...] de resolver amigavelmente no referido Congresso, as pendencias de limites ainda existentes entre varios Estados, afim que, ao alvorecer do primeiro centenario da Independencia Nacional, possa a Carta Geral do Brazil apparecer extreme de quaesquer duvidosas linhas

39 Mais tarde D. Aquino publicou em livro “*Terra Natal*”, edição do centenario, 1922. 2a. ed. “correcta e accrescida de prefacio e 28 produções”. 145 p.

40 Virgilio Corrêa Filho publicou “*Notas á Margem*” em forma de livro pela secção de obras de O Estado de S. Paulo, em 1924. 186 p.

41 Este trabalho foi também publicado separadamente in: CORRÊA, Filogonio de Paula. *Limites de Matto-Grosso com Goyaz*. Cuiabá: Imp. Official, 1919. Segundo Edvaldo de Assis, “Baseando-se na obra do General Fleming R. de Melo Rego “*Limites interestaduais*” e em relatorios e mensagens de presidentes da Provincia de Mato Grosso, o autor retoma a questão de limites entre os dois Estados”. In: ASSIS, E. *Índice Analítico da Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Imp. Universitária/UFMT, 1992. p. 23.

de fronteira, está claro que Matto-Grosso, a quem o vizinho Estado de Goiaz persiste em contestar direito às extensas terras que ocupa entre o rio das Mortes e o Pardo, Matto-Grosso, repito, mui particular e vivamente se interessa pelas discussões do mesmo Congresso ⁴².

Além do trabalho de Filogonio de Paula Corrêa, a defesa dos interesses de Mato Grosso apareceu uma vez mais no segundo número da Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, sob o título “*A fronteira Matto-Grosso-Goiaz*” um estudo de D. Aquino, depois transformado em livro. ⁴³

O ex-presidente do estado, Antônio Corrêa da Costa, participou dos festejos do bicentenário com o trabalho “*Os predecessores dos Pires de Campos e Anhanguéras*”, defendendo uma tese curiosa de que “uma fatalidade desviou o curso da história” e bloqueou o expansionismo espanhol em direção ao vasto e rico território mato-grossense, permitindo a sua conquista pelos bandeirantes paulistas. O livro relatava as expedições de Aleixo Garcia, Ayolas, Cabeça de Vaca, Irala e Nuflo Chaves. O assassinato deste último, para o autor, interrompeu a aventura espanhola, pois “certo teria elle descoberto as minas de ouro de Cuyaba e a nova dessa descoberta determinaria o exodo dos hespanhoes de Assumpção e Santa Cruz para Matto-Grosso”⁴⁴.

42 CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *A fronteira Matto-Grosso -- Goiaz*. Offício dirigido ao Senador Antonio F. Azeredo, Presidente da Delegação Mattogrossense ao Sexto Congresso de Geographia em Bello Horizonte. Cuiabá: Typ. Official, 1919. p. 1.

43 *Idem, ibidem*. 14 p. e documentos LXXVI p. A Delegação de Mato Grosso representada por Antonio Francisco de Azeredo, Candido M. da S. Rondon e João Barbosa de Faria também publicou um trabalho sobre o mesmo assunto. In: CONFERÊNCIA DE LIMITES INTERESTADOAES (6 Congresso Brasileiro de Geographia). *Limites entre os estados de Matto Grosso e Goyaz*. Memoria apresentada aos Srs. Delegados do Estado de Goyaz pela Delegação do Estado de Matto Grosso. Rio de Janeiro: Aurora, 1919. 82 p.

44 COSTA, Antônio Corrêa da. *Os predecessores dos Pires de Campos e Anhanguéras*. Commemoração do bi-centenario da Fundação da Cidade de Cuyabá. Nichtherioy: Esc. Typ. Salesiana, 1918. p. 53. O livro foi lançado somente no ano seguinte. Engenheiro, político e professor de matematica do Liceu Cuiabano, Costa recebeu forte influência de Estevão de Mendonça. In: CORRÊA F, Virgílio. Estevão de Mendonça. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro*. v. 205, out./dez. 1940. p. 395/6.

Porém, a edição que marcou o ano de 1919 foi “*Datas Mato-grossenses*” de Estevão de Mendonça, com prefácio de D. Aquino Corrêa. Representava o amadurecimento e a firmeza desse historiador levergeriano com a compreensão de que a “história não é mais a narrativa nua dos acontecimentos de uma nação ou época. É encadeamento lógico e racional dos fatos, registrando como um sismógrafo as pulsações mais obscuras do viver coletivo”⁴⁵. Obra maior do historiador, “*Datas Mato-grossenses*”, nascida timidamente nas páginas da “*Revista Matto-Grosso*” e de “*O Archivo*”, significou também o resultado de décadas de pesquisas e de coleta de material histórico. Foi, enfim, um *garimpeiro* com sensibilidade para colher e valorizar informações, fatos e documentos. Segundo D. Aquino,

Aproveitando a magnífica oportunidade do Bicentenario, o Governo do Estado contractou com o Advogado Estevam de Mendonça, a impressão de dois mil exemplares de seu interessante livro histórico intitulado “*Datas Matto-grossenses*”, que enfeixa, em clara synthese, as principaes ephemerides dos nossos dois seculos de vida historica. /Esta obra que se compõe de dois volumes em oitavo, de quasi quatrocentas paginas cada um, ja se acha nitidamente impresso, merecendo lisonjeiras apreciações no meio intellectual em que foi, desde logo, conhecida⁴⁶.

Bem mais tarde, em 1939, Estevão de Mendonça registra que as “*Datas* tiveram o amparo forte de duas mãos amigas – uma, de D. Aquino Corrêa, proporcionando a publicação do livro; outra, pondo ao meu alcance uma fonte preciosa de pesquisa. O nome virá um dia, se atualizada a obra”⁴⁷.

Já o parceiro intelectual de Estevão de Mendonça desde o tempo da revista “*O Archivo*”, Antônio Fernandes de Souza,

45 MENDONÇA, Estevão de. *E foi...*, *op. cit.*, p. 114.

46 CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Mensagem...*, *op. cit.* p. 54/5.

47 MENDONÇA, Estevão de. *E foi...*, *op.cit.* p. 142. Ver também nota 10.

apresentou o trabalho “*A Invasão Paraguaya em Matto-Grosso*”. Foram também incluídos no mesmo livro os estudos “*O bi-centenario da fundação de Cuyaba, 1719 - 1919*” e “*Resenha Histórica – Personagens e Cidades, Villas, Povoações, Rios e Notas Diversas*”. Segundo o pensamento do autor, “Lutar para ampliar os nossos conhecimentos relativos á nossa patria, divulgando-a atravez dos fatos gloriosos e das licções dos nossos antepassados, da sua historia, emfim, e do estudo do aspecto physico, do solo e sub-solo do seu immenso territorio, que constitue a nossa maior riqueza, é, sem dúvida, um dever de todos os mato-grossenses”⁴⁸.

A Igreja cuiabana teve participação efetiva nas comemorações do bicentenário, não somente pela ação decisiva do presidente do estado, D. Francisco de Aquino Corrêa, como também com algumas publicações. Muito interessante foi um álbum ilustrado de responsabilidade da Cúria Metropolitana de Cuiabá, chamado “*A Santa Sé e o Estado de Matto Grosso*”⁴⁹, que serviu para registrar a presença em Cuiabá nos festejos do bicentenário de D. Angelo Jacyntho Scapardini, Núncio Apostólico no Brasil. Neste álbum foram publicados documentos relativos ao evento, fotos das autoridades eclesiásticas, civis e militares e uma correspondência com o Vaticano contendo um título honorífico concedido à D. Aquino Corrêa e agradecimentos do Papa pelo recebimento de uma medalha de ouro e da secretaria de estado do Vaticano, também pelo recebimento de uma medalha de prata, ambas comemorativas do bicentenário de Cuiabá.

O bicentenário de Cuiabá coincidiu com os 25 anos da presença dos salesianos em Mato Grosso, o que ensejou a publicação do trabalho “*Cinco lustros da Missão Salesiana em Matto-Grosso*”. Segundo José de Mesquita, “quiz a

48 SOUZA, Antonio Fernandes. *A Invasão Paraguaya em Matto-Grosso*. Edição comemorativa ao bi-centenario da fundação da cidade de Cuyaba. Cuiabá: J. Pereira Leite, 1919. Prefacio.

49 *A Santa Sé e o Estado de Matto Grosso no bicentenario da fundação de Cuiabá*. MDCCXIX - MCMXIX. 37 p.

benemerita Missão Salesiana de Matto Grosso ligar a essa sympathica festividade a publicação de um trabalho que fosse como que a exposição viva dos seus infatigáveis labores em prol da Instrução e do Progresso do Estado”⁵⁰. Com relação à catequese indígena pela Missão Salesiana, saiu publicado o trabalho do Pe. Colbacchini, “*A Tribu dos Boróros*”. Escrito em italiano e traduzido por A. Felício dos Santos, o livro registrava um conjunto de apontamentos e notas sobre o trabalho dos salesianos com os índios boróros. Colbacchini justificava-se perante D. Aquino afirmando que “Resolvi pois apresental-o tal qual, como em humilde homenagem a V. Ex. Rvma. por ocasião das bodas de prata (25 annos) da missão salesiana neste Estado, para que seja nossa modesta contribuição, em signal de adhesão á grande festa do bi-Centenário de Matto Grosso”⁵¹.

Ainda relativo ao ano de 1919, foram publicados “*Ephemerides Meteorologicas da Cidade de Cuyaba*”, do prof. Sylvio Milanese⁵², “*Lendas matogrossenses*”, de Feliciano Galdino de Barros⁵³, “*Poesias*”, de José de Mesquita⁵⁴, “*A Comissão Rondon nas festas comemorativas do Bicentenário de Cuiabá*”⁵⁵ e “*O Município de Campo Grande*”, de Rosário Congro⁵⁶.

50 *Cinco Lustros da Missão Salesiana em Matto-Grosso* (Apreciações e apontamentos chronologicos). Cuyaba: Calhão & Filho, 1919. p. 17.

51 COLBACCHINI, Pe. Antonio. *A Tribu dos Boróros*. Rio de Janeiro: Pap. Americana, 1919. p. 1.

52 MILANESE, Sylvio. *Ephemerides Meteorologicas da Cidade de Cuyaba*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1919. 107 p. Segundo Henrique Mourize, no prefácio, “O laborioso Prof. Sylvio Milanese se deu ao trabalho de colligir as observações meteorologicas colhidas, desde mais de quinze annos, por elle e por outros, em Cuyaba, no Observatorio D. Bosco, annexo ao Lyceu Salesiano”(p. 3/4).

53 BARROS, Feliciano Galdino. *Lendas Matogrossenses*. Cuiabá: Calhão & Filho, 1919. 137 p.

54 MESQUITA, José de. *Poesias*. Cuiabá: Pereira Leite, 1919.

55 *A Comissão Rondon nas festas comemorativas do Bicentenário de Cuiabá*. Cuiabá: Imp. Official, 1919. 8 p.

56 CONGRO, Rosario. *O Município de Campo Grande*. Estado de Matto-Grosso. Cuiabá: Pub. Official, 1919. 104 p. Escrito pelo intendente municipal, o trabalho enfocava a história e as atividades econômicas do município.

Mais tarde, em 14 de janeiro de 1926, um fato novo foi acrescido aos acontecimentos de 1919 em Cuiabá. Foi a assinatura de um decreto pelo então presidente do estado, Estevão Alves Corrêa, juntamente com Virgílio Corrêa Filho, desapropriando como de utilidade pública a casa onde residiu e faleceu Augusto Leverger. Esta medida do governo tomou como base uma solicitação da comissão de intelectuais cuiabanos organizada para este fim, formada entre outros por D. Aquino Corrêa, Estevão de Mendonça, José de Mesquita, Antonio Fernandes de Souza e Firmo José Rodrigues. Posteriormente, o Decreto n° 1 de 23 de novembro de 1930, assinado pelo interventor federal no estado, Antonino Mena Gonçalves e por Virgílio Corrêa Filho, definia: a “Casa Barão de Melgaço, sita à rua do mesmo nome e de propriedade do Estado, fica destinada, a partir desta data, a ser a sede efetiva do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro Matogrossense de Letras”.

Relatório do Almirante Augusto Leverger: o Bretão que sonhou com uma geopolítica brasileira para a Bacia do Prata

Leverger: the breton who dreamed of a brazilian geopolitics for the Silver Basin

Rosana Lia Ravache¹

RESUMO: A proposta deste artigo é apresentar uma face pouco conhecida de Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, escritor, historiador e geógrafo, cujos interesses principais eram a hidrografia e a topografia. Devido a seu conhecimento da província de Mato Grosso e seu perfil de lisura, galgou altos postos dentro da Marinha do Brasil e teve um papel relevante na defesa de Mato Grosso durante as tramitações pré e pós Guerra do Paraguai. Graças às suas pesquisas pelos rios Paraguai, Paraná e São Lourenço e Cuiabá, conseguiu mapear geopoliticamente este território, que só não pode ser totalmente revisto por falta de vários exemplares de suas anotações.

Palavras-chave: Augusto Leverger. Geopolítica da Bacia do Prata. Guerra do Paraguai. Mato Grosso.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present a little-known face of Augusto João Manuel Leverger, the Barão de Melgaço, writer, historian and geographer, whose main interests were hydrography and topography. Due to his knowledge of the province of Mato Grosso and his profile of smoothness, he rose to high positions within the Brazilian Navy and played an important role in the defense of Mato Grosso during the pre and post Paraguay War proceedings. Thanks to his research on the Paraguay, Paraná and São

1 Professora do Univag Centro Universtário de Várzea Grande. Doutora em Geografia Humana na linha de pesquisa em Metrópole e Geografia Urbana, com a tese *Migração e modernização em cidades médias da Amazônia Legal: área de abrangência da Br 163*, defendida na Universidade de São Paulo. Email rosanaravache@gmail.com

Lourenço and Cuiabá rivers, he managed to map this territory geopolitically, which just cannot be completely revised, due to the lack of several copies of his notes.

Keywords: Augusto Leverger. Geopolitics of the La Plata Basin. War of Paraguay. Mato Grosso.

Introdução

A proposta do presente artigo é transitar pelo pensamento geopolítico de Augusto Leverger, revisitando algumas de suas pesquisas e tomadas de posição ante a postura do Império frente aos desmandos e intrigas que ocorreram em Mato Grosso, enquanto aqui esteve à serviço da Marinha Brasileira. É sabido que enfrentou várias questões políticas e científicas, sem ter conseguido encontrar alguém que escutasse as suas ideias e teorias.

Como Ernesto Cerqueira de Sena² coloca em seu artigo “*As Disputas Políticas em Mato Grosso, Província Fronteiriça e Estratégica para o Império durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)*”:

Apesar dos clamores para que os grupos políticos locais cessassem de se digladiar para melhor enfrentar o inimigo estrangeiro, os conflitos entre os partidos continuaram acirrados, utilizando-se inclusive de soldados armados para obterem vantagem política, mesmo contrariando autoridades, tal como acontecia antes do conflito com o Paraguai. Como resultado dessa disputa, a Província de Mato Grosso também criou seus heróis de guerra, cada qual vinculado a um grupo político daquele momento.

Pelo pouco que é possível reunir sobre as anotações de Leverger, destacam-se algumas obras, como a cronologia biográfica de Visconde de Taunay e Leverger o Bretão Cuiabano, de Virgílio Corrêa Filho, com as quais foi possível traçar um perfil deste estrategista que compreendeu muito bem o jogo geopolítico praticado no cone Sul, do qual partici-

2 Disponível em: www.anpuh.org, Acessado em: 18.04.2020

param não só argentinos, bolivianos, brasileiros, paraguaios e uruguaios, mas também países europeus que tinham muito interesse na maior conexão hidroviária encravada no interior da América do Sul, formada pelos rios da Prata, Paraguai e Paraná.

O sistema monçoeiro³ deu a Leverger a régua e o compasso para entender a geopolítica do Cone Sul, esquema que insistiu em demonstrar para as cabeças coroadas do Império, durante muitos anos, sem que elas conseguissem perceber a importância dos seus estudos para o futuro da malha hidrográfica e para o território sul-americano.

Se estas estratégias tivessem sido implantadas, logo após o desmantelamento do vice-reinado do Rio da Prata, ou se o Império tivesse enfrentado a Inglaterra antes da Questão Christie⁴, é muito provável que teriam contribuído

3 Sistema monçoeiro - denominação dada por paulistas às viagens feitas por bandeirantes, sertanistas, viajantes e aventureiros a partir do século XVIII, entre as capitânicas de São Paulo e Mato Grosso. O termo “monções” era dado devido ao período favorável à navegação fluvial. As expedições se valiam das estações das águas e desciam o Rio Tietê, iniciando viagem em Porto Feliz, antigamente denominada Araritaguaba descendo até o Rio Grande ou Rio Paraná. Depois subiam o Rio Pardo, chegando na Fazenda Camapuã, de onde tinham a árdua tarefa de transportar parte da viagem por terra até o Ribeirão Camapuã, onde alcançavam o Rio Coxim até sua junção com o Taquari, onde hoje é a cidade de Coxim. Descendo o Taquari e transpondo o Pantanal, encontravam o Rio Paraguai e depois o Rio São Lourenço e, em seguida o Rio Cuiabá. A viagem demorava aproximadamente 6 meses e a comitiva era composta de inúmeros batelões (canoas feitas de um só tronco) que transportavam centenas de pessoas. Inúmeras monções foram atacadas por índios paiaguás, no Pantanal mato-grossense, algumas sendo, inclusive, dizimadas. Porém, foi através do sistema monçoeiro que a fronteira brasileira foi alargada e, as regiões centro-oeste e norte brasileiras, consolidadas. Disponível em <https://portalmatogrosso.com.br/moncoes/> Acesso em 23.04.2020.

4 Conforme Pedro Eurico Rodrigues, a Questão Christie foi um impasse diplomático ocorrido entre o Império do Brasil e o Reino Unido entre os anos de 1862 e 1865. As relações entre Brasil e Inglaterra foram bastante conturbadas ao longo do século XIX. É preciso lembrar que a coroa britânica insistiu e vigiou o tráfico atlântico, afetando as relações comerciais e econômicas brasileiras. Essas interferências inglesas já geravam descontentamento por parte de alguns brasileiros, interessados na mão-de-obra escrava e no negócio lucrativo do tráfico atlântico. Grande do Sul, que teve sua carga saqueada e a tripulação não encontrada, foi um ponto inicial do descontentamento inglês com o Império Brasileiro. O nome que esteve à frente deste impasse diplomático foi o de William Douglas Christie, embaixador britânico no Brasil, que fez dos incidentes internos conflitos internacionais. Christie culpou o Império Brasileiro pelo naufrágio e acusou-o de negligência. O embaixador exigiu uma indenização pela carga perdida. Inicialmente D. Pedro II negou-se a pagar as

para evitar uma guerra tão cruel, na qual milhares de vidas foram ceifadas.

Depois de muitas tentativas, finalmente foi assinado o Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extradicação entre o Brasil e a República do Paraguai, em abril de 1856, possibilitando a navegação pelo rio Paraguai e integrando os rios Uruguai e Paraná, a grande bacia hidrográfica que interliga as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, do lado brasileiro, com as repúblicas do Uruguai, Argentina e Paraguai.

Logo após este pacto, começaram as primeiras indisposições paraguaias, porque esta interligação, mola mestra para as importações, não estava entre as suas prioridades, já que a maioria dos produtos que a população demandava era produzido ali mesmo.

Leverger já havia assinalado em suas anotações que este problema surgiria, ao considerar que a autossuficiência paraguaia permitia que 4/5 da população civilizada da província de Mato Grosso ocupasse os arredores da capital paraguaia, até porque no Vale do Paraguai estavam as três principais cidades: Cuiabá (22.000 habitantes), Corumbá (11.000) e Cáceres (8000). Chegou a afirmar em suas anotações colocadas no livro “*Vias de Comunicação de Matto-Grosso*” que, “infelizmente, a política estorvou por muitos anos e ainda poderia estorvar a livre utilização do rio Paraguai, um benefício que a natureza outorgou a esta parte central da América do Sul”.

indenizações e teve apoio da população fluminense, descontente com a postura dos ingleses. Após ter as reparações negadas pelo Imperador, Christie deu sua resposta confiscando cinco navios mercantes brasileiros. D. Pedro II decide pagar a indenização, mesmo sob protestos daqueles que defendiam a honra e a soberania nacional. Mesmo pagando a indenização, Pedro II solicitou explicações à Inglaterra sobre o comportamento de seu embaixador no Brasil. Por conta disso o imperador solicitou o fim das relações diplomáticas com a Inglaterra, e para isso teve apoio da população. O imperador solicitou, para resolução deste impasse, uma mediação internacional. Para esta mediação o Rei Leopoldo I da Bélgica foi escolhido como juiz da questão. Em 18 de junho de 1863 declarou o Brasil vencedor do impasse, o que levou a um pedido de desculpas oficial, por parte da Rainha Vitória em 1865, que encerrou o impasse diplomático. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/questao-christie/> Acessado em 17.05.2020.

Entretanto, Argentina, Brasil e Uruguai tinham muito interesse em comercializar seus produtos e importar novas tecnologias. Sob este aspecto, a mobilidade pelo rio Paraguai era essencial.

Com base em autores, como Aquino (1999), Assunção (2012), Cerveira Sena (2020) e Doratioto (2002), foi possível desmitificar algumas teorias sobre o próprio Leverger, assim como trazer para este texto uma hipótese de que Leverger provavelmente teria idealizado uma geopolítica brasileira para a Bacia do Prata, embora as autoridades do seu tempo, personagens de um campo politicamente minado pelas vaidades, pouco compreenderam para interpreta-lo corretamente.

1. O Brasil imperial papel de Augusto Leverger

A política externa do Império e sua dependência em relação a Inglaterra, favoreciam a animosidade entre os países do Cone Sul. O próprio Império Brasileiro preferia manter estes países divididos e até contribuiu substancialmente para isto, porque acreditava que desta maneira impediria qualquer movimento contra o Brasil.

A partir do momento em que se passou a usar navios a vapor para navegação fluvial e manter livre a passagem nos três grandes rios da fronteira oeste brasileira, havia a preocupação de garantir esse acesso. Para tal era preciso estabilidade na região, ou seja, que os vizinhos latino-americanos se mantivessem territorial e politicamente separados.

Leverger, com seu profundo conhecimento da bacia hidrográfica desta região contribuiu muito, mas poderia ter contribuído muito mais se as autoridades do Império tivessem prestado mais atenção em seus relatórios, porque suas pesquisas constantes serviram para avaliar, precocemente, a importância destes caminhos hídricos para Mato Grosso e para o Brasil.

Embora tenha elaborado amplos relatórios para alertar sobre a precariedade das cidades que margeavam o rio Para-

guai, principalmente ao longo da província de Mato Grosso, aparentemente pouca importância foi dada pelo Império.

Só quando foi extinto o armistício negociado pelo chanceler brasileiro Silva Paranhos, em abril de 1862, e Leverger já se tornara respeitado pelo Imperador e pelas autoridades paraguaias, sentiram o quanto era importante chama-lo de volta ao trabalho para coordenar e complementar a carta de Mato Grosso.

Partiu em 8 de abril de 1864 para Corumbá e Miranda, de onde retornou para Cuiabá em novembro, devido às condições adversas do tempo, fato que acabou afastando-o do local onde seria o epicentro da guerra do Paraguai, que iniciaria em 13 de dezembro, com o ataque mortal da cavalaria Lopezina.

1.1 Quem foi Augusto Leverger?

O francês Augusto João Manoel Leverger, Barão de Melgaço, nasceu em 30 de janeiro de 1802, em Saint-Malo (França) e veio para a América do Sul, com o seu pai, em 1819, aos 18 anos, e logo engajou-se na Marinha, onde começou como piloto.

Foi militar, historiador e geógrafo e entre seus principais interesses destaca-se a hidrografia. Foi uma das figuras mais importantes da história mato-grossense de sua época.

Entre 1819 e 1823, navegou pelos rios da Prata, Paraná e Uruguai e entre 1838 e 1840 pesquisou a hidrografia dos rios Cuiabá, São Lourenço e Prata, aprofundando seus estudos hidrográficos durante duas viagens ao Paraguai, quando reuniu dados minuciosos registrados em seu livro *Vias de Comunicação de Matto-Grosso*.

Tornou-se segundo-tenente da Armada Imperial em 1824, após as Campanhas Platinas.

Em 1830, desembarcou em Cuiabá, já com a patente de 1º Tenente, mas ainda como estrangeiro não naturalizado, com a missão de organizar a defesa de toda a área fluvial da Província de Mato Grosso.

Residiu durante algum tempo no Forte de Coimbra, onde aproveitou a estadia para vigiar a fronteira e realizar trabalhos de topografia.

Devido a seu profundo conhecimento sobre a Província de Mato Grosso, em 1841, foi nomeado Cônsul-Geral do Brasil, para estabelecer boas relações com o Paraguai, sobretudo no tocante à navegação do Rio Paraguai e ao estabelecimento de fronteiras.

Independente do seu conhecimento a respeito da Província mato-grossense, Corrêa Filho (1979) relata que o ambiente político do Império não era dos mais amigáveis e que, por isso,

Como veterano das guerras platinas de que trazia lisonjeira nomeada. organizador do Arsenal de Marinha, onde conseguira ultimar várias barcas canhoneiras e constituir com elas o núcleo inicial da flotilha brasileira nas águas do Paraguai, personificação do desapego às posições do mando, que afastava a concorrência dos ambiciosos, conhecedor acatado dos assuntos mato-grossenses e dos homens, benquisto de todos que lhe apreciavam a lhaneza de trato e a tolerância para com as idéias alheias, superioridade intelectual sobranceira a qualquer competição, no meio em que vivia, Leverger estava naturalmente indicado para realizar o programa de conciliação, de que tanto precisava Mato Grosso, para aplacar o braçado de rancores facciosos que arderam na Rusga. Corrêa Filho (1979, p. 42)

Em 1842, Leverger se naturalizou brasileiro e em 1852 foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra. Em junho de 1857, o Imperador D. Pedro II outorgou-lhe o título de Comendador da Ordem de São Creto, referendado pelo marquês de Olin-da. Em 22 de setembro, o Imperador o nomeou Vice-Presidente da província de Mato Grosso e em 1º de outubro, já como Chefe de Esquadra reformado, recebeu do Imperador a permissão para continuar residindo em Mato Grosso.

Em 2 de outubro de 1865, em atenção “a seu distinto merecimento e patriotismo”, o Imperador nomeou-o Presi-

dente da Província, em substituição a Manoel Pedro Drago. Três anos depois, do Palácio do Rio de Janeiro, aos 28 de Junho de 1868, D. Pedro II o nomeou Presidente da Província pela segunda vez, em decreto referendado por Paulino José Soares de Sousa.

Enquanto esteve no Forte de Coimbra, conseguiu, em 1867, dissuadir os paraguaios de atacar Cuiabá, contribuindo, assim, para a libertação de Corumbá.

Ergueu as Fortificações de Melgaço para proteger Cuiabá do avanço das tropas de Solano López, impedindo que os invasores atingissem a capital mato-grossense. Devido ao seu envolvimento na guerra, foi consagrado herói.

Leverger morreu em Cuiabá, a 14 de janeiro de 1880, aos 78 anos de idade, deixando respeitável bagagem científica, na qual se destacam os trabalhos hidrográficos de quase toda a Província, o *Dicionário Geográfico da Província de Mato Grosso* e o *Mapa Geográfico, Cronológico e Estatístico da Província de Mato Grosso*.

Após a sua morte foram organizados vários projetos para publicar a sua obra, mas pouco foi realizado. A Universidade Federal de Mato Grosso, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, publicou, em 1975, as anotações que estavam na obra *Vias de Comunicação de Matto-Grosso*, dirigida por Estevão de Mendonça e Antônio Fernandes de Souza, cuja publicação original data de 1905. Em 2001, o Instituto Histórico de Mato Grosso publicou seus “*Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*”, cujo original já havia sido registrado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1949.

Cuiabá homenageou o “Bretão Cuiabano”, conforme o cognominou Ubiratã Nascentes Alves, com um monumento erguido sobre o seu túmulo no Cemitério da Piedade, em Cuiabá-MT.

2. Resumo histórico da geopolítica nos países da Bacia do Prata

A geopolítica que pauta as ações dos países do cone sul das Américas teve início em 1816, com as Guerras Platinas ou Campanhas Platinas, que reuniram conflitos diplomáticos e militares entre os países da região do Prata.

Começou com a pretensão do príncipe regente, D. João VI, de anexar a Banda Oriental⁵ e fixar a fronteira meridional na margem esquerda do Rio da Prata, na Guerra contra Artigas (ou Primeira Guerra Cisplatina).

Com a Proclamação da Independência do Brasil, inicia o Primeiro Reinado com D. Pedro I (1822 a 1831), enquanto no Uruguai irrompe a Guerra Cisplatina (1825 a 1828) que trouxe a independência uruguaia. Pouco tempo depois (1839 a 1851) teve início a Guerra Civil no Uruguai, fomentando a Campanha do Prata⁶ contra Oribe e Rosas⁷ (1851 a 1852), sucedida pela Guerra do Uruguai ou Guerra contra Aquirre (1864 a 1865), enquanto no Império Brasileiro os conflitos militares internos continuavam e avançavam pelo Segundo Reinado.

5 Assim era chamado antigamente o território do império colonial espanhol do Cone Sul, localizado a leste no Uruguai, desde a costa dos atuais estados de Paraná e Santa Catarina, até o trajeto final do curso do rio que o leva a desembocar no Rio da Prata, abarcando a área do atual estado de Rio Grande do Sul e da atual República Oriental do Uruguai. A colonização portuguesa na região do “Rio Grande de São Pedro” e no Território dos Sete Povos das Missões provocou que o nome “Banda Oriental” ficasse restringido a uma área que tem a forma aproximada do atual Uruguai. Disponível em: pt.wikipedia.org/wiki/Banda_Oriental_do_Uruguai. Acessado em 14.05.

6 A Campanha do Prata, ou Guerra do Prata, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, foi um episódio que marcou uma longa disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pela influência do Paraguai na hegemonia da região do Rio da Prata. A guerra foi travada entre o território uruguaio, no Rio da Prata, e nordeste argentino, entre agosto de 1851 a fevereiro de 1852, entre as forças da Confederação Argentina e as forças da aliança formada pelo Império do Brasil, Uruguai e Províncias rebeldes argentinas de Entre Rios e Corrientes. Adaptação de texto compilado de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Prata. Acessado em 07.05.2020.

7 Juan Manuel de Rosas foi um ditador argentino com grande influência da guerra civil do Uruguai, depois de sua independência do Brasil, guerra esta que gerou muita instabilidade na região do Prata, devido ao desejo argentino de ter Uruguai e Paraguai em sua esfera de influência para, posteriormente, recriar o antigo Vice-reinado do Prata. Esses objetivos eram contrários à soberania brasileira, uma vez que o antigo vice-reinado era formado por terras pertencentes à Província do Rio Grande do Sul e aos interesses brasileiros de influência na região.

O Uruguai, após sua Independência do Brasil, convivia com a vulnerabilidade do desejo argentino de ter Uruguai e Paraguai em sua esfera de influência, com a intenção de recriar o antigo Vice-Reinado do Prata⁸.

Estes objetivos eram contrários à soberania brasileira, uma vez que o antigo vice-reinado incluía terras pertencentes à província do Rio Grande do Sul e, se os interesses brasileiros de influência na região já haviam gerado a Guerra da Cisplatina, provavelmente instigariam ainda outras guerras (COSTA, 2003, p. 142).

Por outro lado, a manutenção da independência de ambos os países era vital para o Império, que temia uma possível nacionalização dos rios platinos por parte da Argentina, o que impossibilitaria a comunicação entre Mato Grosso com a capital brasileira. Este conflito fez parte das chamadas Questões Platinas, na História das Relações Internacionais do Brasil.⁹

Os argentinos comungavam com as ideias de Rosas que desejava recriar o Vice-Reino do Rio da Prata, considerando que, com este desenho geopolítico, a Argentina se tornaria a principal potência da América do Sul. Mas, para chegar a isso, precisariam conquistar três países, Bolívia, Paraguai e Uruguai e ainda boa parte do Brasil, território que hoje pertence ao Rio Grande do Sul.

Para atingir sua meta, Rosas se envolveu nas políticas internas e econômicas destes países, financiando rebeliões e guerras civis. Para ele, o Paraguai era só uma Província rebelde que, mesmo independente, não era reconhecida desta forma por nenhum outro país (LYRA, 1977, p. 14).

8 O Vice-Reino do Rio da Prata (em espanhol *Virreinato del Río de la Plata*), estabelecido em 1776, foi o último e mais curto vice-reino criado pela Espanha durante o período de colonização das Américas. Os seus limites continham os territórios da atual Argentina, Paraguai, Uruguai (este dentro do território conhecido à época como Banda Oriental do Uruguai) e pequenas partes dos territórios que atualmente pertencem ao Brasil e à Bolívia. Foi criado sobretudo por razões de segurança, no sentido de tentar conter as outras potências mundiais com interesses na área, como a Grã-Bretanha e, sobretudo, Portugal. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vice-Reino_do_Rio_da_Prata

9 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Prata. Acessado em 07.05. 2020

Como meio de garantir sua segurança, o ditador paraguaio José Gaspar Rodríguez Francia isolou completamente o país que, sem contatos diplomáticos com qualquer outro, só assinou um contrato de navegação pelo rio Paraguai com a Província Argentina de Corrientes, antagônica a Rosas, em 1841 (DORATIOTO, 2002, p. 24).

Rosas, por sua vez, além de se recusar a reconhecer a independência paraguaia, criou inúmeros entraves para o seu comércio, por meio do controle que mantinha sobre a navegação do rio Paraná.

A manutenção da independência de ambos os países era vital para o Brasil, pois se a Argentina conseguisse a nacionalização dos dois rios platinos, a comunicação entre a província de Mato Grosso com a capital do império, Rio de Janeiro, ficaria prejudicada.

Entretanto, entre 1835 e 1845 o Império precisou conviver com a Guerra dos Farrapos¹⁰ revolução que iniciou como uma disputa entre grupos políticos do Rio Grande do Sul e evoluiu para mais uma das rebeliões separatistas financiadas por Rosas, cujo propósito era recriar Vice-Reino do Rio da Prata.

Como as maiores cidades da região permaneceram leais ao Império, D. Pedro II conseguiu restaurar a ordem e, depois de perdoar os rebeldes, pacificou a nação.

Porém a “tranquilidade” não durou muito, porque haviam ficado pendências a resolver na complicada região platina. Alguns ministros acompanhavam a opinião do Marques de Olinda, que temia um confronto com a Argentina, por acreditar que o Brasil não estava preparado e poderia encarar uma possível derrota como a que ocorrera 20 anos antes, causando a perda da Cisplatina, uma das causas da abdicação de D. Pedro I e caso isso acontecesse abalaria a monarquia.

10 Ou Revolução Farroupilha, revolução regional de caráter republicano chefiada por Bento Gonçalves, que declarou a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul independente do Brasil, e, como estado republicano criou a República Rio-Grandense.

Foi quando o Império do Brasil finalmente optou por uma manobra que, embora fosse arriscada, podia contar com a vantagem de uma marinha poderosa. Reuniu um exército profissional e mandou um contingente para o Sul do país que, embora desgastado com as lutas internas, tinha a experiência necessária para lidar com a situação, sem precisar assumir a responsabilidade de uma guerra frontal com a Argentina. Assim, preferiu usar as táticas do inimigo e financiar oponentes para enfraquecê-lo interna e externamente.

Embora o Brasil tenha sido o primeiro país a reconhecer a independência paraguaia, em 1844, e tivesse excelente relação diplomática com este país, nada conseguiu fazer quando o ditador paraguaio Carlos Antonio López se recusou a enviar tropas para combater Rosas, porque acreditava que Justo José Urquiza, governador de Entre Rios e apoiador de Rosas, também desejava anexar o seu país (FURTADO, 2000, p. 10).

Quando, em 1851, o Império do Brasil declarou publicamente seu apoio ao Uruguai contra o exército de Oribe, um dos líderes do movimento uruguaio contra a dominação brasileira, foi ratificado o auxílio que já vinha sendo dado secretamente desde 1849. A notícia não agradou ao governo argentino e isto levou o país a iniciar as preparações próprias para a guerra (LYRA, 1977, p. 163).

Iniciou, então, uma aliança contra Rosas e contra a Confederação Argentina, a ponto de o Imperador resolver enviar para a Bolívia o marquês do Paraná, considerado um dos políticos mais hábeis e influentes de sua época, para assinar um tratado de aliança com as rebeldes províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios com a Bolívia, que optou por não mandar tropas para a guerra e também se propôs a colocar a sua potencial frente de batalha nas fronteiras, para se precaver de um eventual ataque de Rosas (LIMA, 1989, p.159).

O “pano de fundo” destas movimentações, continuava sendo a questão econômica, pois Entre Rios exigia a livre

navegação pelos rios Paraná e Uruguai, muito importantes para a sua economia e para o transporte da produção, sem necessidade de passar por Buenos Aires.

Diante deste quadro, o Brasil enviou uma frota para a região do Prata que se concentrou praticamente inteira no porto de Montevidéu. Passadas três semanas, foi assinado um tratado de aliança ofensiva entre Uruguai, Brasil e as Províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, cujo objetivo era manter a independência uruguaia, pacificar seu território e expulsar as tropas comandadas por Oribe (VIANNA, 1994, p. 527).

As forças argentinas dissidentes e as uruguaias continuaram recebendo ajuda financeira do Império Brasileiro e, quando o primeiro grupo da força brasileira pisou em território uruguaio, em 1851, Rosas declarou guerra contra o Brasil (FURTADO, 2000, p. 9).

A Batalha de Monte Caseros, uma das contendas contra Oribe e Rosas, parte da Guerra Grande ou Guerra Civil Uruguaia (1852), foi a vitória militar brasileira mais expressiva neste período, considerando que possibilitou manter a independência do Paraguai e do Uruguai, além de evitar a invasão ao Rio Grande do Sul, planejada pela Argentina (LYRA, 1977, p. 164), O que as potências da época, Grã-Bretanha e França, não conseguiram através de suas poderosas esquadras, o Brasil alcançou com seu exército e armada (CALMON, 2002, p. 195).

A conturbada província do Rio Grande do Sul participou ativamente do esforço de guerra e, conseqüentemente, fez desaparecer o desejo de separatismo de parte da sua população, possibilitando, assim, sua efetiva integração ao restante do país (GOLIN, 2004, p. 43).

A interferência brasileira representou um divisor de águas para a história da região, uma vez que não somente implicou na consagração da hegemonia imperial no Prata, como também em toda a América do Sul (FURTADO 2000, p. 10), até porque o Brasil saiu do conflito com a monarquia fortalecida.

A partir da década de 1850, o Brasil passou por um período de grande prosperidade econômica, científica e cultural, inexistentes em seus vizinhos, perdurando até o fim do regime monárquico (LYRA, 1977, p. 199).

A manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai era vital para o Império, que temia uma possível nacionalização dos rios platinos por parte da Argentina, impossibilitando a comunicação entre a Província de Mato Grosso com a capital brasileira.

A instabilidade instaurada na região do Prata, entre 1816 e 1865, acabou trazendo uma enorme instabilidade geopolítica aos países do Cone Sul e influenciando enormemente a decisão que levou Argentina, Brasil e Uruguai a firmarem um acordo para iniciar a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai (1864 a 1870).

2.1 A Geopolítica do Brasil Monárquico

Entre 1830 e 1850, o Brasil se encontrava submetido ao Reino Unido, por meio de tratados livre-cambistas¹¹ que, de certa forma, cerceavam a expansão do comércio na colônia. Ao mesmo tempo, precisava sufocar as rebeliões internas, motivos de sobra para não intervir nas Repúblicas Platinas. No período de não-intervenção no Prata, o Império Brasileiro solidarizou com a Inglaterra e a França, quando todos adotaram políticas semelhantes, ou seja, adotaram como premissa dividir para dominar (impedir coalizões Uruguai-

11 O Tratado de Comércio e Navegação foi um acordo assinado entre Portugal e Reino Grã-Bretanha (1810), visando «conservar e estreitar» as relações de aliança entre as duas monarquias. Era ilimitado: sua duração e as suas obrigações e condições eram perpétuas e imutáveis, mas havia a possibilidade de revisão após quinze anos, e esta ressalva, excluía alterações caso houvesse mudança de sede da monarquia para Portugal. Este, como outros tratados assinados por D. João VI com a Inglaterra, eram pautados no interesse no Comércio e Navegação, cuja concessão essencial foi a permissão de entrada de mercadorias inglesas pagando apenas o direito de 15% ad valorem. Estabelecia a taxa de 15% para os comerciantes lusos, sobre as mercadorias inglesas; mantinha os 16% sobre as mercadorias portuguesas; e 24% sobre as mercadorias de outras origens. Os ingleses dominaram o mercado brasileiro com estes direitos preferenciais durante muitos anos, direitos estes estendidos para outros portos portugueses na Europa, Ásia e África. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Com%C3%A9rcio_e_Navega%C3%A7%C3%A3o Acessado em: 17.05.2020.

-Argentina-Paraguai) e apoiar as elites cosmopolitas dos grandes portos (Buenos Aires e Montevidéu).

A Questão Christie (1862-1865) que provocou a ruptura das relações diplomáticas com o Brasil, levou os portugueses a mediar a volta da parceria entre os impérios britânico e brasileiro, que acabou favorecendo a Inglaterra, após a vitória da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai. Os ingleses ofereceram empréstimos aos brasileiros, que o aceitaram sem delongas, porque o Brasil já se preparava para entrar em guerra.

Depois de revogados os tratados livre-cambistas (1850/1870), o Império resolveu adotar o protecionismo e enfrentou a Inglaterra com a conhecida Questão Christie e, só então, passou a intervir nas Repúblicas Platinas.

No fim de dezembro de 1864, o Forte Coimbra caiu em mãos paraguaias e em janeiro de 1865, com a retirada dos brasileiros, Corumbá estava dominada, apesar de abrigar o comandante das armas. A evacuação de Corumbá, desprovida de recursos para a defesa, foi outro episódio notável. A população saiu a pé, através do Pantanal, em direção a Cuiabá, onde chegou no fim do mês de abril:

Apesar de o conflito ter sido bastante sangrento, uma das principais causas de baixas nos exércitos não era a arma de fogo, mas as patologias. Em meio a uma planície alagada, diversos soldados morreram por conta de doenças negligenciadas, principalmente a cólera. (NOGUEIRA)¹²

Na expectativa dos inimigos chegarem a Cuiabá, autoridades e o povo começaram os preparativos para a resistência. Neles sobressaía a figura de Augusto Leverger, que foi nomeado pelo Governo para comandar a defesa da Capital, organizando as fortificações no distrito de Melgaço.

12 Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020.

Se os invasores tinham intenção de chegar a Cuiabá dela desistiram, quando souberam que o Comandante da defesa da cidade era o Almirante Augusto Leverger (o futuro Barão de Melgaço), que eles já conheciam de longa data. Com isso, não subiram além da foz do rio São Lourenço.

Nogueira (idem) afirma que “terminando o período das águas, ficou afastada a hipótese de vapores subirem o rio, levando o Império a reconhecer a coragem de Leverger, e decide conceder-lhe as honras de Barão de Melgaço”.

2.2 Influência das questões comerciais na geopolítica da região da Bacia do Prata

Com a decadência da mineração, os colonizadores começaram a enfrentar problemas com a crise. Para que ela não afetasse a economia europeia, começaram a cultivar diversos produtos no país: algodão, tabaco, açúcar, arroz, cacau, café, dentre outros. Todos eles eram produzidos essencialmente para suprir as necessidades do mercado externo.

Esse momento, também chamado de “Renascimento Agrícola”, marcou o início do processo de industrialização do Brasil, consolidado mais tarde com a cultura do café. Vale lembrar que durante o ciclo cafeeiro, o algodão nunca parou de ser produzido no país, embora nunca tenha deixado de ser a principal atividade econômica da colônia.

Quando se fala nas questões comerciais, aparentemente a pesquisa se afasta do seu foco, mas não é difícil compreender que as questões platinas estão imbricadas nelas desde o século XVIII.

Um dos fatores que fomentaram o cultivo do algodão no país foi a Revolução Industrial Inglesa, que cada vez mais exigia matéria-prima para fabricação de produtos da indústria têxtil.

Além de ser destinado, em grande parte, para o mercado externo, o algodão era utilizado na vestimenta dos escravos e suas fibras já eram utilizadas pelos índios na produção de redes.

O algodão (também chamado de ouro branco) obteve atenção especial não somente com a Revolução Industrial, mas sobretudo pela Independência das Treze Colônias, que auxiliavam no envio do produto para a Inglaterra.

Todavia, na metade do século XIX, ao ser implantada a diplomacia do patacão¹³, com uma série de intervenções na região do Rio da Prata (1851-76), várias questões internas tomaram outro rumo, graças à influência do Barão de Mauá e da política platina do Império, compactuada com a política inglesa, porque os interesses econômicos da Inglaterra na América hispano-platina tinham sob sua mira a formação de uma coalizão que poderia criar dificuldades tanto para o comércio da região, como para o Brasil e também para os ingleses, que saíam prejudicados.

Em contrapartida, o Paraguai se desenvolveu economicamente através de uma base rural, com agricultura e pecuária de abastecimento e uma “indústria natural”, ou seja, não estava inserido no capitalismo industrial e livre-cambista da época. Diante disso, alguns historiadores como Chiavenatto e Pomer, consideram a Guerra do Paraguai foi fruto de uma aliança imperial britânico-brasileira para tirar o Paraguai do isolamento e inseri-lo no mercado internacional. Outros, interpretaram a Guerra do Paraguai como sendo uma campanha empreendida sobretudo por Brasil e Argentina (financiados pela Inglaterra), contra o Paraguai, sob a justificativa de que este representava uma ameaça para os interesses econômicos ingleses na América do Sul. Existe ainda uma terceira versão sobre o isolamento geográfico paraguaio que admite ter acontecido por desavenças

13 A Diplomacia do Patacão se caracterizou por uma série de empréstimos realizados pelo Brasil à República do Uruguai e às Províncias argentinas de Corrientes e Entre-Ríos. Os subsídios concedidos entre 1850 e 1858 tiveram por objetivo neutralizar Rosas e estabelecer à região do Rio da Prata uma configuração de forças que fosse favorável ao Império. Concebida e implementada pelo Ministro Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, e patrocinada inicialmente pelo Barão de Mauá, a diplomacia se inseriu em uma política externa mais ampla, intervencionista, após anos de imobilismo e neutralidade do Brasil na região. O uso dos patacões foi elemento inovador, que se aliou às armas e à diplomacia, culminando na hegemonia brasileira no Prata. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14340/1/2013_JoannaSantosSouza.pdf. Acessado em: 02.09.20

entre os cabildos¹⁴ de Buenos Aires e demais Províncias argentinas com o cabildo de Asunción, e não por conta da política imperial brasileira.

Solano López seguiu com a política de modernização do Paraguai, iniciada pelo pai, Carlos López, porém abriu mais o país, através do porto de Asunción, e militarizou a República. Entretanto, sofria com o isolamento geográfico, pelas dificuldades de navegação no Rio Paraná, o que limitava sua atuação no cenário internacional.

Ao Paraguai interessava, principalmente, ter uma saída para o Oceano Atlântico, interesse este que fustigava o embate para conseguir parte das terras de outros países sul-americanos.

De alguns anos para cá, historiadores como Francisco Doratioto e Moacir Assunção têm provado que essa versão da história da guerra, além de ideologicamente parcial, se coloca como falsa.

O Paraguai não era um país com pujança industrial e tampouco oferecia ameaça aos anseios econômicos dos ingleses. O desencadeamento da guerra, em grande parte, deveu-se às pretensões expansionistas de Solano López. O fato é que são valiosíssimas para o enriquecimento das investigações e interpretações desse acontecimento de suma importância para a história dos países que nele se envolveram e todas as fontes que estejam relacionadas a ele.

2.3 A navegação fluvial como melhor alternativa

O sistema monçoeiro que nasceu na primeira metade do século XVIII, fazendo a ligação entre Mato Grosso, São Paulo e Belém, utilizava também os caminhos de terra que interligavam Mato Grosso, Goiás e o Triângulo Mineiro, de onde partiam para São Paulo.

¹⁴ Cabildo era uma corporação municipal instituída na América Espanhola durante o período colonial que se encarregava da administração geral das cidades coloniais. Os membros do cabildo eram escolhidos entre os principais habitantes da cidade, que detinham assim amplos poderes jurídicos e administrativos.

Como cita Leverger em seu livro *Vias de Comunicação de Matto-Grosso* (1975, p. 24)¹⁵,

É muito antiga a navegação do Tietê. Por ela transitarão os decubridores de Cuiabá e acudirão em chusmas povoadores para as recém-descobertas minas de ouro. Durante cento e tantos anos, foi por esta via que proveo-se o Districto de Cuiabá de artilharia, munições e generos de toda a sorte, mórmente d’aquelles que pelo seo peso, volume ou fragilidade, são de difícil, e impossível conducção por terra.

Os caminhos entre rios e trilhas traziam os tropeiros com as mercadorias para a população mato-grossense que, conseqüentemente, tinham seus preços majorados pelo alto custo das viagens e, muitas vezes, deixavam de comprar por não terem condições de pagar pelo que necessitavam.

Só na segunda metade do século XIX é que a província de Mato Grosso encontrou solução para este problema, utilizando a saída pelo Cone Sul, através do rio Paraguai, depois o rio da Prata e, de lá, seguiam pelo Oceano Atlântico até São Paulo ou Rio de Janeiro. O problema deste trajeto era a posição do rio Paraguai, fronteira entre o Brasil e a República do Paraguai, que demandou muitas ações diplomáticas para a liberação da hidrovia.

Dentre os “*Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*” de Augusto Leverger, está o seguinte relato:

Em 7 de abril partiram de Cuiabá para a República do Paraguai duas barcas canhoneiras comandadas pelo capitão de fragata Leverger, em virtude das ordens do Governo Imperial e requisição do encarregado de negócios do Brasil naquela República. (Leverger, 1846, p. 177)

15 Nota de rodapé do próprio autor: O Tietê, muito embora as numerosas cachoeiras que obstruam o seu curso, foi o primeiro caminho seguido pelos bandeirantes Pires de Campos, Moreira Cabral e outros. O roteiro primitivo era: Tietê, Paraná, rio Pardo e seu afluente, Anhanduhy-assú, de onde se transpunham ao Aquidauana, Paraguay, São Lourenço e Cuyabá. A partir de 1725, as monções passaram do Rio Pardo ao Coxim, varando Camapuan, e desciam pelo Taquary ao Paraguay.

Augusto Leverger, chegou a se encontrar com o ditador José Gaspar Rodríguez Francia no Fuerte Olimpo¹⁶, para negociar, sem sucesso, a possibilidade de abertura da navegação pelo rio Paraguai.

Não só o Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai tinham interesse na abertura desta nova rota, como também a Inglaterra, que desde o Período Colonial brasileiro mantinha a supremacia no comércio da América Latina por onde escoava grande parte da sua produção industrial. Depois de esgotar o mercado europeu com uma produção maior do que a necessária para o consumo daquele continente, a Inglaterra precisava encontrar meios para alocar o estoque excedente, e uma grande saída estava nos países latino-americanos. Pela nova rota fluvial entrariam as mercadorias inglesas e sairiam as matérias-primas tão desejadas pelas indústrias europeias.

Foi com estes acordos de interesses que surgiram as primeiras indisposições paraguaias. O país não via com bons olhos aquela abertura para o comércio internacional, do qual usufruiria muito pouco, por ser uma nação relativamente bem industrializada, mesmo tendo uma economia interna totalmente concentrada pelo Estado, que também era proprietário da maioria das terras e indústrias do país. Portanto, não estava entre suas prioridades as importações, já que a maioria dos produtos que a população demandava, era produzida ali mesmo.

Este não era o caso da República do Uruguai nem da Argentina, muito menos do Brasil que, por conta das diretrizes econômicas do Império estarem voltadas para a agricultura, mantinham uma indústria incipiente. Estes três países tinham muito interesse em comercializar com os

16 Fuerte Olimpo - originalmente chamava-se Fuerte Borbón, em homenagem à dinastia reinante na Espanha da época. A cidade de Fuerte Olimpo está situada no extremo leste do Chaco na margem direita do rio Paraguai praticamente em frente à foz do rio Branco. Ao norte e ao leste se espriam os imensos mananciais do Pantanal. Pelo lado sudoeste, desde o interior do Chaco, aflui o rio Melo que também desagua no rio Paraguai. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fuerte_Olimpo. Acesso em 19.04.2020.

países europeus, não só para exportar seus produtos, como para importar novas tecnologias. Esta abertura também deu novo perfil para a economia mato-grossense, pois a nova rota hidroviária oferecia condições para o escoamento da produção da região e permitia importar produtos estrangeiros ou de outras regiões brasileiras.

Entretanto, em 1865, as questões geopolíticas que sucederam a apreensão do navio Marquês de Olinda, que transportava o novo presidente da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, interromperam o tráfego de navios pelo rio Paraguai, desencadeando uma série de mudanças no comportamento político dos países do cone sul.

Ciente destas dificuldades, o presidente do Paraguai, Francisco Solano López, montou uma estratégia de ataque ao Império Brasileiro pelo sul de Mato Grosso, província com uma grande extensão territorial, porém com baixíssima densidade demográfica e precariamente militarizada.

Argentina, Brasil e Uruguai, sentindo-se prejudicados com a interrupção da navegação pelo rio Paraguai, firmaram o Tratado da Tríplice Aliança, um compromisso político de ajuda mútua que, subsequentemente, deflagrou a guerra contra o Paraguai, num momento em que Mato Grosso sofria com os problemas de comunicação com as cidades litorâneas, principalmente com o Rio de Janeiro, capital do Império.

2.4 O papel do Forte Coimbra

Apesar de todo o heroísmo de sua tropa, formada por militares, índios da região e de toda a população livre e escrava que se envolveu na defesa do território mato-grossense, o exército paraguaio conquistou praticamente o sul da Província, ou seja, a área ocupada hoje pelo estado de Mato Grosso do Sul.

Ao início da Guerra do Paraguai, em dezembro de 1864, uma esquadra paraguaia, sob o comando do Capitão-de-Fragata Meza, invadiu Mato Grosso pelo Rio Paraguai,

apossando-se de Forte de Coimbra e Albuquerque e desembarcando em Corumbá, onde promoveu um massacre na população e destruiu a cidade.

Enquanto acontecia este ataque, outra frente de batalha paraguaia atacou a Colônia Militar de Dourados e seguiu tomando várias cidades mato-grossenses como Miranda e Aquidauana, com a intenção de chegar à capital que, a esta altura, estava militarmente vulnerável, uma vez que todo o seu contingente havia se deslocado para o sul do estado.

Pela via fluvial vieram 4.200 homens sob o comando do Coronel Vicente Barrios, que encontrou a heroica resistência de Coimbra ocupada por uma guarnição de apenas 115 homens, sob o comando do Tte. Cel. Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero.

Pela via terrestre vieram 2.500 homens sob o comando do Cel. Isidoro Rasquin, que no posto militar de Dourados encontrou a bravura do Tte. Antônio João Ribeiro e de mais 15 brasileiros que se recusaram à rendição, respondendo com uma descarga de fuzilaria à ordem para que se entregassem.¹⁷

Ao ter notícia da invasão, o presidente da Província, em Cuiabá, nomeou o Chefe de Esquadra Augusto Leverger para comandar a reação. Leverger conseguiu dissuadir o inimigo de subir os rios e atacar Cuiabá, e libertou Corumbá em 1867. Foi quando Cuiabá pode contar com a ajuda do batalhão dos Voluntários da Pátria, sob o comando de Hermenegildo Portocarrero e depois de Augusto Leverger, que escolheu as colinas e Melgaço, atual município de Barão de Melgaço, onde esperou o inimigo para defender a capital.

2.5 Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai (1864/1870), ocorreu como consequência de um conflito entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai de Solano López.

¹⁷ Disponível em: <http://www.mt.gov.br/historia>. Acessado em: 19.04.2020.

As condições pré-guerra dos países envolvidos passaram por dois mitos contraditórios: o mito de que o Paraguai era a maior potência da América do Sul na época, e o mito de que o Paraguai era um fraco país agrário, sem base econômica.

Na realidade, quando Solano López assumiu a presidência, o Paraguai passava por um processo de modernização, baseado em investimentos estrangeiros que partiam principalmente da Inglaterra e colocavam o país numa posição econômica confortável, embora, paralelamente, estivesse politicamente deslocado de todas as políticas de relações exteriores dos países do entorno.

A primeira observação sobre o plano de López, é que ele não esperava ter de enfrentar Brasil, Uruguai e Argentina, situação que se consolidou com a criação da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865. Ao contrário, esperava ter Uruguai e Argentina a seu lado e, quem sabe, unificar os 3 países ao fim da guerra para criar uma grande nação nos moldes do antigo vice-reino do Rio da Prata, que se estenderia do Peru até a Patagônia. “López imaginava uma Tríplice Aliança ao contrário”, afirma Francisco Doratioto, professor da Universidade de Brasília e autor de *Maldita Guerra e Osório*.

Os uruguaios eram aliados de López e a guerra só começou, tecnicamente, porque o Brasil invadiu o Uruguai, que estava em guerra civil desde março de 1863, em apoio ao ex-presidente Venâncio Flores, que reuniu 1,5 mil voluntários do Partido Colorado para desafiar o governo de Montevideu controlado pelo Partido Nacional (ou Blanco).

Conforme Nogueira, “O conflito ocorreu, principalmente, por atritos internos do continente, desde motivações econômicas até políticas, e o estopim envolveu um conflito civil no Uruguai e o imperialismo brasileiro na Bacia do Prata” (NOGUEIRA).¹⁸

18 Disponível em: <https://aventuras.na.historia.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020

Os brasileiros, que formavam um terço da população do Uruguai, apoiaram Flores e passaram a sofrer ataques dos partidários blancos. Em agosto de 1864, o Paraguai mandou um ultimato ao Brasil: invadir o Uruguai seria um ato de guerra. Mas o Brasil ignorou o ultimato e declarou guerra ao governo blanco três meses depois, com o apoio tácito da Argentina.

Atribui-se ao jornalista Moacir Assunção o seguinte comentário: “Nem Argentina, nem Brasil acreditavam que o Paraguai reagiria a um ataque ao Uruguai”. Mas López cumpriu a ameaça e atacou o Brasil. Não na fronteira com o Uruguai, mas em Mato Grosso.

López não contava só com o apoio dos blancos. Havia recebido promessas de Justo José Urquiza, governador da Província de Entre Rios e maior proprietário rural da Argentina e também inimigo do presidente argentino, Bartolomé Mitre.

O plano de López era invadir o país ao norte, juntar-se às forças de Urquiza ao sul e seguir para Buenos Aires. Se tudo funcionasse, os 3 aliados - Paraguai, Uruguai e Argentina - atacariam o Brasil.

A aposta paraguaia não era apenas diplomática. O exército guarani era muito maior que o brasileiro no início da guerra. Eles tinham uma força de 64 mil homens e os preparativos para o conflito começaram meses antes da declaração, enquanto as tensões entre Brasil e Uruguai se acumulavam.

O exército brasileiro contava com 18 mil homens mal armados e mal vestidos. Estas informações foram levadas pelos *blancos* uruguaios para o ditador paraguaio e López que resolveu fazer uma *blitzkrieg* do século XIX. “Ele tinha um plano inteligente e bem estruturado. Era um ataque-relâmpago, uma coisa à frente do seu tempo.”¹⁹

19 AVENTURAS NA HISTÓRIA. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/terra-brasilis/historia-o-que-foi-a-guerra-do-paraguai.phtml>. Acessado em: 07.05.2020

Em dezembro de 1864, o Paraguai declarou guerra ao Brasil, iniciando o que seria o conflito mais sangrento da América Latina, no qual mais de 600 mil vidas se perderam nos dois lados, entre batalhas, fome e doenças.

Para Nogueira,

Um dos momentos mais incômodos da guerra, na visão brasileira, foi a investida de López contra o Marques de Olinda, um navio mercador convertido em máquina de guerra. Como represália contra a intervenção brasileira no Uruguai, o ditador ordenou a captura da embarcação, que ocorreu com sucesso: o navio Tacuari intercedeu a passagem do Marques de Olinda, que subia o rio rumo ao Mato Grosso, e o capturou. López passou a usar o navio contra tropas brasileiras.²⁰

Enquanto os brasileiros se perdiam no próprio Brasil, López preparava seu verdadeiro ataque.

O Paraguai declarou guerra à Argentina em março de 1865 e, em abril, um contingente com 37 mil homens formou a tropa paraguaia que invadiu a Província de Corrientes pelo rio Paraná. Com Corrientes capturada e quase sem resistência, as tropas se dividiram em maio. Cerca de 12 mil ficaram na cidade e 25 mil rumaram para o Rio Grande do Sul, onde tomaram São Borja, em junho, e também Uruguiana, em agosto. Era o plano de López em ação.

A *blitzkrieg* paraguaia também contava com outra manobra inteligente: fazer os brasileiros acreditarem que os paraguaios atacariam por outra região, causando um imenso problema logístico, já que os brasileiros esperavam um ataque à capital da Província, Cuiabá, o que nunca aconteceu. Sem estradas que chegassem à região, a contraofensiva brasileira levou de abril a dezembro de 1865 para se mover de Minas Gerais a Mato Grosso. Quando finalmente alcançaram a Província, os paraguaios simplesmente se retiraram - exceto de Corumbá, onde resistiram até junho de 1867.

20 Disponível em: <https://aventuras.na.historia.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020.

Quando as notícias chegaram a Cuiabá instaurou-se o pânico geral e a subsequente fuga desordenada para o interior. Diante dos fatos, o Presidente da Província de Mato Grosso resolveu arregimentar forças e fazer a defesa em Melgaço, uma região com uma série de colinas, próxima a Cuiabá, onde chegou com as tropas em 16 de janeiro. Ao receber um falso alarme de que as tropas paraguaias estavam na foz do rio Cuiabá, todos abandonaram os seus postos e se entrincheiraram na capital.

A primeira má notícia para López aconteceu no início da invasão à Argentina. Comandando as tropas para a retomada de Corrientes, apareceu ninguém menos que Justo José Urquiza. O caudilho havia feito promessas a López, mas havia recebido a visita do general e senador brasileiro Manuel Luís Osório, com quem teve uma conversa estratégica. Para alguns autores, aparentemente, “Os brasileiros compraram Urquiza”. Ele foi convencido por Osório de que lucraria muito mais apoiando Brasil e o governo argentino.

Para a surpresa de López, o ex-presidente argentino conduziu suas tropas com rara ferocidade. A decisão de Urquiza também surpreendeu muitos argentinos, provocando a deserção de muitos que estava a favor do Paraguai nos primeiros meses da campanha.

Conforme Nogueira,

Com o desenvolvimento da Guerra e o início da decadência paraguaia, as tropas guaranis começaram a diminuir e Solano López apelou para condições deploráveis de estratégia militar. Uma das principais foi o recrutamento de menores de idade (alguns de até 12 anos) para lutar contra as tropas profissionais da Tríplice Aliança e, como no Paraguai existiam castigos físicos contra trabalhadores, algumas dessas crianças lutavam mesmo com ausência de um braço, por exemplo, ou outros membros. (NOGUEIRA).²¹

21 Disponível em: <https://aventuras.na.historia.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020

O plano de López começou a naufragar, literalmente, no arroio Riachuelo, em 11 de junho de 1865. A ideia era tomar a esquadra brasileira, mas uma avaria atrasou o ataque.

O Paraguai seria aniquilado na guerra: além de perder grande parte da sua população adulta, reduziu seu papel geopolítico a uma espécie de estado-tampão entre Argentina e Brasil, oscilando entre ser dominado politicamente por um ou outro.

Conforme Nogueira,

Muitos historiadores concordam que a guerra poderia ter levado menos vidas se não fosse a insistência do Imperador Pedro II. A partir da tomada das principais bases do Paraguai, principalmente Humaitá, era claro que López perdera a Guerra e que o conflito chegava ao fim. Mas, o brasileiro insistiu em uma condição da aliança militar com a Argentina e o Uruguai de que a guerra só acabaria com a morte de Solano López (condição essa que já não era cobijada pelos países hermanos aos pés de 1870). Por força brasileira, que queria consolidar sua hegemonia no Prata, a Tríplice continuou dizimando as tropas paraguaias até tomarem Assunción e localizarem o ditador. (NOGUEIRA).²²

A fuga do ditador pelo interior do país acabou em 1º de março de 1870, quando, numa emboscada à última tropa paraguaia em Cerro Corá, o cabo brasileiro Chico Diabo, José Francisco Lacerda, matou Solano López com uma lança (Aventuras na História, 2020).

À primeira vista, e sabendo como a guerra havia terminado, aparentemente López foi um louco suicida. Ele era impulsivo e autoritário, mas suicida, não era. Na verdade, o que se soube à época, é que ele tinha um plano ou pelo menos uma aposta, de que com seu jogo, iria conquistar o acesso ao mar, ponto mais importante para ele.

²² Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020

Conforme Mânlio Gancogni e Ivan Boris, *in* Nogueira

Para o Paraguai, a guerra foi completamente destrutiva. Além da infraestrutura arrasada, o conflito levou à morte de três quartos da população nacional, sendo que, em 1870, apenas 200 mil paraguaios ainda restavam vivos, e destes, 90% eram mulheres. Entre os homens vivos, 75% eram crianças e idosos. (NOGUEIRA)²³

No final da guerra, Leverger assumiu a Presidência da Província de Mato Grosso e empenhou-se em ações que banissem as tropas paraguaias de solo mato-grossense, começando por enviar forças terrestres e fluviais para Miranda e Corumbá, ainda sob o domínio do inimigo. Depois de uma trágica batalha em Dourados, a tropa comandada pelo tenente-coronel Antônio Maria Coelho, reforçada pela população local, expulsou os paraguaios.

3. Uma ideia sobre o ponto de vista geopolítico de Leverger

Os primeiros 3 anos de Leverger em Cuiabá foram frustrantes e fizeram o tenente desanimar ao sentir a total falta de condições para cumprir sua missão de organizar a defesa de toda a área fluvial da província de Mato Grosso.

Nessa estada inicial, Leverger aproveitou o tempo para explorar rios da região e estudar arquivos públicos. É fácil perceber que o historiador e geógrafo curioso acompanhou toda a movimentação da Bacia do Prata e anotou muitas informações colocadas em vários relatórios repassados às autoridades do império, sem que estas lhe dessem o devido crédito.

Cada dia fica mais claro que a tese sustentada por alguns anos de que a Guerra do Paraguai aconteceu como resultado de uma campanha feita pelo Brasil e pela Argentina, financiados pela Inglaterra, por conta da ameaça aos interesses econômicos que o Paraguai representava para ambos,

23 Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020

estava equivocada. Na realidade, ao Paraguai interessava, basicamente, ter uma saída para o Oceano Atlântico e, para isso, precisaria “abrir caminho” em terras e rios de países vizinhos. Já para o Brasil e especialmente para Mato Grosso, este corredor hídrico pela Bacia do Prata representava uma abertura expressiva para o campo econômico.

Esta era, desde o princípio, a teoria de Leverger. Tanto isto é verdade, que de uns anos para cá, a versão da história da guerra vem sendo mudada, porque os resultados de pesquisas mais aprofundadas demonstraram que o Paraguai não era um país com pujança industrial, nem oferecia ameaça aos anseios econômicos ingleses. O desencadeamento da guerra, em grande parte, deveu-se às pretensões expansionistas de Solano López, impulsionadas pelo seu temperamento desenvolvimentista.

Em 1834, Leverger sentiu-se esquecido, à mingua de recursos e sem percepção dos vencimentos necessários à sua subsistência, mesmo tendo enviado vários ofícios ao Ministro da Marinha, onde esclarecia não só a sua situação pessoal, mas também reivindicava o numerário para arcar com as despesas da construção de seis canhoneiras que faziam parte do seu acerto com o Ministério da Marinha. Frustrado por não conseguir qualquer resposta, resolveu solicitar uma ordem de regresso para o Rio de Janeiro. Conseguido este intento, recebeu seus proventos atrasados e aproveitou para expor a alguns membros da coroa seus trabalhos topográficos e hidrográficos, completando a sua apresentação com um relatório onde avaliava a conjuntura da Província e o papel dela no intrincado jogo geopolítico que se formara entre os países do cone sul. Outra vez obteve o silêncio como resposta.

Em face do mau estado de saúde, pediu e obteve uma licença de um ano com vencimentos. Esgotado este período, pediu e obteve nova licença por mais seis meses. Passado este período, se reapresentou à Marinha, mas foi informado que havia sido reformado no mesmo posto, porém sem soldo, tanto por não ter tempo para reforma como por ser estrangeiro não naturalizado.

Aos 35 anos, reformado, sem salário e sem perspectivas de trabalho no Brasil, Leverger já se preparava para voltar à França, quando foi convidado pelo Ministério da Marinha para retornar a Mato Grosso, no comando de uma comissão responsável pela organização de uma esquadrilha que faria a defesa da Província.

Com o tratado de navegação dos rios platenses, firmado entre o Brasil, Paraguai e Uruguai, o governo brasileiro precisava de pessoas preparadas e que conhecessem bem a Província de Mato Grosso para assumir a dianteira desta nova demanda. Seus profundos conhecimentos de toda aquela região, o transformaram em pessoa necessária.

Por conta desta necessidade, a Marinha lhe prometeu anular o ato de reforma, promovê-lo a capitão e fornecer todas as condições logísticas para que pudesse desenvolver suas ações em Mato Grosso. Leverger aceitou, abriu mão da restituição financeira que lhe era de direito e retornou a Cuiabá.

Sua volta à Capital Pantaneira, em 1837, levou a população cuiabana ao delírio de alegria. A promoção a capitão e a nulidade do ato de reforma, foram cumpridos pelo Império. Porém, o apoio logístico tão importante, mais uma vez não foi cumprido pelo alto comando da Armada.

Nesta segunda fase em Mato Grosso, o capitão Leverger começou a construção do Arsenal da Marinha e explorou os rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai. Paralelamente, percorreu duas vezes a fronteira com o Paraguai e visitou duas vezes o presidente Carlos Antônio López Assunção.

Conforme Leverger, em seu livro *Vias de Comunicação de Matto Grosso*,

É no valle do Paraguay²⁴ que reside quase toda população civilizada desta Provincia²⁵. Mais dos 4/5 occu-

24 Nota de rodapé do próprio Leverger: O Paraguay tem suas origens no brejal das Sete Lagoas, cerca de tres leguas distante da villa de Diamantino, e vinte a N. de Cuyabá.

25 Nota de rodapé do próprio Leverger: No valle do Paraguay acham-se situadas as tres principais cidades do Estado – Cuyabá (22.000 habs.), Corumbá (11.000) e Caceres (8000).

pão em redor da Capital um espaço de quando muito, 1600 leguas quadradas, na parte superior e oriental do dito valle limitado a Oeste pelo mesmo rio Paraguay, a Leste pelo S. Lourenço, é atravessado pelo Cuyabá, e 1/10, pelo Miranda, ribeirinha, aquella do grande rio e esta do seu tributário o rio menor, da referida população habita na frequezia de Albuquerque²⁶ e de Miranda. LEVERGER (1905/1975, p. 30).

Nesta demarcação territorial, Leverger já antevê como resultados dos seus estudos, uma possibilidade de abrir a navegação desde a foz do rio da Prata até Cuiabá, e continua explicando:

É sabido, aliás, que a navegação está sendo praticada por embarcações movidas a vapor, desde a fôz do rio da Prata até Cuyabá²⁷, Vila Maria²⁸ e ainda acima, n'uma extensão de quase 700 leguas. Esta simples exposição patentêa a imensa vantagem que em relação a esta Provincia leva a navegação do Paraguay sobre as outras vias fluviais de comunicação de que até aqui fiz menção. LEVERGER (1905/1975, p. 31).

Entretanto, a visão geopolítica de Leverger conseguia alcançar um pouco além, quando acrescentou:

Infelizmente a política estorvou por muitos anos, e pode ainda estorvar, o livre gozo desse beneficio que a natureza outorgou a esta parte central da America do Sul²⁹. De 1537 a 1560 os Hespanhoes da Assumpção

26 Nota de rodapé do próprio Leverger: Hoje cidade de Corumbá. Foi fundada em 1778 pelo governador Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Acha-se situada aos 18° 59' 38", lat. e 14° 25' 34", long. O. do Rio de Janeiro.

27 Nota de rodapé do próprio Leverger: Os primeiros vapores que alcançaram o porto de Cuyabá for

am – *Corça* e *Maracanã*, em Fevereiro de 1857, aquelle navio mercante e o segundo pertencente á armada imperial.

28 Nota de rodapé do próprio Leverger: Hole cidade de S. Luiz de Caceres, fundada pelo governador Luiz de Albuquerque em 1768. Acha-se situada aos 16° 3' 30" lat. e 14°, 34' 30" long. O, do Rio de Janeiro.

29 Nota de rodapé do próprio Leverger: A situação de Matto Grosso, no tocante a navegação pelo Paraguay, continua a ser a mesma descripta pelo autor.

subirão por vezes o Paraguay em demanda de um caminho para o Perú³⁰. Chegaram até a fóz do *Jaurú*. LEVERGER (1905/1975, p.31)

Quando, em 1842, o governo imperial nomeia Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, comandante-chefe do Exército e das quatro divisões do exército brasileiro que estava em operações na província do Rio Grande do Sul, Leverger se posicionou de forma muito clara. Mesmo tendo sido nomeado Cônsul Geral do Império na República do Paraguai, em 1841, se mantém até o final da revolução sem intervir em nada, embora soubesse da importância daquele evento no contexto do apoio que o governo imperial estava dando ao governo uruguaio contra Rosas.

Como afirma Assunção (2013, p. 19),

É sabido que Caxias é uma construção política do início do século XX para referenciar o dia do soldado, cujo exemplo seria uma norma de conduta para as novas gerações de tenentes, inquietos e rebeldes. Caxias seria a antípoda daquilo tudo, político, conservador, íntegro, soldado profissional, um militar modelo.

Mesmo sem interferir no que ocorria no Rio Grande do Sul, partiu Leverger em abril de 1842 para apresentar suas credenciais ao governo paraguaio, mas não conseguiu passar das proximidades do Forte Bourbon, onde esbarrou num comandante que sequer quis receber a correspondência diplomática para o governo de Assunção.

Frustrado, retorna a Cuiabá e percebe que:

Para falar em nome do Brasil, estritamente ligado à diplomacia imperial, havia mister de um brasileiro, que estivesse inteiramente a par, em todas as minúcias, do pensamento do Gabinete de S. Cristóvão, e do ambiente internacional que Leverger, no recesso dos sertões, apenas conhecia por meio de notícias

30 Nota de rodapé do próprio Leverger: Em 1537 Juan Ayolas-á frende de trezentos homens –chegou até o porto que denominou *Candelaria*.

oficiais, atrasadas de vários meses (CORRÊA FILHO, 1979, p. 33).

Não interessava a Leverger o jogo teatral praticado na corte, mas sabia que precisava apresentar ao jovem imperador suas ideias e projetos, cujo teor poderiam se transformar em estratégias geopolíticas para o Brasil. Assim, em 1844 foi ao Rio de Janeiro para se encontrar com o imperador Dom Pedro II, agora com 18 anos, e prestou contas da sua atuação na província de Mato Grosso.

Esta decisão talvez tenha sido gerada pelo fato de suas pesquisas não terem sensibilizado as autoridades do Império, embora D. Pedro II o tenha nomeado Oficial da Ordem da Rosa, nesta ocasião, com uma orientação para que avançasse nos trabalhos científicos.

Esta foi sua última viagem para o Rio de Janeiro, de onde retornou em abril de 1845, para nunca mais se afastar de Cuiabá.

O jogo político da corte parecia não se importar com as suas ideias ou projetos para a Bacia do Prata, os quais provavelmente dariam ao Brasil e aos outros países do Cone Sul, que compartilhavam dos mesmos interesses comerciais, as condições de navegabilidade, sem que a guerra fosse imprescindível.

Em 1846, Leverger, sempre curioso com a bacia hidrográfica que o encantava, conseguiu completar o levantamento do rio Paraguai, que até então conhecia apenas em trechos explorados anteriormente.

A estratégia iniciada com a nomeação de Luiz Alves de Lima e Silva teve sequência, quando, em 1850, por sugestão do governo imperial, Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, assinou um acordo com o governo uruguaio que envolvia repasse de dinheiro através do seu banco. De alguma forma, este foi um ato de traição que os argentinos, consciente ou inconscientemente não perdoaram até hoje.

Conforme relata Doratioto, Leverger também tinha conhecimento de que,

Que a posição geográfica do Paraguai, isolado no interior do continente, sem acesso ao mar, praticamente o impedia de receber armas do exterior, devido ao bloqueio do Rio de Prata imposto pela esquadra brasileira. Havia, ainda, a própria desvantagem econômico-financeira paraguaia, em relação aos seus inimigos, para financiar a guerra. Nessas condições, os banqueiros não emprestaram dinheiro ao Paraguai e, pela mesma lógica, emprestaram ao Brasil (DORATIOTO, 2002, p. 91/92).

Não se pode afirmar que este empréstimo tenha auxiliado o Brasil porque, com ele, o Império adquiriu uma dívida equivalente a 11 anos do seu orçamento e saiu da supremacia na América do Sul, adquirida em anos anteriores, para uma situação próxima à falência. A situação foi tão grave e o descontentamento com o Império foi tão grande, que 19 anos depois do fim da guerra, acabou a monarquia no Brasil.

Conforme Corrêa Filho,

A invasão de Mato Grosso pelas forças de López, e a sua fácil vitória na primeira fase, não surpreenderam a Leverger, que, por várias vezes, tinha revelado os receios, que lhe ditava a prudência do mesmo quilate da sua bravura [...] Não era, porém, erro de apreciação, nem temor imaginário. A presciência dos males que viriam derivava-lhe da agudeza hereditária de visão de marujo, avezada a perceber os temporais em alto mar, do conhecimento exato da realidade provincial e do seu entranhado amor a Mato Grosso que lhe pesaria ver invadida e assolada pelo vizinho a respeito de cuja superioridade de organização militar em várias outras oportunidades repetiu sensatas considerações (CORRÊA FILHO, 1979).

Não por falta de aviso, quando López invadiu o território brasileiro, o Império lembra que Leverger conhecia muito bem a região e poderia contribuir na defesa.

Nesta altura, como afirma Doratioto,

A negligência militar dos gabinetes que governaram o Brasil fez com que enviassem para Mato Grosso, desde 1862, grande quantidade de armas, munições e outros artigos bélicos, sem destinar a tropa necessária para utiliza-las. Para defender a Província eram insuficientes aqueles 875 soldados [...] Nesse contexto, a única e precária defesa de que dispunha Mato Grosso, em caso de ataque paraguaio, era o forte Coimbra, construído na época colonial e estrategicamente localizado às margens do rio Paraguai, na fronteira com o país guarani (DORATIOTO, 2002, p. 98/99).

Conforme relata Doratioto, quando os paraguaios invadiram Mato Grosso, subindo com seus navios pelo rio Paraguai e ameaçando Cuiabá, Leverger recebeu a missão de barrar a passagem do inimigo no Passo do Melgaço, onde mandou construir uma trincheira fortificada e dali comandou com êxito um destacamento com aproximadamente mil homens para conter as tropas paraguaias que ameaçavam chegar até a capital mato-grossense.

Mais uma vez o Bretão Cuiabano estava pronto para atender a Província que havia escolhido como sua terra e, mais uma vez, só a população de Cuiabá reconheceu a importância da sua intervenção, num processo que poderia ter tomado um rumo completamente diferente.

Terminada a guerra, Leverger mal pode descansar. Por estar na vice-presidência da Província, quando Albino Carvalho se afastou, lhe passou novamente a presidência, por menos que desejasse o agora já laureado com honras pelo Imperador, Barão de Melgaço.

Se hoje não se tem notícias de muitos apontamentos de Leverger, caberia uma pergunta às autoridades da época: por que tanta desconsideração por quem fez tanto por Mato Grosso e poderia ter feito muito mais pelo Brasil e pelos países da Bacia do Prata?

Considerações Finais

A história de Leverger, quando conhecida superficialmente, é, pelo menos, intrigante. Como um francês que se apaixonou por Mato Grosso e conseguiu ampliar sua influência a ponto de intervir no final da Guerra do Paraguai.

À medida que se conhece um pouco mais, passa a intrigar ainda mais, pela sua curiosidade registrada em trabalhos topográficos e hidrográficos e, quando chega-se às suas anotações, se descortina um outro Leverger, sábio, perspicaz e com uma noção geopolítica incrível para a primeira metade do século XIX.

Quanto mais se conhece o seu trabalho, mais se deseja saber sobre este personagem que, lamentavelmente, a história perpetuou apenas parte das suas anotações que, enquanto vivia, desejou mostrar para todos e apresentar suas ideias a respeito desta bacia hidrográfica que poucos chegaram a conhecer como ele.

Pelas idas e vindas através dos eventos que pontilharam os seus 60 anos de Brasil, é fácil perceber sua retidão de caráter, daí sua franqueza e sua aversão pelos cargos e pompas, que, de alguma forma, atrapalharam sua ascensão num império cheio de vaidades.

Com seu temperamento simples e conciliador, conseguiu reunir admiradores não só em Cuiabá como em todo o Brasil, principalmente entre aqueles que conviviam com os movimentos da corte, e graças a este perfil conseguiu acalmar muitas das animosidades políticas em Mato Grosso.

Com a “divisa heráldica “sempre pronto”, a qual obedecia desde que não lhe melindrasses a altivez, sobranceira às conveniências e acomodações subalternas” (Corrêa Filho, 1979 p. 83), valeu a pena fazer esta “releitura” do cidadão, Barão de Melgaço que, assim como a Guerra do Paraguai, teria muito mais a oferecer se nossos antepassados tivessem tido mais cuidado em preservar suas preciosas anotações.

Como ele mesmo chegou a escrever: “Há casos em que a abnegação é virtude, outros em que é culpada fraqueza,

não desejo ver-me nem ver a outrem em circunstâncias de fazer esta distinção com dano do país”.

O Bretão Cuiabano cumpriu com o seu dever de cidadão que escolheu Mato Grosso como sua pátria.

Referências

ANDRÉA, Júlio. *A Marinha Brasileira: florões de glórias e de epopéias memoráveis*. Rio de Janeiro, SDGM, 1955.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *Sociedade Brasileira: uma história*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

AVENTURAS NA HISTÓRIA. *Guerra Do Paraguai* Disponível em: [https://aventuras nahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-10-curiosidades-guerra-do-paraguai.phtml](https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-10-curiosidades-guerra-do-paraguai.phtml). Acessado em: 21.04.2020.

ASSUNÇÃO, Moacir. *Nem heróis nem vilões: curepas, caboclos, cambás, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BENTO, Cláudio Moreira. *O Forte de Coimbra-Ms: dois Séculos de História, Fé e Glórias*. Disponível em: [http:// ahimtb.org.br/ FORTE%20DE%20 COIMBRA%20%20 S%C3%89CULOS%20DE%20F%C3%89%20E%20GL%C3%93RIAS.pdf](http://ahimtb.org.br/FORTE%20DE%20COIMBRA%20%20S%C3%89CULOS%20DE%20F%C3%89%20E%20GL%C3%93RIAS.pdf). Acessado em 07.05.2020.

CERVEIRA SENA, Ernesto. *Disputas Políticas na Fronteira do Império Brasileiro durante a Guerra do Paraguai*. Disponível em: www.anpuh.org, Acessado em: 18.04.2020

COSTA, Virgílio Pereira da Silva. *Duque de Caxias*. São Paulo: Editora Três, 2003.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, JOACI Pereira. *A Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Saraiva, 2000

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações Avulsas n° 19 Cuiabá, 2001.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

LIRA NETO. *Recuperação da Tropa*: o papel vital do Duque de Caxias durante a caótica guerra do Paraguai. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020.

LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II*. Vol I Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

MELGAÇO, Barão de (Augusto Leverger). *Vias de Comunicação de Matto-Grosso*. Publicação Oficial dirigida por: Estevão de Mendonça e Antonio Fernandes de Souza. Cuiabá: Estabelecimento Avelino de Siqueira, 1905/ UFMT, 1975.

NOGUEIRA, André. *10 Curiosidades Sobre a Atroz Guerra do Paraguai*, a Maior da América Latina. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020.

PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do império*, Vol.1. Cuiabá, MT, 1995.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SÓ NOTÍCIAS. *Augusto Leverger Francês e Herói Mato-Grossense*. Autor: Wilson Santos. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/opiniao/augusto-leverger-frances-e-heroi-mato-grossense/> 2014; Acessado em: 13.04.2020.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000. 218p.

**COMENTÁRIOS CRÍTICOS
DAS OBRAS DE LEVERGER**

Fronteira e comunicação: as preocupações do Barão de Melgaço em relação a província de Mato Grosso

Border and communication: the concerns of the Barão de Melgaço in relation to the province of Mato Grosso

Luiza Rios Ricci Volpato³¹

Em 1807, Napoleão Bonaparte, visando enfraquecer seu mais poderoso inimigo decretou o Bloqueio Continental, que proibia todos os países do continente europeu de fazer comércio com a Inglaterra, ameaçando de invasão aquele que desobedecesse. Sendo um dos países mais fracos do continente e tendo sua economia dependente dos acordos e tratados com a coroa britânica, Portugal se viu duplamente pressionado. A alternativa encontrada pelo Príncipe Regente Dom João, foi transferir-se com toda sua família, seus apaniguados e sua Corte para o Rio de Janeiro. Fora do continente europeu, a Colônia portuguesa na América não estava submetida às determinações e ameaças do Bloqueio Continental, assim, em 28 de janeiro de 1808, o Príncipe Regente decretou abertos os portos do Brasil a todas as nações amigas de Portugal. Essa medida punha fim ao Pacto Colonial, que garantia a Portugal o exclusivo colonial, ou seja, todo comércio externo do Brasil (importação e exportação) só poderia ser feito por intermédio da Metrópole.

Dava-se início a superação da condição de colônia das terras portuguesas na América, processo que perduraria vários anos.

31 Mestre e Doutora em História (USP) psicóloga (UNIC) professora aposentada do Departamento de História da UFMT, ex-professora da Faculdade de Psicologia UNIC, membro do IHGMT, psicóloga clínica, autora de vários livros e artigos

Visando governar seu vasto império a partir do Rio de Janeiro, o Príncipe Regente trouxe consigo seus conselheiros, burocratas e demais auxiliares. O modelo de mercantilismo adotado por Portugal, durante o período colonial não permitiu que no Brasil fossem criadas escolas de nível superior, de tal forma, que os poucos indivíduos nascidos no Brasil que possuíam títulos acadêmicos os haviam obtido na Europa.

Foram várias as instituições criadas no Rio de Janeiro, no intuito de aparelhar a pequena cidade até então colonial para a sua nova função de sede da monarquia portuguesa. Todas elas demandavam recursos humanos para lhes dar funcionamento e seus cargos foram preenchidos pelos burocratas e assessores que acompanharam o regente.

Enquanto Dom João se esforçava para organizar a nova sede da monarquia e acomodar seus compatriotas doando-lhes terras especialmente no vale do rio Paraíba, os países da Europa buscavam se reorganizar após a derrota de Napoleão em Waterloo em 1815. Em suas campanhas bélicas, Bonaparte havia destronado reis das dinastias tradicionais e colocado em seus lugares seus irmãos ou seus generais. Com isso, havia colocado em xeque um dos princípios básicos da política europeia o Direito Divino dos reis. As ações do Corso reforçavam as ideias liberais que vicejavam tanto na Europa como na América. No Velho mundo colocando-se contra o absolutismo dos reis e no Novo Mundo alimentando os anseios de independência.

No bojo dessas transformações várias revoltas ocorreram no Brasil e em Portugal a Revolução Constitucionalista do Porto de 1820 exigiu o retorno do monarca a Portugal. Cedendo a essas exigências Dom João VI (rei desde o falecimento de sua mãe em 1816) retornou a Lisboa, em 1821, levando consigo parte de sua família e muitos de seus apauzerados, entre os quais aqueles que exerciam importantes funções na administração régia, deixando importante lacuna em vários setores.

No ano seguinte o príncipe Dom Pedro que havia permanecido no Rio de Janeiro como Regente proclama a Independência do Brasil, cabendo-lhe estruturar a nova administração do País. Uma das questões prementes foi o enfretamento das guerras da Independência, uma vez que o governo de algumas províncias se declarou fiel às Cortes de Lisboa.

Para o preenchimento dos cargos de comando do Exército e de outros setores Dom Pedro optou por contratar militares de outros países. Entre eles, chegou ao Brasil em 1824, o jovem Augusto João Manuel Leverger.

Ao tornar-se nação independente, o Império do Brasil tinha inúmeros problemas a revolver. Entre os mais prementes estavam a consolidação da hegemonia do monarca sediado no Rio de Janeiro sobre toda extensão do Império e a garantia do domínio territorial. Em ambas as situações o Brasil independente se proclamava herdeiro direto da Coroa portuguesa. Mesmo assim, era necessário se firmar nessa posição tanto nas questões internas, submetendo as diversas províncias, como nas questões externas tendo os limites da antiga Colônia sendo reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, cabe ressaltar que o argumento que a Coroa portuguesa se baseou desde o século XVIII para garantir a posse de seu território, especialmente a parte interiorana que excedia o meridiano de Tordesilhas foi o *uti possidetis*. Dessa forma, era fundamental ao Império do Brasil comprovar a ocupação dessas áreas.

Portanto, conhecer o território do País, seus núcleos de povoamento e as formas de garantir sua integração eram questões fundamentais para a administração da jovem nação.

Durante todo o século XIX, a comunicação e o transporte interno se faziam pela navegação ou pelo transporte terrestre, por tração de animal. As províncias litorâneas eram servidas pela navegação de cabotagem, que partindo do Rio Grande do Sul, percorrendo todo o litoral e entrando

pela bacia do Amazonas chegava até a província de mesmo nome. Mais difícil era a comunicação com as províncias interioranas, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde se encontravam as minas de ouro e sendo essa última a detentora da mais longa linha de fronteira do País.

Durante o período colonial, o império português havia estruturado um sólido e eficiente aparato burocrático-fiscal que foi adaptado às necessidades do país independente. As questões de fronteira sempre mereceram especial atenção da Metrópole e não seria diferente no período pós-independência. As nações que se estruturavam na América do Sul não tinham seus limites territoriais definidos e o trânsito tanto legal como ilegal era constante nas áreas de fronteira. Para cada uma das novas nações era crucial a garantia da posse do território que reivindicava como seu. Portanto, conhecer os núcleos de povoamento existentes, as rotas de navegação fluvial e os fortes que defendiam a fronteira eram questões fundamentais na consolidação do Império do Brasil. Tendo por missão pesquisar as características específicas da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger chegou a Cuiabá em 23 de novembro de 1830.

Militar de carreira, segundo-tenente desde 1825, dedicou-se exaustivamente aos trabalhos de pesquisa da história e geografia de Mato Grosso. Teve atuação relevante nas negociações que culminaram com a abertura da navegação da Bacia do Prata em 1856, conquista de fundamental importância para a comunicação da província de Mato Grosso com a Corte sediada no Rio de Janeiro.

Essa rota de navegação tão importante para a integração de áreas distantes entre si do Império, teve que ser amplamente negociada.

Após a independência cada país da América do Sul assumiu um regime de governo e de política externa que mais conviesse à sua elite governante. A República do Paraguai, presidida por José Gaspar Rodrigues de Francia, optou por fechar suas fronteiras e desenvolver um regime voltado para

autossubsistência. Com isso, manteve fechada a navegação da bacia do Prata no trecho que banha o território paraguaio. Essa proibição inviabilizava o acesso à província de Mato Grosso pela navegação dessa artéria fluvial.

Visando conquistar o direito de trânsito pelas águas da bacia do Prata, o Governo Central, em 1839, nomeou Leverger Cônsul-geral do Brasil para estabelecer boas relações com a República do Paraguai, especialmente no tocante às questões relativas à definição da fronteira e à navegação do Prata. No entanto, foi somente após a morte de Rodrigues de Francia e ascensão de Carlos Antônio Lopes à presidência da República do Paraguai, que Leverger aceitou a nomeação de Cônsul-geral e teve atuação relevante na obtenção da autorização para os navios brasileiros navegarem pela bacia Platina.

Além da carreira militar e diplomática e de seu trabalho como pesquisador, Leverger teve também importante atuação na política regional, ocupando interinamente a presidência da província por diversas vezes. Sua atuação militar mais marcante foi a defesa da colina de Melgaço visando conter as tropas paraguaias caso intentassem chegar a Cuiabá, quando invadiram o sul da província em 1864.

As questões relativas à definição de fronteira com a República do Paraguai e à livre navegação da bacia do Prata só foram solucionadas após o término da Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Oriental do Uruguai e República Argentina) com aquela republica em 1870. Mesmo após esse desfecho, Leverger continuou desenvolvendo estudos sobre a província de Mato Grosso. São inúmeras as pesquisas por ele realizadas, a maioria delas publicadas na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, principal órgão e divulgação de estudos na área de Ciências Humanas e Sociais no Brasil durante o século XIX.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criando em 1838 com o intuito de promover a coleta de documentos relevantes para o conhecimento da geografia e da história

do Brasil. Foi o principal centro de aglutinação estudos e debates nessas áreas, durante o século XIX. Sua revista recebia produção de todo Brasil e do exterior e suas comissões selecionavam as indicadas para publicação e as que seriam destinadas apenas para o arquivo.

Estruturado a partir do modelo das sociedades científicas europeias o IHGB foi responsável pela elaboração e difusão da matriz hegemônica da história do Brasil. Nesse sentido, se destacam os trabalhos de Carl von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen, *Como se deve escrever a História do Brasil e História Geral do Brasil*, respectivamente. Em seu livro Von Martius apresenta como característica preponderante do Brasil a fusão das três raças, a branca, a negra e a indígena, construção ideológica aceita por muitos até a presente data.

O texto *Apontamentos para o dicionário chorographico da província de Mato-grosso* foi publicado no volume 47 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1884, páginas 307 a 504. Sua redação data, provavelmente de 1873, conforme nota de rodapé da página 368. Por essa época Augusto Leverger já havia recebido do Imperador o título de Barão de Melgaço e é dessa forma que é identificado como autor do trabalho.

O objetivo do referido estudo é identificar e descrever os acidentes geográficos da província de Mato Grosso, bem como suas povoações, núcleos urbanos e pontos de defesa.

Embora um estudo coreográfico inclua aspectos antropológicos, o texto não traz referências aos grupos indígenas existentes na província. Mesmo quando se refere à população de Cuiabá, apenas reproduz os dados do recenseamento mais recente (1872).

Baseando-se em pesquisas de campo realizadas ao longo de mais de quarenta anos e também pesquisa documental, o Barão de Melgaço descreve acidentes geográficos catalogando-os por ordem alfabética estendendo-se mais em uns do que em outros. Apoiar-se em estudos feitos no período

colonial, citando relatórios e correspondências de capitães gerais como Rolim de Moura, Luiz Pinto de Souza Coutinho, Luiz de Albuquerque, Manuel Carlos de Abreu Meneses e João Carlos Oeynhausien.

Faz uso também de pesquisas elaboradas pelos engenheiros demarcadores que estiveram em Cuiabá no final do século XVIII, enviados pela rainha Dona Maria I com o intuito de promover a demarcação da linha de fronteira entre os domínios de Portugal e Espanha, na América do Sul, após a assinatura do tratado de Santo Ildefonso, Ricardo Franco de Almeida Serra, Antônio da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda.

Também são citados estudos do presidente da província Couto Magalhães e de viajantes estrangeiros que estiveram em Mato Grosso, como o Barão de Langsdorff e o Conde Castelnau.

Como já foi dito anteriormente, os *Apontamentos*, embora publicados em 1884, foram escritos em 1873, portanto, logo depois de finda a Guerra do Paraguai e Melgaço sempre que possível faz conexão entre a localidade em análise e um episódio da guerra ocorrido ali ou nas proximidades.

O estudo é composto por 472 verbetes e a seleção e apresentação dos mesmos evidencia a preocupação central de Melgaço com a defesa do território. Seja por sua formação e prática profissional ou pela proximidade temporal da guerra recém-finda, o texto descreve com mais detalhes os fortes, fortificações e pontos avançados da fronteira do que até mesmo as vilas e núcleos de povoamento. Situadas às margens dos rios usados na construção das linhas de fronteira no período colonial, a análise das fortificações coincide com a avaliação da navegabilidade desses cursos d'água, ambos aspectos fundamentais para a defesa e integração do território.

Logo na abertura da publicação, chama atenção a nota de pé de página colocada pela redação da revista, que esclarece estar publicando o texto recebido em dois livros

encaminhados ao IHGB, ambos iniciando pela letra A. Esclarece, porém, que considerando trabalhos anteriores do mesmo autor publicados em outros volumes da revista acredita que existam ainda outros livros sobre o assunto, que até então não haviam chegado à redação, bem como uma Introdução, à qual uma nota de pé de página (nota 1 p 307) faz menção.

Cabe apontar, porém, que uma nova referência à Introdução aparece em nota à página 323.

A leitura do texto permite notar que o Barão de Melgaço enfatiza os aspectos relativos à navegabilidade dos rios, indicando suas possibilidades e também os prováveis varadouros. Embora elaborado no final do século XIX, aponta aspectos cujas relevâncias se faziam notar desde o início da centúria. A comunicação interna continuava sendo questão preponderante para a gestão do governo, tanto para a defesa externa e interna, como também para os aspectos econômicos da província e do Império. A defesa interna se referia à preocupação sempre presente tanto de rebeliões de alguma facção política como de sublevação de escravos e ataque dos índios.

Embora tenha chegado ao Brasil muito jovem, Augusto Leverger trazia em sua mente as cidades europeias como o ideal de centros urbanos. Tanto assim, que ao se referir à cidade de Cuiabá, destaca o que ela não tem, deixando claro que o seu referencial urbano não era o de um núcleo colonial situado no centro do continente.

Formada sem plano, nem vistas de futuro, no lugar onde se extrahio ouro, a povoação a principio constou de uma aglomeração de casas sem ordem com ruas estreitas e tortuosas. [...] A igreja cathedral, dedicada ao Senhor Bom-Jesus, é pequena para conter os fieis, que vêm assistir aos officios divinos, nos grandes dias festivos. [...]

Os principais edificios públicos são a Santa Casa da Misericórdia, o seminário episcopal, o quartel militar, pequeno e irregular, o mercado, os arsenais de guerra e

de marinha e a cadêa. O palácio episcopal e o da presidência, a casa do comando das armas, a da tesouraria provincial, a da câmara municipal, a da assembléa provincial e a do correio não se differença extraordinariamente das casas particulares. (p, 367 e s).

Esse olhar que tem como ideal a civilização ocidental europeia percorre todo o texto, e tem papel preponderante na escolha dos itens selecionados para compor os *Apontamentos*, bem como a análise dos mesmos.

Em sua publicação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, (v. 47, 1884) é levantada a possibilidade de que o texto ora em análise esteja incompleto. Porém, mesmo que o texto esteja carente de partes que provavelmente se perderam, sua leitura é instigante e esclarecedora.

Pesquisador arguto e objetivo, mas também comprometido e apaixonado pelo objeto de análise, Melgaço escreve de forma clara e de agradável leitura e analisa os aspectos por ele vistos como essenciais para se conhecer a geografia e a história da província de Mato Grosso. Muitos e muitos estudos já se nutriram dos dados desses relevantes *Apontamentos para o dicionário chronologico da província de Mato-grosso* e, com certeza, muitos outros surgirão alimentados por essa fonte.

Derrota da navegação interior da Vila de Porto Feliz, na Província de São Paulo, à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso

Defeat of inland navigation from the Village of Porto Feliz, in the province of São Paulo, to the city of Cuiabá, captaincy of the Province of Mato Grosso

Nileide Souza Dourado¹
Suíse Monteiro Leon Bordest²

Introdução

[...] Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho é trabalho [...].

(BOSI, P.55, 1994).

Com as imagens e ideias de hoje e as experiências do passado, apoiadas nos estudos de Ecléa Bosi, em *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* (1994), procuramos repensar, analisar e percorrer através deste trabalho a *Derrota*³, ou seja, os caminhos históricos e geográficos das águas e lugares percorridos de Porto Feliz a Cuiabá, pelo intelectual e Oficial da Marinha, o francês *Augusto João Manuel Leverger*, prontamente descritos em seu relatório de

1 Mestre em História e Doutora em Educação. Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR/IGHD/UFMT. Professora do PROFHISTÓRIA/IGHD/UFMT – Mestrado Profissional em Ensino de História e Membro do IHGMT nileide@terra.com.br

2 Doutora em Geociência e Meio Ambiente. Professora aposentada da UFMT e Membro do IHGMT bordest@uol.com.br

3 *Derrota*, segundo o Novo Aurélio (Século XXI), em *Dicionário da Língua Portuguesa* (1999) “O caminho aberto através de obstáculos” e “O caminho percorrido por uma embarcação numa viagem por mar; rota.

viagem, denominado: *Derrota da Navegação Interior: da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capitania da Província de Mato Grosso.*

O Relatório produzido por Leverger foi objeto de publicação original pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) - Volume 247, no Rio de Janeiro, em 1960. E, em Cuiabá, ano de 2002, tal obra foi reeditada pelo IHGMT - *Publicações Avulsas* - sob a Coordenação do historiador, Paulo Pitaluga Costa e Silva.

Os relatos produzidos pelo Barão de Melgaço neste estudo são de grande importância e significação para a historiografia e a geografia brasileira e mato-grossense, especialmente, pelo seu conteúdo e por se um dos trabalhos pioneiro de Augusto Leverger, em terras brasileiras, cuja escrita inicia-se em 13 de maio de 1830.

Tal estudo é composto de conotações prévias, de marca científica e de uma vasta diversidade de informações, antes mesmo da sua chegada a Coxim e à Cuiabá pela primeira vez, em cujo porto saltou em 30 de novembro do mesmo ano.

Destarte, com a escrita e a apresentação deste trabalho, sentimos lisonjeadas em participar desta honrosa homenagem comemorativa, ofertada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), proposta através de sua centenária revista, ao intelectual, Augusto Leverger, intitulada - *Barão de Melgaço: 140 anos de seu falecimento.*

O lugar social do autor



Augusto Leverger

Augusto João Manuel Leverger - o Barão de Melgaço - marinheiro francês, nascido em Saint Malô, região da Bretanha, na França, aos 30 de janeiro de 1802, engajado na Armada Imperial Brasileira em 1824, com 22 anos, passando por todos os postos da Marinha Imperial do Brasil, de segundo tenente a Almirante de Esquadra. Segundo Virgílio Corrêa Filho (2002, p. 12) “[...] João Manuel Leverger distinguir-se-ia de preferência por atividades pacíficas, que lhe realçaram a nomeada, antes da façanha heróica de Barão [...]”. Sublinha, ainda, Corrêa Filho que “[...] já sexagenário e recolhido ao repouso, como Chefe de Esquadra reformado, acudiu à defesa de Cuiabá, então apavorada com a invasão paraguaia, que se apossara de toda a região de Corumbá para o Sul [...]”. Por fim, anuncia o mesmo autor que “a sua presença conteve o pânico e infundiu o vigor aos tímidos, como assinalaram os biógrafos [...]”. Leverger exerceu atividades militares e diplomáticas, inclusive o primeiro reconhecimento geográfico do Rio Paraguai. Segundo Valmir Batista Corrêa, “iniciava-se assim a produção de inúmeros trabalhos de levantamentos, ‘diários’, ‘roteiros de navegação’ e descrição de ‘vias de navegação’ (2011, p. 38)“. Em 1837 chegou a Cuiabá o tenente Augusto Leverger e, de acordo com Maria de Arruda Müller (2002, p. 39) que “[...] quis o destino que ele viesse morar na mesma rua que

residia Inês da Costa Leite, por quem se apaixonou e com quem se casaria. Dessa união nasceram duas filhas: Emilia e Augusta [...]“. Augusto Leverger, o bretão cuiabanizado, no dizer de Virgílio Corrêa Filho, foi naturalizado brasileiro na patente de Capitão de Mar e Guerra, em outubro de 1850, portanto, um francês de nascimento, mas brasileiro de alma e coração. Leverger, acabou exercendo por 5 vezes em um período de quase 7 anos, o cargo de Presidente da Província de Mato Grosso, demonstrando o prestígio imperial, angariado através de suas atividades administrativas e dos trabalhos escritos sobre a história e geografia de Mato Grosso, mas também pelos seus feitos militares na Guerra do Paraguai, recebeu do Imperador, Pedro II o título de “Barão de Melgaço”.

Augusto João Manuel Leverger faleceu em Cuiabá, no dia 14 de janeiro de 1880, consagrado como um grande administrador, um grande herói e um exemplo de cultura - *Foi um dos grandes homens da história de Mato Grosso.*

Derrota da Navegação Interior: da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capitania da Província de Mato Grosso...

O tema ora proposto constitui a primeira contribuição de *Augusto João Manuel Leverger* para o conhecimento da província de Mato Grosso, onde mais tarde adquiriu incontestável autoridade. Trata-se do Relatório de sua viagem, cuja partida se dá de Porto Feliz (São Paulo), com previsão de chegada até Cuiabá-MT.

Vale ressaltar que foi Leverger um dos últimos monçoeiros que fizeram a rota fluvial pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, São Lourenço e Cuiabá, sendo está a mesma rota das monções paulistas do século XVIII, vez que anos após, em 1850 foi registrada a saída de Porto Feliz da última monção cuiabana.

A ideia básica da viagem de Augusto Leverger se sucede por designação e ordem do governo para que se encarregasse

de uma Comissão de viagem na província de Mato Grosso, sendo toda a expedição realizada e composta de canoas e tripulações, de Porto Feliz para a cidade de Cuiabá, transportando *chapinha de cobre* para cunhagem em Cuiabá e outros objetos da Fazenda Pública.

Segundo Virgílio Corrêa Filho, em “*Esclarecimentos Necessários*” (2002, p. 13) Leverger,

[...] não titubeou em executar as ordens recebidas, por mais indesejável que lhe parecesse. Cumpria-lhe obedecer, e afogar no ermo dos sertões a alegria da sua mocidade exuberante de vida, que se expandia garbosamente no convívio dos maiores marujos nacionais e estrangeiros a serviço do Brasil [...].

Argumenta ainda o mesmo autor que Leverger “[...] não perderia ensejo de atuar como obreiro resoluto, ainda que lhe faltassem os recursos, valeu-se da peregrinação em que ia como passageiro para observar as peculiaridades da vida fluvial sulcada pelos bandeirantes [...]” (2002, p. 13).

Ao registrar essa experiência pelos trechos da viagem, Leverger lamenta aproveitar pouco da observação em um sertão tão vasto. Julga-se despreparado para a viagem: sem colaborador, sem cronômetro e outros instrumentos. Viajando como mero passageiro na expedição, via com pesar passar a oportunidade de registrar adequadamente suas observações. Para regular o grau de confiança que se poderia ter nesta derrota, indicou a marcha que seguiu⁴.

Leverger relata que o *agulhão*, pedras pontiagudas submersas no leito dos rios, auxiliava os navegadores na direção de cada volta de rio e estimava a distância já à vista, pelo tempo percorrido.

São numerosas as experiências vividas pelo Almirante, feitas tanto com a barco como medindo por terra na beira

4 Vale lembrar que Augusto Leverger, até então, desconhecia a navegação fluvial em condições tão precárias, vez que acostumado com viagens oceânicas, ou por rios caudalosos, onde se utilizavam navios de grande calado, a exemplo do rio da Prata e o Paraguai até Corumbá.

do rio o espaço percorrido pelas canoas. Em suas observações, deduzia a posição geográfica do pouso de cada noite e dos pontos marcados que se tinha passado durante o dia, retificando posições pela observação mediana do sol.

Leverger explana com satisfação um feito seu, ao conferir que os resultados da pesquisa sobre a determinação de longitude durante a sua permanência e antes, em Camapuã, diferiam muito pouco a de um Astrônomo, que usara de outros meios em 1790, após determinação da longitude do lugar. Revela que fora um grande número de observações encruzadas da distância da Lua ao Sol e das estrelas, tanto no Oriente como ao Ocidente daquele astro, realizada durante a sua permanência em Camapuã.

A composição da Derrota e os procedimentos práticos da viagem

Na sua descrição sobre a *Navegação Interior*, revela que a expedição compunha-se de seis canoas de carga e uma de montaria, sendo uma pequena canoa dirigida por dois homens que se ocupavam em caçar, pescar, reconhecer os lugares perigosos, aliviar o peso das canoas nas cachoeiras etc. Compunha ainda a expedição de um pequeno batelão, próprio para carregar as bagagens e alguns passageiros, como os índios Guaná, que regressava do Rio de Janeiro. Já a canoa onde viajava Leverger era de *um só pau*, ou seja, embarcação *monóxila*⁵, cujo casco era constituído de um só tronco de árvore escavado a fogo ou com ferramenta apropriada, utilizada por praticamente todos os povos primitivos.

A canoa de *um só pau*, utilizada por Leverger tinha mais de setenta palmos de comprimento, quatro ou cinco de largura interior e outro tanto de pontal; sendo bem carregada levava mais ou menos 100 cargas, ou 300 arrobas, e mergulhava 3 e meio a 4 palmos. Quanto aos remeiros, estes ocupavam a parte anterior da canoa e logo um grande caixão

5 Ver Ferreira (1999, p. 1362).

onde se guardava o toucinho, na popa está o lugar do piloto, e adiante uma barraca coberta com baeta (tecido); o meio da canoa era o porão ou lugar da carga; seu comprimento na sobredita canoa era de 40 palmos.

A descrição recheada de detalhes e informações elaboradas pelo *Almirante Leverger* em seu relatório, nós remete à viagem de *Antônio Rolim de Moura*, Governador da capitania de Mato Grosso, da cidade de São Paulo à Vila de Cuiabá, em 1751, a qual foi contada em carta e publicada em “*Relação de Chegada*”, em Lisboa, no ano de 1754, escrita pelo próprio Governador ao seu primo. Conta a admiração que lhe causaram tanta terra e tanta água “rios caudalosos, matos espessos e campos tão distantes, os animais, as plantas, os índios e os lugares” (BASTOS, 1954, p. 12).

Segundo a descrição de Rolim de Moura, a tripulação de sua comitiva fora distribuída em, aproximadamente, 23 canoas, embarcadas pelo governador, missionários, oficiais, companhia de tenentes, soldados, remeiros e pilotos, cuja carga foi composta de cunhetes, de bala e pederneira, de roupa precisa para o caminho, rede e mosquiteiro, grandes fardos de mantimentos, barris e frasqueiras, o feijão, farinha e toucinho. Argumenta, ainda, que a navegação pelos rios de São Paulo a Cuiabá, apresentava perigo com as cachoeiras e sumidouros que sorviam as canoas, ventanias que ocasionavam grandes ondas, troncos submersos, troncos caídos que atravessavam margem a margem etc. (DOURADO, 2012, p. 154).

Portanto, mediante as narrativas, tanto da viagem de *Rolim de Moura* como a do *Almirante Leverger*, percebem-se detalhes e similitudes vividas pelas duas comitivas, seja no uso das canoas, a composição das tripulações, os perigos pelos rios e cachoeiras, os tipos de mantimentos em reservas e os remeiros caçadores e pescadores, responsáveis em suprir as comitivas de novos alimentos no transcórre das viagens.

Já na descrição da *Derrota da Navegação Interior*, de Leverger, a tripulação compunha-se de um piloto, um proeiro, um contra piloto e cinco remeiros; os dois primeiros deviam ser homens destros e com mais ou menos experiência desta navegação; os outros, bastava que tivessem o costume e a prática de remar e saber manobrar de modo geral as canoas.

Em suas observações de forma simples, mas com grande propriedade, Leverger relata que na descida a canoa recebe seu impulso dos remos do proeiro, e dos remeiros, o piloto dirige e o contra piloto o ajuda quando é preciso. E, na subida, os remeiros se servem de pequenas varas em lugar dos remos, quando o fundo permite, e o proeiro com o contra piloto, empurram a canoa com grandes varas ferradas, que ficam no fundo e seguem com elas apoiadas nos peitos, desde o caixão de toucinho até a barraca, pela borda da canoa. Quanto à profundidade, não deixa fazer uso deste meio usam ganchos ou croques, com que vão puxando pelas árvores ou quaisquer objetos na beira do rio. Trata-se da mesma prática usada no pantanal mato-grossense, quando usam a expressão “zinga” que segundo Aurélio Buarque de Holanda (1999, p. 2106) *Vara comprida, usada na propulsão de embarcações em lugares de pouco fundo*.

Descreve o Almirante Leverger, ainda nessa parte do percurso, que, nas cachoeiras, só os remeiros levavam a carga às costas. Estes homens se alimentavam com farinha de milho e feijão temperado com uma pequena poção de toucinho; a caça e a pesca abundante em quase toda a navegação lhes supria uma comida um pouco mais agradável.

Dos registros de Leverger sobre o cotidiano da *Navegação Interior*, de Porto Feliz até Cuiabá, na segunda parte do século XIX, com relação à alimentação da tripulação, nos faz lembrar ainda a viagem e roteiro vivenciado pela comitiva de Rolim de Moura, ocorrida no século anterior, no XVIII, com forte semelhança, especialmente, no que diz respeito aos registros dos lugares e pontos da viagem e, ainda, sobre a alimentação disponível para os viajantes e tripulações, quando por essa época, de acordo com os estudos de Laura

de Melo e Souza (1997,p. 48), “[...] a alimentação dos viajantes assumia forma mais ordenadas, e os integrantes das monções dificilmente passariam fome, cozinhando, de noite, o que se comeria no dia seguinte [...]”. Revela também Laura de Melo e Souza com relação ao transporte dos alimentos que “[...] as canoas levavam, então, os mantimentos habituais: feijão, farinha, toucinho “e algumas galinha só para os doentes”, tendo-se que completar a dieta com a caça, a pesca e a coleta realizadas ao longo da vigem.

O *Almirante Leverger* não deixou de registrar com detalhes em seu relatório, os salários recebidos pela tripulação da sua expedição, sendo: 10 a 20 vinténs para os pilotos e proeiros; meia pataca para o contra piloto e 6 a 7 vinténs para os remeiros. Valores que recebiam para sujeitar-se às fadigas, perigo e mau passado de semelhante viagem.

Argumenta ainda o Almirante que o guia ou (prático-mor) era quem pilotava a canoa que ia adiante; as outras seguiam a fio numa ordem que se estabelecia no princípio da viagem e não variava. Portanto, era o *prático-mor* que ordena todos os trabalhos, determina as horas de saída, pouso e comida, indica as cargas que se devia tirar nas cocheiras, dirigia por si mesmo, nos lugares perigosos, as canoas maiores, e dava as convenientes direções para as outras. O seu emprego exigia uma especial aptidão e muita experiência, pois que além de serem numerosas as cachoeiras, era preciso para conhecer seus sinuosos canais e o ponto de água em que estavam, muita atenção e uma longa prática.

Avalia Leverger em seu relatório que, por melhor que fosse um guia, era raro passar por uma cachoeira difícil sem que encalhasse uma canoa, neste caso os únicos instrumentos que se serviam eram alavancas de ferro com que suspendiam a canoa no lugar em que ela tocava no fundo, e uma corda de 4 a 5 polegadas, ou às vezes uma pequena corrente de ferro, a que chamava *sirga*⁶, com que

6 “Ato ou efeito de sirgar; sirgagem. 2. Corda com que se puxa uma embarcação ao longo da margem”. (FERREIRA, 1999, p. 1864).

eles puxavam as canoas na subida de alguma cachoeira; usando também, uma talha, alguns *moitões* (peça metálica) e facheira de palha, própria para iluminar, podendo ser de grande proveito, mas ou eles não tinham ideia disso, ou antes queriam se sujeitar.

Leverger relata com detalhes a rotina da expedição, geralmente a saída do pouso era ao romper do dia, e quando não havia cachoeiras, às vezes às 2 horas e antes; pelas 8 horas imbicam para almoçar, o que levava meia hora, e uma hora para jantar; na subida descansavam também um pouco à tarde; enfim, ao pôr do sol fazia o pouso, quase todos dormiam fora das canoas.

Mapas e observações descritas na Derrota da Navegação Interior

Face às anotações e transcrições de todos os trechos percorridos na viagem, especialmente os lugares e rios que compunham essa trajetória, estes são transformados em quadros ou mapas, como são designados pelo Almirante no presente relatório. Nos mapas são registradas as datas diárias, o nome dos lugares, as latitudes, longitudes e as distâncias percorridas, resultando numa inusitada numeração/dados, os quais servirão de base para as explicações à parte e são apresentados no relatório nessa ordem:

- A 1^a coluna indica o mês e dia da viagem;
- A 2^a, o nome do lugar, e a letra que a acompanha refere-se às observações que seguem o Mapa;
- A 3^a e a 4^a dão as latitudes austrais e as longitudinais ocidentais contadas do meridiano de Paris, em graus. Minutos e segundos;
- A 5^a dá a distância de cada lugar ao que precede imediatamente em milhas (60 no grau) e décimos de milhas, esta distância, é com atenção às voltas do rio, não dá a distância em linha reta, pois que facilmente se deduzirão das latitudes e longitudes.

Vale registrar que, além da apresentação dos mapas, conforme especificado, o Almirante Leverger disponibiliza no seu relatório, ainda, outros dados, ou seja, observações pontuais descritas daquilo que achou oportuno registrar e disponibilizar. Nessa perspectiva, faremos breves apontamentos sobre algumas observações feitas por ele, especialmente, a respeito dos rios, os lugares e a presença de pessoas, como: o *Rio Tietê*; *Rio Paraná*; *Rio Pardo*; *Varadouro do Camapuã*; *Fazenda Camapuã*; *Rio Camapuã* e o *Rio Coxim*.

Rio Tietê - com relação à memória do Rio Tietê, na percepção, olhar de Augusto Leverger se direcionou desde a saída de Porto Feliz, especialmente para os elementos da natureza expostos pelas margens do rio. Revela que o referido rio tem as margens com superfície um pouco acidentada, montuosas e de cobertura por matos espessos. Destaca também, a presença de alguns espaços de campo, ilhas de pequena extensão, casa de moradias de forma esparsa, contendo ainda nos lugares, a presença de engenhos e roças dos habitantes, os moradores da região.

Ressalta também Leverger que, com a aproximação do *Rio Tietê* ao *Rio Paraná*, as margens vão se aplainando, surgem lagoas, brejos mais ou menos extensos, cuja largura varia de 30 a 70 braços e com grande presença de cachoeiras. Trata-se de rio abundante de caça e pesca, podendo ser encontradas antas, veados, porcos do mato, muitos pássaros, como papagaios, jacus, araras etc., no universo dos peixes, pacus, dourados e outras espécies de peixes pequenos. Revela o autor que o melhor período para viajar pelo rio era de março a julho, pois o volume baixo de água nas cachoeiras dificultavam a viagem e já no tempo das águas, além das inconveniências das quase contínuas chuvas, as ondas nas cachoeiras ficavam mais agitadas e obrigavam muita cautela por parte dos canoieiros, além das neblinas que não permitiam avistar os objetos, ocasionando a permanência no pouso por mais tempo. Ao passar por *Jurumirim*, ser muito estreito este rio, e no espaço de 300 a 400 braços, corria a embarcação com muita velocidade

por entre números penedos (penhascos) e ainda, o fluxo de canoas ser grande. Ele destacou em seus apontamentos as diversas cachoeiras e pequenos rios pelos caminhos do rio Tietê, como as de Avaré; Itanhaém; Itagassava-açu; Itagassava-mirim; Pirapora-Açu, entre outras; o rio Capivari-mirim, o Sorocaba, Piracicaba. Observou que todos estes ribeirões eram pequenos, cuja deságua ao Rio Tietê acontece, por alguns, pela margem esquerda. Destaca nesse trecho a presença de casas coberta de telhas, engenhos e a presença de índios Xavante.

Rio Paraná - também chamado *Rio Grande* - segundo as observações de Augusto Leverger apresentam-se geralmente com 100 a 200 braças de largura, vez que em algumas partes o rio se alarga até 500 e mesmo 1.000 braças (antiga medida de comprimento). Segundo as observações, trata-se de um rio largo, com poucas inflexões consideráveis, com ondas criadas pelo vento da parte sul, o que dificultam a navegação das canoas, muitas vezes eram surpreendidos com a presença de tufão (ventos), o que obrigava aos pilotos canoeiros se abrigar em algumas enseadas ou a beira de algum rio.

Destaca também Leverger que o *Rio Paraná* era rico em peixes de muitas espécies, e em suas margens a presença de caça como veado do mato, anta e muitas aves. Anunciou que defronte da Foz do Tietê e meia légua da beira direita do Paraná, se encontrava a aldeia de índios Caiapó, lugar donde as canoas paravam para compras e trocas, como a aquisição de ceras de abelha, além da troca de fumo, sal e anzóis. Relata que estes índios auxiliam as expedições por ocasião da varação, transporte das embarcações, canoas por terra, nos trechos encachoeirados dos rios. Conta também que o Rio Paraná recebia água de muitos afluentes, como o rio Sucuri-Hy ou Sucuri; Aguapeí e o rio Verde; havendo a presença de um número grande ilhas, como a Ilha Comprida.

Rio Pardo – se apresentava com algumas diferenciações dos demais rios já mencionados, conforme narrativa de Augusto Leverger, visto que suas margens eram pouco elevadas e cobertas de um cerrado de árvores pequenas, tão somente na beira do rio, porém, nas demais partes apresentavam paisagens com campos e partes alagadiças. O rio mantinha um curso muito tortuoso, com profundidade considerável, e a corrente tinha uma a duas milhas de velocidade por hora; a largura variava de 50 a 25 braças. Tratava-se de um rio que oferecia pouca opção de peixes, contudo, já nas campinas havia uma grande fartura em veados brancos. Dentre os inconvenientes, destaca as paradas, quando havia a presença de cobras da espécie jararaca. A navegação pelo rio era longa, se gastava um mês e meio, até dois, mas se descia comumente em quinze dias e menos.

Conforme descrição, os afluentes como o rio Anhandui-Guaçu, com 30 braças de largura, ficavam na margem direita do Rio Pardo e que o Anhandui, outrora, fora frequentado pelos viandantes ou transeuntes que iam para Cuiabá, que atravessando por terra às Campinas da Vacaria, desciam o rio Emboteteú ou Aranhai, que desaguava no Paraguai, alguma léguas abaixo da foz do Taquari. Destacou, nessa linha, o ribeirão da Orelha de Anta, que desaguava na margem oriental do Rio Pardo; uma cadeia de cachoeiras, conseqüentemente mais obstáculos para navegação pelo Pardo. Ali, as canoas eram puxadas à corda, ou sirgadas (rebocadas) para passar essa reversa. No passado, muitos deixavam suas canoas e varavam por terra até Coxim, onde buscavam por outras canoas e seguiam até Cuiabá.

Destaca também no relatório a presença de várias cachoeiras no trajeto do Rio Pardo, com destaque para a cachoeira ou *Salto do Cajuru-Guaçu*, uma das mais consideráveis de tal rio. Ela formada por uma corda de rochedos que atravessava o rio e sob o qual a água corria com inclinação mais ou menos rápida e em partes caía verticalmente. Vale ressaltar ainda, o *Salto do Curau* era a maior catadupa (queda-d'água de altura considerável) do *Rio Pardo*.

Varadouro de Camapuã - nas observações da Derrota da Navegação Interior, descritas por Leverger, tratava-se do local onde canoas era descarregada pelos viajantes, Porto de Sanguessuga, onde eram carregadas nas costas e as canoas em carro de boi até Camapuã, geralmente à noite, para evitar o calor. Para a historiografia, *Varadouro de Camapuã*, foi um grande ponto de apoio, lugar de contato e travessia entre as bacias do Paraná e Paraguai, rota fluvial compreendida entre as cidades de Porto Feliz (São Paulo) e Cuiabá (Mato Grosso), quando nesse local varavam por terra treze quilômetros para completar as viagens, ou seja, sendo, além disso, um entreposto de passagem, local de abastecimento aos monçoeiros, com a produção de gêneros agrícolas e alguns animais para abate e transportes de canoas. Um lugar resultante da rota das monções, fase importante da entrada brasileira no território americano, entre os séculos XVIII e XIX.

Fazenda Camapuã - de acordo com a descrição de Augusto Leverger, consta também, no relatório sobre a Derrota da Navegação Interior, a Fazenda Camapuã, quando esclarece que ela estava situada na margem setentrional ou direita do pequeno rio Camapuã-Mirim. Um estabelecimento considerável e vantajoso, seus moradores e escravos trabalhavam nas roças, sendo a principal cultura a do milho, além do arroz, feijão e outros mantimentos de interesse das expedições que por ali passavam; os moradores cultivavam também a cana e no engenho de mau estado, fazendo rapadura e péssima cachaça. Ela foi fundada pelos irmãos Leme da Silva, no período em que o Brasil era Colônia de Portugal, na América, servindo por mais de um século como lugar de abastecimento aos viajantes.

Rio Camapuã-Mirim - mesmo tendo como afluente o Camapuã-Guaçu, era de difícil navegação, seu leito encontra com banco de areia e árvores caídas, as que impedia, de certa forma, às canoas com pouca carga navegarem. De acordo com os registros no Mapa, a viagem através do seu curso demorava até 8 dias para se fazer 29 milhas, a

largura do Camapuã variava de 4 a 8 braças e a corrente era de 0,8 a 1 milha por hora.

Por fim, considerando a proposta estabelecida pelo autor, Augusto Leverger, no relatório da *Derrota da Navegação Interior, da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso*, apesar de sua viagem terminar em Cuiabá, não consta do relatório observações sobre a sua chegada à Capital da província de Mato Grosso. No entanto, nas palavras do autor há uma explicação: “[...] além de Camapuã não pude observar o sol no meridiano porque este astro estava para cá do equinócio [...] por este motivo terminou a Derrota na foz do Taquari no rio Paraguai [...]” (2002, p. 8). Desse modo, mesmo se comprometendo, Leverger não conseguiu efetuar a complementação do relatório sobre Derrota da Navegação Interior.

Referências

- BASTO, Artur de Magalhães. *D. Antonio Rolim de Moura. Governador da Capitania de Mato Grosso* (Três Documentos). Coimbra: Editora Limitada, 1954.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Esclarecimentos Necessários. Derrota da Navegação Interior: da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capitania da Província de Mato Grosso*. Esclarecimentos P.11-19. Cuiabá: IHGMT, 2002. Publicações Avulsas, n. 62.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Os herdeiros de Leverger*. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 3 n. 6 p. 37-56, jul./dez. 2011.
- COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. *Derrota da navegação interior: da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capitania da Província de Mato Grosso*. Apresentação. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, n. 62. P. 7-9, 2002.
- DOURADO, Nileide Souza. Discurso de Posse no IHGMT: 23/09/2011. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. n. 71, p. 172-178, Cuiabá, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1910-1989. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* - 3.ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

IHGMT. *Derrota da Navegação Interior: da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capitania da Província de Mato Grosso. Apresentação.* p. 7-9. Cuiabá: IHGMT, 2002. (Publicações Avulsas, n. 62).

LEVERGER, Augusto. *Derrota da Navegação Interior.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. V.247, 1960, p.363/91.

_____. Augusto. *Derrota da Navegação Interior: da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capitania da Província de Mato Grosso.* Cuiabá: IHGMT, 2002. Publicações Avulsas, n. 62.

MÜLLER, Maria Arruda de. Barão de Melgaço. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.* v. 60, Cuiabá, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: Novaes, Fernando & Souza, Laura de Mello e (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Navegando por Mato Grosso dos séculos XVIII e XIX, na segunda década do século XXI, com Barão de Melgaço de guia

Sailing in Mato Grosso from the 18th and 19th centuries, in the second decade of the 21st century, with Barão de Melgaço from guide

Fernando Tadeu de Miranda Borges

Em 17 de maio de 1905, Estevão de Mendonça (historiador, sócio fundador do IHGMT e da AML) e Antônio Fernandes de Souza (sócio fundador do IHGMT, autor do livro “*Antônio Paes de Barros (Totó Paes) e a Política de Mato Grosso*”, trabalho que considero importante para pesquisadores em História das Empresas, publicado em São Paulo, em 1958, pela Gráfica Cinelândia Ltda.), registraram, em ofício, enviado ao presidente da província de Mato Grosso, Antônio Paes de Barros, a satisfação de coordenarem e dirigirem as publicações dos levantamentos produzidos por Augusto Leverger, Barão de Melgaço.

No dia 23 de novembro de 1830, Leverger desembarcou em Cuiabá, fixou residência e dedicou-se a levantar a geografia econômica de Mato Grosso, e o resultado desse trabalho auxiliou, em 1868, na produção da carta da província. Interessante registrar que, 1830, marca, em Mato Grosso, o começo de uma década agitada por conta das dificuldades econômicas e do movimento nativista de 1834, que ficou conhecido pelo nome de Rusga, e também pelo fato de que, em 1835, a capital de Mato Grosso foi transferida oficialmente de Vila Bela para Cuiabá. E, neste ponto, a ressalva de que, Augusto Leverger, depois de ocupar o cargo de presidente da província, acumular conhecimento e experiência sobre a região, ter lutado na Guerra do Paraguai

e estabelecido planos estratégicos para a defesa de Cuiabá, creditou seus feitos ao seguinte, “*O único préstimo que tive foi de servir com lealdade, zelo e dedicação no trabalho*”, conforme Virgílio Corrêa Filho registrou no livro, “*O Bretão Cuiabanizado*”, publicado pela Resenha Tributária de São Paulo, em 1979, p. 93.

O prazer em navegar pela capitania e pela província de Mato Grosso dos séculos XVIII e XIX, nesta segunda década do século XXI, tendo o Barão de Melgaço, de guia, deve-se ao convite dos membros do Conselho Editorial da Revista 82 do IHGMT, para que eu comentasse o trabalho “*Vias de Comunicações de Mato Grosso*”, de Augusto Leverger, isso, acredito, porque estudei Mato Grosso no período de 1870 a 1930, e a construção de uma ferrovia para Cuiabá, aguardada desde 1852. É válido ressaltar que, ainda em 2020, Mato Grosso não conseguiu superar o gargalo das vias de comunicações, e por isso da “distância” ter sido confundida com “isolamento”, e de trazer-lhe problemas sérios e de várias ordens, como a questão dos elevados custos dos produtos, com reflexos no crescimento econômico e desenvolvimento social, além de outras questões estruturais herdadas do período colonial.

Sobre as *Vias de Comunicação* de Leverger, o destaque ficou por conta do levantamento dos principais rios e afluentes, aliás, descritos com tamanha precisão que, o leitor, ao percorrer os enunciados, acaba se transportando para os lugares narrados, visita a natureza, mapeia situações, revisita momentos históricos marcantes, e fica informado de que havia a possibilidade da deflagração de uma Guerra com o Paraguai. Sobre a temperatura, segundo Barão de Melgaço, “*Nesta Província, como nas limitrophes da mesma zona, divide-se o anno em duas estações: a das agoas e a das seccas.*”

É interessante observar que o Barão de Melgaço, ao narrar a fundação da capitania de Mato Grosso e da cidade de Vila Bela, próxima ao rio Guaporé, para ser a capital de Mato Grosso, não se olvidou do “território das minas

de Cuyabá e Mato Grosso”, embutindo nas entrelinhas de que, embora inicialmente separados, faziam, Cuiabá e Mato Grosso, parte de um todo muito maior do que se poderia imaginar e tão pouco desprezível. Na contextualização, encontrava-se a preocupação com a preservação do espaço diante da cobiça dos espanhóis e das próprias questões internas de limites. E, para poder assegurar a posse das terras pelos portugueses, foram fundadas fortificações, povoações, razão da sobrevivência de Cuiabá. E creio que aqui reside a verdadeira força de Cuiabá, que, para conseguir isso, contou desde o começo com a proteção de Vila Bela, uma vez que, se viesse a ser atacada, tanto Cuiabá quanto o restante do Brasil teriam tempo de se organizar para reconquistar o território. Os portugueses eram hábeis em geopolítica, ambicionavam sempre a conquista de novas terras, e o mais interessante disso tudo, é que saíram de um país de dimensões pequenas no continente Europeu.

No mapeamento de rios e localidades, Leverger descreve a busca por assegurar o relacionamento de Mato Grosso com o Pará, através da Companhia de Comércio do Grão-Pará, registrando a presença de engenheiros e astrônomos na reconfiguração dos limites, conferindo, o levantamento, poder aos governos, local e central, que instiga a imaginação.

E, neste ponto, um parêntese: para navegar por esses rios foram utilizadas canoas pequenas, e as descobertas das áreas só se tornaram possíveis devido ao conhecimento e apoio de uma parte dos índios, os verdadeiros donos das terras. Foi lembrado por Leverger que, por conta das distâncias e das dificuldades, o preço dos produtos ao serem negociados teriam de levar em conta esse fato, e neste aspecto, em minha opinião, um desafio para o estudo da economia.

Com as descobertas, o Barão de Melgaço ajudou a fortalecer o espírito de união da população mato-grossense em defesa do território: razão maior do acúmulo de conhecimento da humanidade e, em Mato Grosso, quando cada

rio, cada afluente ia sendo mapeado, mais poder e domínio sobre o território foram sendo adquiridos. E diante dessas investidas, uma constatação: os caminhos das águas, na história, são os maiores responsáveis pelo florescimento das cidades, das regiões, do comércio, da agricultura e da industrialização.

Augusto Leverger empregou a noção de decadência para referir-se às dificuldades enfrentadas por Vila Bela, que depois de certo tempo perdeu um número expressivo de sua população, por conta da redução das atividades e do término do comércio com o Pará. E nesse aspecto a reflexão de que não deve ter sido fácil, em 1752, fundar Vila Bela, uma vez que as dificuldades para a criação da cidade devem ter exigido sacrifícios inimagináveis, e que, talvez por conta disso, o seu enfraquecimento significasse certa indignação, por não terem conseguido avançar com os projetos, sendo o recuo e a falta de perspectivas de futuro, atribuídos, ao que denominaram de decadência, ainda que não tivessem alcançado, em minha ideia, auge algum, pois estavam apenas no começo de um projeto com prazo de duração a perder de vista.

As *Vias de Comunicação* para Mato Grosso referiam-se à navegação, e sempre chamou muita atenção nos relatórios de presidentes de província esse tema, pelo fato de ser uma reivindicação recorrente na região. No século XIX, Cuiabá enfrentou muitas dificuldades por conta da diminuição da exploração do ouro, da busca de alternativas de produção, da Guerra do Paraguai e da baixa arrecadação da receita, principalmente no período de 1870 a 1890, amenizada com o apoio do governo central, através de uma conta denominada “Movimento de Fundos”.

Nos escritos de Leverger sobre as *Vias de Comunicação de Mato Grosso*, o sentido de vida está mais forte do que qualquer outra coisa, os rios dão esperança em algo que estaria para acontecer a partir da sua utilização como meio de transporte de pessoas e produtos, estabelecimento de

idades, formação de riquezas, aproximação de lugares e domínio do território.

Rios Tapajós, Arinos, Juruena, Paranatinga, Paraguai, Sepotuba e Sumidouro são alguns dos muitos que integram o corpo cartográfico da região, descrito por Barão de Melgaço, e a saída de Mato Grosso através de Santarém, por Belém, mostra que a estratégia vem de muitos anos, e neste ponto uma nota: a concentração da economia brasileira no Sudeste retirou do primeiro plano as tentativas de comunicação de Mato Grosso com o próprio Mato Grosso, com o norte do país e com os países fronteiriços. A chegada da estrada de ferro, prevista para Cuiabá, e que tem o seu traçado, em 1907, alterado para Corumbá, e que foi inaugurada em 1914, retirou não somente a força da navegação, que vinha sendo feita pelo rio Paraguai desde 1870, como enfraqueceu por um tempo o projeto de integração com o Pará e os países vizinhos, para concentrar-se na reaproximação com São Paulo, lembrando que Cuiabá pertenceu à capitania de São Paulo de 1719 a 1748, quando, então, foi fundada a capitania de Mato Grosso.

Uma preocupação demonstrada por Augusto Leverger nesse apontamento era que a navegação pelo rio Paraguai não poderia ser interrompida, porque se isso acontecesse a comercialização do guaraná com os índios Maués iria ser prejudicada, e o seu uso em Mato Grosso, segundo mostrado, começava a tornar-se hábito, ao ponto de ser considerado nos escritos como produto de “primeira necessidade” e, que hoje, parece ter perdido este lugar e se tornado produto de consumo de um grupo pequeno da população cuiabana e mato-grossense.

Sobre Langsdorff, viajante pesquisador do governo russo em Mato Grosso, que passou por Cuiabá, foi noticiado, pelo Barão de Melgaço, que nada fora publicado até aquele momento dos resultados do levantamento realizado. Oportuno ressaltar que, quando coordenei a Editora Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso, foi lançado o livro,

Percorrendo Manuscritos Entre Langsdorff e D’Alincourt, de Maria de Fátima Costa, em 1993, comprovando a pesquisa realizada a importância do investimento dos governos, e o recado implícito ao Brasil de que esse é um dos caminhos para conseguir tornar-se desenvolvido.

O interesse da Vila de Diamantino em estreitar suas intenções de comercialização com o Pará, conforme descrito por Leverger, denota que Mato Grosso tinha interesse em fortalecer a conexão com a região Norte, na busca de saída para a venda de seus produtos por conta de Vila Bela, nos setecentos, e, posteriormente, pelo extrativismo que fortaleceu na economia mato-grossense, conforme estudo que realizei, “*Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso(1870-1930)*”, e que foi reeditado pela Scortecci, em 2010.

A partir dos levantamentos de Barão de Melgaço, as distâncias foram sendo conhecidas e o mapa geográfico-econômico de Mato Grosso construído. A descrição do rio Tietê remete ao começo da história escrita que temos de Cuiabá, com a chegada de novos personagens, de seu encontro com os habitantes do lugar, os índios, e desse contato o surgimento de um arraial (1719), que foi elevado à condição de vila (1727), e depois à cidade (1818) e que, em 2019, completou 300 anos. As monções de São Paulo a Cuiabá foram a solução encontrada para que os primeiros chegantes se protegessem de algum incidente pelo caminho, trabalhado no livro “*Monções*”, de Sérgio Buarque de Holanda, que foi publicado, em São Paulo, pela Brasiliense, em 2000.

Sobre a navegação pelo Xingú, o Barão de Melgaço observa que nada se sabia, mas o interesse pela geografia da região estava presente em seus propósitos. Nesta parte, a relação de Mato Grosso com Goiás e a defesa do território ficam bem demonstradas. E, nesse conjunto de informações, a certidão de nascimento do rio Manso ou das Mortes, em 1803. O sentimento despertado na leitura desta parte é de que o desafio, o desejo de descobrir e a coragem foram

os impulsionadores dessas movimentações, e que mesmo Barão de Melgaço sendo de origem francesa, o sentido de pertencimento, que parece ter assumido com Cuiabá e Mato Grosso, trouxe para o levantamento o espírito de alguém integrado com as causas e os ideais da população, sendo por isso chamado pelo historiador Virgílio Corrêa Filho de “*Bretão Cuiabanizado*”, conforme referenciado anteriormente.

O traslado de Porto Feliz a Cuiabá foi descrito por Barão de Melgaço, assim como os rios Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e seus tributários, além da conjugação do rio Cuiabá com o da Prata, e presente também no relato o desabafo de que a política “*estorvou por muitos annos e pode estorvar, o livre gozo desse beneficio que a natureza outorgou a esta parte central da América do Sul.*” A fundação de Albuquerque (Corumbá), em 1778, foi abordada pelo Barão de Melgaço como algo solene e de importância estratégica, além de ressaltar que naquele mesmo ano foi fundada Vila Maria (Cáceres). E na primeira metade do século XIX são elencadas as rusgas entre Paraguai e Brasil, com o ataque ao Forte de Coimbra, pelos paraguaios, em 1801, a proibição do Cônsul Geral do Brasil de entrar no Paraguai através dessa rota, em 1842, e, em 1850, o incidente no Fecho dos Morros, entre paraguaios e brasileiros.

Nota-se no estudo das *Vias de Comunicação de Mato Grosso* a preocupação com projetos que pudessem levar ao aproveitamento dos rios e de seus afluentes, com uma navegação menos dispendiosa. Em movimento: a ocupação e defesa do território, articuladas a algumas das vozes de suas almas. Houve sangramentos pelos caminhos, mas a conjugação com os rios deu a força necessária para que, em caso de algum problema bélico futuro, Mato Grosso estivesse estrategicamente preparado com os conhecimentos da geografia econômica, aliás, uma disciplina que já fez parte do currículo do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Mato Grosso, mas que deixou de ser ministrada e que considero de grande importância. História, Geografia e Economia são inseparáveis.

E, por último, a constatação de que a viagem, em Mato Grosso, pelos séculos XVIII e XIX, com Leverger de guia, abriu perspectivas de novos estudos sobre a região, pelo fato de que por detrás desses relatos existem recados de um pesquisador que soube viver de forma intensa a vida consentida e geograficamente inventada, e a Casa de Barão de Melgaço foi realmente visitada por mim pela primeira vez. Iniciei minha visita pela varanda, fiquei curioso em conhecer os seus outros aposentos, contudo, o importante é que o passo inicial foi dado, e a história e a geografia de Mato Grosso, a partir destes comentários, serão diferentes, passando a vibrar de forma distinta na representação mental da região. Na presença de hoje do ontem e de hoje do amanhã, a imaginação foi provocada, sendo preciso dizer com todas as letras que a varanda da Casa de Barão de Melgaço esteve sempre aberta, mas somente agora foi que desembarquei do trem para navegar pelos rios de Mato Grosso, e valeu a pena ter feito essa viagem nesta segunda década do século XXI, pois, como diz François Hartog, no livro *“Crer em História”*, publicado pela Autêntica, de Belo Horizonte, 2017, p. 231, “Se existe uma vida para a história depois do conceito moderno de história, ela passa ao mesmo tempo pela capacidade de nossas sociedades de articular de novo as categorias do passado, do presente e do futuro, sem que venha a se instaurar o monopólio ou a tirania de nenhuma delas, e pela vontade de conhecer nosso presente.”

Informação prestada pelo presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Ministro da Marinha, em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval

Information provided by the president of the Province of Mato Grosso, Augusto Leverger, to the Minister of the Marine, in 1851, about the wooden buildings of shipbuilding

Francisco Ildefonso da Silva Campos¹

Introdução

O estado de Mato Grosso possui ainda grandes áreas de florestas nativas concentradas na sua região Norte, constituindo áreas de Floresta Amazônica. Nestas áreas existem espécies nobres usadas na indústria madeireira em geral. Não houve por parte dos antepassados uma preocupação quanto à destruição dos recursos florestais e, na medida em que as culturas agrícolas, ferrovias e rodovias penetravam pelo interior do País, desencadeando um crescimento desenfreado, responsável pela derrubada de nossas matas.

A exploração madeireira iniciou logo após o descobrimento do Brasil, no século XVI, pelos portugueses. Naquela época, teve início a atividade extrativista do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), quando os portugueses passaram a ser responsáveis pela sua exploração, preservando o monopólio lusitano, resguardando o produto às outras nações

¹ Graduado em Agronomia, pela Universidade Federal de Lavras-MG, cursada entre os anos de 1977 e 1982. Mestre em Agricultura Tropical, pela UFMT, defendendo, a dissertação Efeito de Diferentes Doses de Fosfato de Araxá sobre o rendimento de sementes de *Paspalum Atratum Swallen*, em solo de Cerrado do Mato Grosso. Servidor aposentado da EMPAER-MT. Autor de artigos e livros.

européias, mantendo a exclusividade de sua exportação. A madeira avermelhada servia para fazer a tinta usada na coloração dos tecidos e para fabricação de móveis e navios.

Em Deuteronômio, proibia-se o corte de árvores frutíferas, punindo os infratores com a pena de açoite. A preocupação com as florestas brasileiras, na época do Brasil Colônia, era que elas se mantivessem enquanto estoque de madeira para diversas finalidades, como a construção urbana e rural e a retirada de lenha usada em fogões e como fonte de energia, pois as máquinas a vapor (gás ou petróleo) só começaram a ser utilizadas no século XX. No período colonial, as maiores ameaças à manutenção das florestas eram as lavouras de cana-de-açúcar, no litoral do Nordeste, em um primeiro momento, e, mais tarde a lavoura do café, que se estabeleceu na Mata Atlântica. Em todos estes cenários agrícolas ocorreu a destruição da floresta pelas ações humanas. Gilberto Freyre (2004, p. 87), com sua conhecida clarividência, foi um dos precursores a relatar:

O que Portugal retirou de madeira do Nordeste do Brasil - madeira gorda e de lei, que a outra lhe dava até repugnância - para levantar ou reparar seus conventos, suas igrejas, seus palácios, toda a sua arquitetura voluptuosa, para construir seus barcos e seus navios, forma um capítulo da história da exploração econômica do Brasil pela Metrôpole [...] que um dia precisa ser escrito com vagar e minúcia.

No período colonial, o Brasil continuou tendo grande importância para os colonizadores portugueses, em uma fase de expansão da navegação e intensa atividade de construção naval, as quais demandavam elevada quantidade de madeira de boa qualidade e resistência. Assim, as florestas brasileiras revestiam-se de importância estratégica face à escassez desse recurso em Portugal. Em 1851, época do Império, o Almirante Augusto Leverger, então Presidente da Província de Mato Grosso, respondendo a uma comunicação da marinha sobre a existência dessas madeiras de lei na região mato-grossense, usada na construção naval,

já mostrava preocupação sobre a retirada das específicas e sua legislação florestal.

A extração de espécies de madeiras nobres utilizadas na construção naval foi inicialmente facilitada pela localização das florestas junto ao litoral e conseguido graças ao escambo com os indígenas, que cortavam e transportavam as toras em troca de mercadorias europeias, como (facões, machados, espelhos, panos). No comunicado do Almirante Augusto Leverger ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Naval, Manoel Vieira Tosta, podemos verificar que as espécies nobres usadas para construção naval já estavam escassas no litoral, a ponto de solicitar da Província mato-grossense, situada distante, o envio dessas madeiras. O Almirante Augusto Leverger, grande conhecedor do território de Mato Grosso, descreve a situação das localidades onde existiam essas madeiras de lei e que poderiam ser retirada, embora nessa informação não descrevesse quais as espécie melhor empregadas para essa finalidade. No seu argumento ele fala do estado de decadência da região do Guaporé, da falta de gente para a derrubada, do clima insalubre, da distância da capital e do transporte das mesmas. Quanto àquelas existentes na região dos rios Paraguai e Jauru encontrava-se muito dispersas, segundo Leverger, e não agrupadas, o que facilitaria seu corte e transporte, colocando ainda que na região de Vila Maria (Cáceres) poderia a mesma ser estocada. No Rio São Lourenço ao sul da capital, Cuiabá, estas madeiras estavam em terras de terceiros, em assentamentos rurais, o que demandava permissão do dono e pagamento para o seu corte e transporte. Por outro lado também notamos preocupação do Almirante com o corte dessas madeiras nobres, quanto menciona a legislação florestal específica para as florestas brasileiras. Embora elas não incluíssem a indústria naval durante o período colonial, eram, de um modo geral, seguidas através das leis portuguesas e espanholas, e no território brasileiro, como as Ordenações Afonsinas que proibia o corte de árvores frutíferas, pois este corte significava uma

injúria ao rei D. Afonso V, tamanha era a preocupação com a preservação da madeira.

A Coroa luso-espanhola, preocupada com os prejuízos da exploração do pau-brasil, elaborou um regimento no ano de 1605. O Regimento funcionava da seguinte maneira: o Provedor-Mor de cada Capitania concedia uma autorização que deveria ser registrada em livro, com os nomes dos autorizados e o respectivo volume que poderia explorar na mata existente. Se o explorador excedesse este volume seria punido com multa e confisco proporcional ao excesso da madeira, podendo perder a propriedade e até mesmo a vida. A partir desse momento, a preocupação com o desmatamento foi uma constante, perdurando até os dias atuais. O modelo brasileiro de ocupação territorial foi marcado pela exploração florestal excessiva, concentrando-se apenas em uma única espécie (pau-brasil). Por isso o desmatamento da região da Mata Atlântica.

Em 1821, foi promulgada a legislação que previa a manutenção de reservas florestais em 1/6 das áreas vendidas ou doadas. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1811, considerado o embrião da administração florestal no País e o primeiro passo para a regulamentação de áreas protegidas. A extração seletiva de madeiras tropicais foi responsável por vários impactos ambientais, aumentando a degradação e fragmentação florestal, a susceptibilidade da floresta ao fogo e reduzindo a biodiversidade. Esses impactos podem ser ainda maiores quando a extração de madeiras é feita de forma ilegal e sem planejamento técnico adequado. Em Mato Grosso a floresta que deu o nome ao estado, está sendo exterminada pelos madeireiros e pecuaristas. As causas são o desrespeito às Leis de proteção à planta, ao desmatamento, à falta de fiscalização nas derrubadas e a substituição da cobertura vegetal por lavouras e pastagens.

Em Araputanga (MT), as toras de madeiras eram comercializadas e caracterizadas com maiores diâmetros e volume que o permitido. As principais espécies existentes nessa época foram mogno, peroba, cedro, ipê roxo, ipê amarelo,

garapa e branquilha.. A madeira bruta, principalmente a de mogno, era cortada e transportada para o Espírito Santo. Na década de 1960, foi instalada a primeira serraria administrada por alemães, em Cáceres/MT. Nesse caso, a madeira era exportada para a Alemanha e para os Estados Unidos. No estado de Mato Grosso, nos dias atuais, apenas a região Noroeste e Norte ainda são encontradas madeiras de lei usadas na construção naval, em especial o mogno (*Swietenia macrophylla*), orelha-de-negro (*Enterobolium SP*), Piúva (*Tabebuia sp*) e aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), as quais são exportadas para diversos países e também empregadas para outros fins.

Considerações

Nas localidades geográficas de Mato Grosso apontadas pelo Almirante Augusto Leverger na época do Brasil Império, a exemplo da beira das matas ciliares dos Rios Jauru, Paraguai e São Lourenço, onde existiam as madeiras usadas na indústria da construção naval, ele acrescentou também matas com floresta densa, o que determinou a nomeação de Mato Grosso. Hoje, passados cento e setenta anos, devido à ação antrópica para a derrubada da floresta e de matas ciliares, essas madeiras de lei quase chegaram a desaparecer. A lei ambiental que o Almirante se preocupava deu espaço para a ganância da agricultura no planalto, onde o fator econômico não respeita lei e muito menos a fiscalização de nossas matas.

Referências

- CALDEIRA, S. F. *Diagnóstico e avaliação do setor florestal brasileiro – Mato Grosso – reflorestamento e plantios florestais*. Internacional Tropical Timber Organization – ITTO, Projeto ITTO nº 167/91 (M), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Fundação Pró-Natureza – FUNATURA. Cuiabá, 1994. 30p.
- CORRÊA FILHO, V. *Leverger O Bretão Cuiabanizado*. Cuiabá:1979. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979.

FREYRE, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004. 255 p.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Coordenação de Monitoramento e Controle Florestal - COMON*. Disponível em: <http://www2.ibama.gov.br/desmatamento/home_conceitos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2005.

LEVERGER, A. Informação prestada pelo presidente da Província de Matto-Grosso, Augusto Leverger, ao ministro da marinha em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval. *Revista O Archivo*, 1851.

RONDON, E, V. Sino: o Maior Parque Madeireiro do Estado de Mato Grosso, In: *Anais... V Congresso e Exposição Internacional Sobre Floresta – FOREST'99*.

SHIMIZU, J. *Diagnóstico das plantações florestais em Mato Grosso: 2007*/ Jarbas Yukio Shimizu, Haroldo Klei, José Roberto Victor de Oliveira. – Cuiabá, MT: Central de Texto, 2007.

TEXTO RARO E PRECIOSO

Augusto Leverger
Almirante Barão de Melgaco
(1802-1880)¹

Annua Biographica

Augusto Leverger, Almirante Barão de Melgaco
(1802-1880)
Annua Biographica

Visconde de Taunay

Breve nota explicativa

Poucos foram os homens que se dedicaram à pesquisa e investigação histórica sobre o Brasil e seus personagens. Notável foi, sem dúvida, a expressiva contribuição do Visconde de Taunay nos estudos biográficos daqueles que contribuíram para o engrandecimento do Brasil.

No caso de Augusto Leverger, o Visconde iniciou publicando sua biografia na *Revista Brasileira*, fase José Veríssimo, pretendendo enfeixar os dados completos em livro, porém, faleceu antes de completar este intento.

Seu filho, Affonso de Taunay, em consulta ao diário do pai, tomou conhecimento deste desejo. Então, amealhou tudo que havia sido publicado e inédito sobre a trajetória de Leverger escritos por seu progenitor, porém, notou falta da parte final, escrita em filipetas, não as encontrando, à época.

Para sanar essa incompletude, recorreu a um dos mais festejados estudiosos de Mato Grosso, Virgílio Alves Corrêa Filho, para que o mesmo escrevesse a parte final da vida

¹ Texto extraído da obra *Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil (1800-1892) que concorreram, com todo o esforço e dedicação, para o engrandecimento intelectual, artístico, moral, militar, literário, econômico, industrial, commercial e material do Brasil, desde os princípios do século XIX até 1892*, de autoria do Visconde de Taunay, São Paulo: Melhoramentos, 1932. p. 62-68.

de Augusto Leverger, tendo sido contemplado com o aceite daquele historiador. Na avaliação de Affonso, tratava-se de um “[...] jovem autor de monumental estudo sobre *As raias de Mato Grosso*, das excelentes *Monographias Cuyabanas* e outros números da já extensa e valiosa bibliographia, onde se casam o critério do pensador à argúcia do historiador, o afã da rebusca e a preocupação da verdade”. (TAUNAY, A. In: *Estrangeiros Illustres e Prestimosos no Brasil...* p. 72).

Mais tarde, Affonso recebeu, pelo correio, anonimamente, as diversas filipetas escritas por seu pai, e completou o trabalho.

Ao final deste, resolveu publicar uma *Cronologia Ânua* reconstituindo os passos de Augusto Leverger ao longo de sua vida. Pela relevância e valor desta publicação para a presente Revista, optamos por reeditá-la, acreditando que seja, senão a melhor, a mais completa cronologia do Bretão Cuibanizado, no dizer de Virgílio Corrêa Filho.

Augusto Leverger Almirante Barão dDe Melgaco (1802-1880)¹

Visconde de Taunay

Annua Biographlca

1802 — A 30 de janeiro nasceu em S. Malô (França) Augusto João Manoel Leverger, filho legítimo e primogenito de Mathurino Leverger e Regina (Reine) Combes.

1819 — A 1º de maio partiu com o pae para a America do Sul, onde abraçou a carreira marítima.

1820 — Immediato da escuna franceza Angelica, embarcou, nesse caracter, no paquete General Lecór, em que fez várias viagens de cabotagem, podendo assim estudar cuidadosamente a hydrographia do Rio da Prata.

1821 — A 30 de abril perdeu a extremosa mãe, que ficara em França. Continuou a navegar nos rios Paraná e Uruguay e estuário do Prata.

1822 — Falleceu-lhe o pae em Buenos Aires.

1823 — Todo o anno passou-o em Buenos Aires, procurando liquidar os poucos haveres paternos, o que não conseguiu.

1824 — Tornou a bordo do General Lecór, onde ainda esteve vários meses. Pediu afinal ser admitido no serviço da Armada brasileira, o que lhe foi permittido em virtude do aviso de 11 de novembro, com praça de 2º tenente em comissão, embarcando na fragata Nicteroy.

1825 — Promovido a 2º tenente efecctivo por decreto de 26 de abril. Destacou da Nicteroy para a nau Pedro Primeiro a 26 do agosto, regressando áquella fragata a 17 de setembro.

¹ Texto extraído da obra *Estrangeiros Illustres e Prestimosos no Brasil (1800-1892) que concorreram, com todo o esforço e dedicação, para o engrandecimento intellectual, artístico, moral, militar, literário, economico, industrial, commercial e material do Brasil, desde os principios do século XIX até 1892*, de autoria do Visconde de Taunay, p. 62-68.

1826 — Foi passado para a fragata Thetis, a 15 de novembro.

1827 — A 19 de abril foi para a fragata Príncipe Imperial. — A 12 de outubro teve promoção de 1º tenente pelo comandante-chefe da esquadra no Rio da Prata, em virtude dos actos de bravura e distincção especial em repetidos encontros. Passou para a fragata Piranga a 8 de novembro e a 21 voltou á fragata Príncipe Imperial — Confirmada a promoção, teve, a 13 de dezembro, o comando da bombardeira Dezenove de Outubro.

1828 — Representou brilhante papel no renhido combate da Ponta de Lara a 16 de julho, merecendo ser condecorado com a ordem do Cruzeiro por decreto de 18 de julho. — Distinguiu-se tambem muito na acção do Salado a 30 de agosto. — A 8 de setembro passou a commandar a corveta General Dorrego

1829 — Desembarcou daquelle navio no Rio de Janeiro. — Foi nomeado, a 15 de outubro, comandante das canhoneiras empregadas no rio Paraguay e ao serviço da provincia de Mato Grosso.

1830 — Em novembro chegou, pela linha fluvial dos rios Tieté, Paraná, Pardo, de um lado, e Cammapoan, Coxim, Taquary, Paraguay e afluentes, do outro, a Cuyabá, onde, mezes depois, aproveitando os muitos lazeres, abriu uma aula gratuita de mathematicas elementares.

1831 — Por aviso de 1º de dezembro se declarou que continuasse no exercicio do seu posto, visto havcr collaborado activamente nas luctas do Rio da Prata.

1834 — Partiu em março de Cuyabá e apresentou-se ao Quartel General da Marinha a 29 de setembro.

1835 — For aviso de 30 de janeiro teve um anno de licença. — Nomeado para embarcar na fragata Campista a 4 de abril, foi revogada a ordem em vista da licença cm cujo goso se achava, como consta do aviso do 13 daquelle mez.

1836 — Apresentou-se em 30 de janeiro, concluida a licença. Por aviso de 14 de abril teve prorrogação dessa licença por mais seis mezes, sem vencimentos. Reformado no posto de 1º tenente sem soldo, já por não ter tempo para a refor-

ma, já por ser estrangeiro não naturalizado.

1837 — Novamente chamado ao serviço activo, foi, por aviso de 6 de julho, nomeado comandante das canhoneiras de Mato Grosso, ficando, por decreto de 6 daquelle mez, sem effeito a reforma que lhe fôra dada, devendo contar-se-lhe antigüidade da data do posto. Por aviso de 7 do mesmo mez foi declarado, que não só era encarregado da flotilha fluvial, como da exploração do rio Paraguay e de outros daquelle provincia. — Promovido, em 7 de setembro, a capitão-tenente, por decreto de 15 desse mez, mandou-se-lhe contar antigüidade deste posto desde 22 de outubro de 1836, data da anterior reforma.

1838 a 1840 — Desceu e explorou os rios Cuyabá, S. Lourenço e Paraguay. Fez duas viagens á fronteira do Sul.

1841 — Por decreto de 14 de junho, foi nomeado cônsul geral do Imperio na Republica do Paraguay, ficando dispensado da commissão que exercia em Cuyabá. Condecorado com a Ordem da Rosa por decreto de 18 de julho.

1842 — Em abril partiu para Assumpção, mas viu-sc obrigado a regressar, porquanto as autoridades paraguayas não o deixaram passar alem do forte Olympo. — Por decreto de 23 do julho, teve promoção de capitão de fragata. — Pelo aviso de 25 de agosto teve classificação na 1ª classe dos officiaes da Armada.

1843 — Foi, por decreto do.20 do maio, exonerado do lugar de cônsul geral. — A 25 de outubro casou-se, em Cuyabá, com D. Ignez. de Almeida Leite, viuva de Benedicto Leite, — Teve ordem de seguir até Assumpção a cumprimentar o presidente do Paraguay D. Carlos Antonio Lopez.

1844 — Apresentou-se em fevereiro, de volta a Cuyabá, seguindo para o Rio do Janeiro, chamado pelo aviso de 27 de janeiro. A sua apresentação ao quartel general da marinha foi a 5 do outubro. — Por aviso de 11 de novembro, teve, pela terceira vez, ordem de regressar á provincia de Mato Grosso a desempenhar as funcções de que estivera encarregado. — A 13 daquelle mez prestou juramento de cidadão brasileiro, apresentando a sua carta de naturalisação a 25. — Por decreto do 2 de dezembro foi condecorado com o officialato da Imperial Ordem da Rosa.

1845 — Partiu, a 1 de janeiro, para Cuyabá, onde chegou nos primeiros dias do abril, tendo seguido viagem terrestre pela provincia de S. Paulo.

1846 — Recebeu, em começos deste anno, ordem de ir estacionar em Assumpção com duas canhoneiras á disposição do ministro brasileiro Pimenta Bueno. Explorou então o rio Paraguay até á confluencia com o Paraná.

1847-1848 — Completou os seus estudos hydrographicos relativos ao Alto Paraguay.

1849-1850 — Acompanhou os dois presidentes successivos Joaquim José de Oliveira e João José da Costa Pimentel nas digressões que fizeram ás fronteiras da Bolivia e do Paraguay, percorrendo, nessa ultima, parte do districto de Miranda.

1851 — Entrou, a 11 de fevereiro, no exercício de presidente da provincia de Maio Grosso, cargo para o qual fora nomeado por decreto de 7 de outubro do 1850. Recebeu a noticia dessa nomeação, quando se achava no forte de Coimbra.

1852 — Por aviso de 26 de janeiro, communicou-lhe o governo Imperial haver sido nomeado também commandante das armas da provincia. — Por decreto de 3 de março, foi promovido a capitão de mar e guerra. — Exonerado a 16 de novembro do commando das armas, declarou-se, a 3 de dezembro, essa exoneração sem effeito.

1854 — Foi, por decreto de 2 de dezembro, promovido a chefe de divisão (contra-almirante).

1855 — Sahiu de Cuyabá, a 1 de fevereiro, com destino ao forte de Coimbra e á fronteira da provincia, afim de apoiar, á frente das forças da provincia de Mato Grosso, a demonstração militar feita pelo chefe de divisão Pedro Ferreira de Oliveira contra o governo do Paraguay.

1856 — De 14 de fevereiro de 1855 até 10 de novembro do anno seguinte conservou-se estacionado naquelle presidio de Coimbra, vigiando e protegendo a fronteira. Em fins deste anno voltou a Cuyabá.

1857 — A 1º de abril passou a administração publica ao vice-presidente Albano de Souza Osorio, que tivera nomeação desse cargo desde 31 de março de 1843. Augusto

Leverger administrou, desta vez, Mato Grosso por espaço de seis annos, um mez e dezoito dias. — Por decreto de 6 do junho, nomeado commendador da Ordem de S. Bento de Aviz. — Exonerado, por carta Imperial de 5 de setembro, do cargo de presidente de Mato Grosso, e nomeado, a 22 daquelle mez, 1° vice-presidente.

1858 — Foi reformado, conforme pedira, no posto de chefe de esquadra (vice-almirante) graduado, a 26 de maio, tendo, por aviso do 1 do outubro, licença para fixar residência em Mato Grosso.

1859-1862 — Passou vida tranquilla no seio da familia, occupado sempre com os seus grandes trabalhos ou hydro-graphiicos, relativos aos rios da provincia, ou concernentes ás fronteiras.

1863 — Como vice-presidente teve que assumir, a 12 de março, a administração por causa da partida do presidente Herculano Ferreira Penna. Entregou-a, a 15 de julho, ao 16° presidente da provincia Alexandre Manoel Albino de Carvalho.

1864 — Instado pelo governo Imperial partiu, em outubro, de Cuyabá a explorar o districto de Miranda até a fronteira do Apa. Em dezembro estava de volta, obrigado a interromper aquella exploração pela entrada da estação das aguas fóra das habituaes previsões, o que foi providencial, porquanto, do contrario teria, nos últimos dias de dezembro sido uma das primeiras victimas da invasão paraguayana. Correu, aliás, esta noticia no Rio de Janeiro, sobressaltando o governo e quantos apreciavam devidamente tão illustre servidor do Estado.

1865 — Em vista da violação do território brasileiro salteado por numerosas forças inimigas e da subida dos vapores paraguayos pelo rio Paraguay, ameaçando a capital, Cuyabá, que se possuiria de terror pânico, Leverger apresentou-se ao presidente Albino de Carvalho a 20 de janeiro para ir fazer frente ao inimigo, impedindo-lhe o passo no Melgaço, á beira do rio Cuyabá. Foi o serviço de maior relevância prestado pelo benemerito cidadão, o ponto culminante da sua proveitosissima carreira. Incalculavel na verdade, os effeitos do pavor, que se apoderara de toda a população:

abandono da capital, sua ocupação pelo inimigo, fuga de milhares de famílias para os matos e sertões, perda de um sem numero de vidas, desbarato enorme de bens materiaes, alem da vergonha de toda a nação. Naquelle momento, foi Augusto Leverger o antemural de Cuyabá e de lodo o Brasil. — No dia 21 de janeiro, sem se ter despedido da familia, chegou ao Melgaço á frente de um primeiro destacamento de 300 praças, elevado depois a cerca de 1.000 e, ás pressas, levantou fortificações passageiras, que os paraguayos não ousaram vir atacar. Em fins de março, passado o perigo das conseqüencias do terror e mortal desalento, voltou, doente de febres, a Cuyabá, onde foi recebido como salvador da patria, no meio das mais delirantes aclamações. — Por decreto de 7 de julho deu-lhe o governo Imperial o titulo de barão de Melgaço com grandeza. — A 6 de agosto teve, como 1º vice-presidente, que assumir a administração da provincia, sendo nomeado presidente por carta Imperial de 2 de outubro.

1866 — Já em exercicio, prestou juramento e tomou posse do cargo a 13 do fevereiro. — Em março adoeceu-lhe gravemente a mulher. — A 1º de maio passou a presidência ao 2º vice-presidente Albano de Souza Osorio. — A 30 desse mez de maio falleceu a estremecida esposa. — Em julho, acommettida a cidade por horrível epidemia de varíola, prestou admiráveis serviços, dando proficuos exemplos de sangue frio e actividade.

1868 — Por decreto de 25 de julho se viu, pela terceira vez, nomeado presidente de Mato Grosso.

1869 — Tomou conta da administração a 26 de maio.

1870 — Passou a direcção da provincia a 10 de fevereiro ao 2º vice-presidente Luiz da Silva Prado. Teve exoneração do cargo por decreto de 31 de maio, nomeado, em seu lugar, o coronel dr. Francisco Antonio Raposo, depois barão do Caruaru. Desde então completamente retirado da vida publica, aliás já com a idade de 68 annos, viveu cercado sempre da mais alta consideração do governo e de todos os brasileiros, do amor da familia e do reconhecimento e veneração de todo o Mato Grosso.

1880 — A 4 de janeiro escrevia á irmã, freira n'um convento do Sul da França, as seguintes palavras: «*Entro neste anno sob auspicios pouco favoráveis. Ha cinco dias soffro bastante, e a minha fraqueza augmenta*». A 14 desse mez de janeiro exhalou o ultimo suspiro, contando de idade 78 annos, menos 16 dias.

Ao inlyto Augusto Leverger, barão de Melgaço, cabe perfeitamente o alevantado apellido de Ricardo Franco do Brasil-Imperio, do mesmo modo que áquelle eminente militar é applicavel o de Augusto Leverger dos tempos coloniaes.

Ambos se valem pelo conjunto de qualidades scientificas, civicas e guerreiras, honestidade, hábitos de trabalho, superioridade de vistas, desinteresse, modéstia, pundonor e profundeza de conhecimentos technicos.

Está a desafiar a penna de um Plutarco o estudo paralelo e comparativo da vida destes dois belos typos do homens, que consagraram a existência inteira e laboriosissima á grande zona mato-grossense e ao serviço e dignidade da Patria.

HOMENAGEM PÓSTUMA DO IHGMT

Dorileo: um personagem da cultura cuiabana

Dorileo: a character from cuiabana culture

Carlos Gomes de Carvalho¹

Uma de suas características marcantes era certamente a finura no trato, a gentileza e a cordialidade. Poucos, como ele, lembravam na atualidade aquelas figuras cavalheirescas de uma Cuiabá de antanho, sobre as quais falam em suas crônicas um Cesário Neto ou uma Dunga Rodrigues. Fala fluída e permeada de humor, quase sempre marcada por fina ironia, não se furtava a uma boa conversa. Não por menos era extremado amante de sua terra natal. Com ele convivi por perto de trinta anos em nossas reuniões da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico, aos quais deu forte contribuição.

Benedito Pedro Dorileo, ou simplesmente Professor Dorileo, como preferia, nos deixou neste início de tarde do dia 12, mal completara o seu 85º natalício, mas já combalido por terrível enfermidade. Nascido em 10 de dezembro de 1934, era filho de Pedro Gratidiano Dorileo e de Joaquina Maria de Almeida, com ele parte um pouco da história cultural e educacional cuiabana e mato-grossense.

Dorileo, embora tenha namorado a política, tendo sido Vereador em Cuiabá nos anos de 1960 pelo antigo PSD, no entanto foi no campo do magistério que ele dedicou a existência e deu sua contribuição mais significativa. Apaixonado pela educação e apreciador do idioma pátrio, ainda muito jovem lecionou Língua Portuguesa no Colégio Salesiano São Gonçalo, no Ginásio Dom Aquino e na Escola Técnica Federal. Em 1968 foi um dos fundadores do Instituto de Ciências

¹ Carlos Gomes de Carvalho é membro do IHGMT, dentre outros, do Instituto dos Advogados Brasileiros (RJ) e da Academia Mato-Grossense de Letras, da qual foi Presidente por três gestões.

e Letras de Cuiabá, gênese da futura Universidade Federal, tendo sido o primeiro Chefe do Departamento de Letras e Presidente do Conselho Administrativo. Posteriormente, enfileirou-se entre os fundadores da Universidade Federal de Mato Grosso da qual se tornaria, anos depois, Reitor no biênio 1982 – 1984, sendo o primeiro a ser escolhido por eleição da comunidade universitária.

Entrementes, como diplomado em Direito, Pedro Dorileo demonstraria a inequívoca vocação pela área pública. Submete-se a concurso para o Ministério Público do Estado e escolhe a atividade na Defensoria Pública. Aposentar-se-ia como Procurador de Justiça. Foi um dos fundadores, e o primeiro Secretário, da Associação Matogrossense do Ministério Público. Curiosamente, nos primeiros anos a sede da AMMP funcionou no seu escritório particular, praticamente sendo mantida às suas expensas.

Aplicado, dedicado, querido pela comunidade acadêmica, o Professor Dorileo seria paraninfo de várias turmas de formandos, receberia comendas e títulos universitários e exerceria diferentes cargos e funções honoríficas. Membro do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Reitor honorário do Fórum Nacional de ex-reitores, presidente de honra da Associação Matogrossense de Professores do Estado. A partir do final da década de 1950, quando foi redator do jornal *O Social Democrata*, porta-voz do partido político ao qual era filiado, prestaria extensa colaboração na imprensa mato-grossense. Publicou os seguintes livros: *Miçanga* (1971), *Egéria Cuiabana* (1976), *Universidade, o Fazejamento* (1978), *Pensar para fazer* (1984), *Centenário da Egéria Cuiabana* (1995), *Nomeação de Reitor* (1996), *Cholo* (2003), *Ensino Superior em Mato Grosso* (2006), *Zulmira Canavarros, a Egéria Cuiabana* (2016) e, ainda ao final de 2019, embora já combalido, trouxe a lume *Folhas Evocativas*.

Neste seu canto de cisne, Dorileo reuniria, em 528 páginas, cerca de 160 textos, onde, escrevendo sobre história, literatura e memórias, mostra o seu acendrado amor a sua

Cuiabá, sempre querida e reverenciada. Como ele mesmo diz, trata-se de “abordagem para assuntos referentes à eterna Capital mato-grossense, a Cidade Verde de Dom Aquino Corrêa – a Cuiabá dos 300 anos, em 2019, minha terra natal.” E, arrematando com modéstia e entusiasmo, diz ser esse livro: “mais seleta do que antologia – de maneira muito simples. Assim, em ligeiro esforço, tentando afivelar resultados complexos de combinações, sobressai esta oferta despreziosa.”

O professor Benedito Pedro Dorileo, que teve na maior da parte de sua existência uma figura de excepcional presença na pessoa de sua esposa Dona Marlene, deixa um legado pessoal, cultural e profissional que honra a tradição da vetusta cuiabania, orgulha seus descendentes e estimula e entusiasma seus contemporâneos.



Augusto Leverger e a defesa de Melgaço

João Carlos Vicente Ferreira

Leverger por si mesmo

Elizabeth Madureira Siqueira

O Barão de Melgaço na toponímia mato-grossense

Sônia Regina Romancini

Aníbal Alencastro

**A família de Augusto João Manoel Leverger,
o Barão de Melgaço, em Mato Grosso**

Neila Maria Souza Barreto

Os herdeiros de Leverger

Valmir Batista Corrêa

**Relatório do Almirante Augusto Leverger: o Bretão que
sonhou com uma geopolítica brasileira para a Bacia do Prata**

Rosana Lia Ravache

COMENTÁRIOS CRÍTICOS DAS OBRAS DE LEVERGER

**Fronteira e comunicação: as preocupações do Barão
de Melgaço em relação a província de Mato Grosso**

Luiza Rios Ricci Volpato

**Derrota da navegação interior da Vila de Porto Feliz, na Província de São Paulo,
à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso**

Nileide Souza Dourado

Suíse Monteiro Leon Bordest

**Navegando por Mato Grosso dos séculos XVIII e XIX na segunda metade
do século XXI com Barão de Melgaço de guia**

Fernando Tadeu de Miranda Borges

**Informação prestada pelo presidente da Província de Mato
Grosso, Augusto Leverger, ao Ministro da Marinha,
em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval**

Francisco Ildefonso da Silva Campos

TEXTO RARO E PRECIOSO

**Augusto Leverger Almirante Barão de Melgaço (1802-1880)
Annuæ Biographica**

Visconde de Taunay

**HOMENAGEM PÓSTUMA DO IHGMT
Dorileo: um personagem da cultura cuiabana**

Carlos Gomes de Carvalho